



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

MARDEN MOURA LOPES

**SUPERANDO O TRANSCENDENTALISMO EPISTEMOLÓGICO:
A POSTURA UNIVERSAL DA FILOSOFIA SISTEMÁTICO-ESTRUTURAL DE L.
B. PUNTEL**

FORTALEZA

2019

MARDEN MOURA LOPES

SUPERANDO O TRANSCENDENTALISMO EPISTEMOLÓGICO:
A POSTURA UNIVERSAL DA FILOSOFIA SISTEMÁTICO-ESTRUTURAL DE L. B.
PUNTEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia.
Área de concentração: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L854s Lopes, Marden Moura.
 Superando o transcendentalismo epistemológico: A postura universal da Filosofia Sistemático-
 Estrutural de L. B. Puntel / Marden Moura Lopes. – 2019.
 135 f. : il.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-
 Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2019.
 Orientação: Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira.
1. Transcendental. 2. Universal. 3. Epistemologia. 4. Linguagem. I. Título.

CDD 100

MARDEN MOURA LOPES

SUPERANDO O TRANSCENDENTALISMO EPISTEMOLÓGICO:
A POSTURA UNIVERSAL DA FILOSOFIA SISTEMÁTICO-ESTRUTURAL DE L. B.
PUNTEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia.
Área de concentração: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento

Aprovada em 07/02/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Judikael Castelo Branco
Universidade Federal de Tocantins (UFT)

Prof. Dr. Luis Carlos Silva de Sousa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-CE)

Dedico o labor filosófico empenhado nesta reflexão a todos que escolheram permanecer na minha vida mesmo eu estando tão distante, em especial à minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES); por isso, gratidão à instituição que, ao longo desses dois anos, contribuiu para minha formação, para a aquisição de livros e para viagens a congressos acadêmicos.

A Deus por ter me dado a inefável graça da existência direcionada para Ele, Suma Verdade;

À minha amada família pela constante dedicação e apoio;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Manoel de Oliveira, a quem devo o meu despertar filosófico, por isso, mais que orientador, um exemplo de vida; sempre disponível, paciente, amigo, acompanhou efetivamente a elaboração deste trabalho. Sou-lhe, por tudo isso, profundamente grato;

Aos meus estimados professores do programa de Pós-graduação em Filosofia da UFC, na pessoa de Cícero C. Barroso;

À amizade, companheirismo e convivência de meus amigos Thallys, Júnior Aquino, Apolinário, Chiara, Vitória, Marcos Caetano e Gleydson;

Aos Professores doutores Judikael Castelo Branco e Luís Carlos Silva de Sousa por terem aceitado ler e avaliar este trabalho, também pela generosa colaboração com inúmeras observações que, sem dúvida, melhoraram consideravelmente a redação final desta dissertação.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa Pensamento, Cognição e Linguagem do departamento de Filosofia da UFC.

RESUMO

Perdura até nossos dias o paradigma da reviravolta epistemológica na filosofia ocidental, que se articulou de maneira mais rigorosa subvertendo, sobretudo na filosofia de Kant, a teoria que identifica ser e pensar e inserindo uma dicotomia radical entre a dimensão do sujeito e a dimensão do mundo. Ainda que se tenham articulado diferentes formas de desconstrução da tradição no âmbito da filosofia contemporânea, suas posturas fundamentais, não obstante, permanecem vinculadas à cesura entre *sujeito* e *mundo* da filosofia moderna. Isso significa dizer que uma teoria da dimensão do *mundo* concebido, nas palavras do filósofo de Königsberg, como *coisa-em-si* se nos apresenta como uma tarefa impossível. O objetivo geral da presente dissertação é, contrapondo-se a essa concepção, apresentar como Puntel realiza uma inversão da revolução copernicana operada pela filosofia de Kant e herdada por diversas variantes da filosofia contemporânea. A dificuldade com que se depara nossa tarefa advém de modo bem estrito do fato que predominou com exclusividade, no transcorrer da longa tradição filosófica desde Kant, a saber, a concepção de que o sujeito cognoscente e o mundo são duas dimensões contrapostas – chamadas por vezes de categorias epistêmicas – desde sempre separadas por um abismo intransponível. O alcance e a delimitação dessa posição se inscreve de modo marcante na ideia de que somos nós que projetamos nossos esquemas conceituais ao mundo, sendo assim, o próprio mundo não se expõe e nem é alcançado. A ideia de Kant, levada as últimas consequências, desmorona a tese que identifica ser e pensar, a qual regulou por vezes a atividade filosófica. Este trabalho apresenta como Puntel, em contraposição ao transcendentalismo e a todas as suas nuances, defende uma concepção que expõe a necessidade do mundo possuir intrinsecamente uma estrutura expressivamente ontológica, ou seja, uma estrutura que não é projetada sobre ele por nenhum sujeito transcendental, tal como sustentam os partidários conscientes e inconscientes da herança kantiana, como é o caso de Habermas. Conforme veremos, Puntel sustenta a tese de que o mundo em seu todo e com todas as suas coisas é expressável; expressabilidade se nos apresenta aqui como um momento estrutural imanente do mundo (do universo), sendo, em consequência, coextensional com ele. A exequibilidade e inteligibilidade do posicionamento teórico que Puntel levanta se dá dentro da ideia de que na filosofia devemos atribuir à linguagem um papel central. Todavia, a má compreensão dessa tese pode levar a ambiguidades no que tange aos interesses de Puntel. A linguagem da qual Puntel fala não é uma linguagem enquanto produção dos sujeitos, mas a

uma estrutura ontológica universal que atinge o mundo mesmo. Uma linguagem adequada como a que Puntel tem em vista é um componente irrenunciável de toda teoria e de todo discurso teórico, porque uma teoria ou um discurso teórico deve ser articulado linguisticamente. É por esta razão que a linguagem articulada pela Filosofia Sistemático-Estrutural (FSE) é compreendida como fundamentalmente conectada ao mundo considerado em si mesmo. A FSE desenvolve o conceito de uma linguagem filosófica a partir do fundamento mais importante da concepção sistemática que não é senão o conceito de quadro referencial teórico: o quadro referencial teórico desenvolvido para a filosofia sistemático-estrutural não deve ser entendido como o único e o absoluto, mas como o quadro teórico que tem a pretensão de ser o melhor possível na atualidade. Através disso o programa delineado pela FES tem como obrigação dissuadir as posturas que tendem a teorizar a partir de um quadro teórico transcendental e, por isso, em grande medida, Puntel procura repensar como é possível rearticular a tese entre 'ser e pensar' dentro do escopo estrutural o qual propõe, invocando uma dimensão que concatene as dimensões separadas pelo abismo radical: entre a dimensão do mundo e a dimensão do sujeito. Esta empreitada se efetiva ao se reconhecer o lugar a partir do qual o sujeito teoriza e isso somente é factível na medida em que este mesmo sujeito é despotencializado. Uma característica surpreendente dessa despotencialização não é senão que, ao invés de perder seu alcance epistemológico, o sujeito aumenta tal capacidade.

Palavras-chaves: Transcendental. Universal. Epistemologia. Linguagem.

ABSTRACT

The paradigm of epistemological overturning in Western philosophy has been lost, which has been articulated in a more rigorous way, subverting, above all in Kant's philosophy, the theory that identifies being and thinking and inserting a radical dichotomy between the dimension of the subject and the dimension of the world . Although different forms of deconstruction of tradition have been articulated within the framework of contemporary philosophy, their fundamental postures nevertheless remain linked to the caesura between subject and world of modern philosophy. This means that a theory of the dimension of the world conceived, in the words of the philosopher of Königsberg, as a thing-in-itself presents itself to us as an impossible task. The general objective of this dissertation is, in opposition to this conception, to present as Puntel an inversion of the Copernican revolution operated by the philosophy of Kant and inherited by several variants of contemporary philosophy. The difficulty encountered by our task comes very strictly from the fact that it prevailed exclusively in the course of Kant's long philosophical tradition, that is, the conception that the cognoscent subject and the world are two opposing dimensions - sometimes called of epistemic categories – always separated by an insurmountable gap. The scope and delimitation of this position is markedly marked by the idea that it is we who project our conceptual schemas to the world, so that the world itself is neither exposed nor reached. The idea of Kant, taken to the last consequences, collapses the thesis that identifies being and thinking, which sometimes regulated the philosophical activity. This work presents as Puntel, in opposition to transcendentalism and all its nuances, defends a conception that exposes the necessity of the world to possess intrinsically an expressively ontological structure, that is, a structure that is not projected on him by any transcendental subject, such as the conscious and unconscious partisans of the Kantian heritage maintain, as is the case with Habermas. As we shall see, Puntel sustains the thesis that the world as a whole and with all its things is expressible; expressiveness is presented to us here as an immanent structural moment of the world (of the universe), being consequently coextensive with it. The feasibility and intelligibility of Puntel's theoretical positioning takes place within the idea that in philosophy we must give language a central role. However, misunderstanding of this thesis may lead to ambiguities regarding Puntel's interests. The language of which Puntel speaks is not a

language as a production of subjects, but a universal ontological structure that strikes the world itself. An adequate language such as Puntel's aim is an irreplaceable component of every theory and every theoretical discourse, because a theory or a theoretical discourse must be articulated linguistically. It is for this reason that the language articulated by the Systematic-Structural Philosophy (FSE) is understood as fundamentally connected to the world considered in itself. The ESF develops the concept of a philosophical language from the most important foundation of the systematic conception that is no more than the concept of theoretical reference framework: the theoretical frame of reference developed for systematic-structural philosophy should not be understood as the one and the absolute, but as the theoretical framework that pretends to be the best possible at present. Through this the program delineated by the FES has as an obligation to dissuade the postures that tend to theorize from a transcendental theoretical framework and, therefore, to a great extent, Puntel tries to rethink how it is possible to rearticulate the thesis between 'to be and to think' within the structural scope which proposes, invoking a dimension that connects the dimensions separated by the radical abyss: between the dimension of the world and the dimension of the subject. This work is effective in recognizing the place from which the subject theorizes and this is only feasible insofar as this same subject is de-motivated. An astonishing characteristic of this decrease power is that instead of losing its epistemological reach, the subject increases that capacity.

Keywords: Transcendent. Universal. Epistemology. Language.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	POTENCIALIZAÇÃO DO SUJEITO E DIMINUIÇÃO DE SUA CAPACIDADE EPISTÊMICA	19
2.1	A revolução copernicana de Kant	19
2.1.1	<i>Phaenomena e noumena: os limites da cognição humana</i>	19
2.1.2	<i>As faculdades epistêmicas do sujeito: Sensibilidade e Entendimento</i>	21
2.1.2.1	<i>As formas a priori da intuição sensível</i>	22
2.1.2.2	<i>A forma apodítica do conhecimento: Verstand (Entendimento)</i>	24
2.1.3	<i>Considerações acerca do Idealismo transcendental</i>	25
2.1.3.1	<i>O Problema incontornável da coisa-em-si</i>	26
2.1.3.1	<i>Seria o Idealismo transcendental um realismo empírico?</i>	27
2.1.4	<i>Resultados do programa kantiano obtidos nessa exposição</i>	32
2.2	Considerações sobre a pragmática linguística intersubjetiva de Habermas	33
2.2.1	<i>O status de uma pragmática linguística</i>	33
2.2.1.1	<i>Mundo da vida (Lebenswelt) e mundo objetivo</i>	36
2.2.2	<i>A opção de Habermas pelo naturalismo fraco</i>	41
2.2.3	<i>A Necessidade de um Realismo sem representação</i>	44
2.2.4	<i>Resultados do projeto Habermasiano obtidos nessa exposição</i>	50
2.3	A modo de conclusão	51
3	A PROPOSTA DE PUNTEL COM A FSE: RECUPERANDO A COMPLETUDE TEÓRICA	52
3.1	O quadro referencial teórico de EeS	52
3.1.1	<i>A Linguagem filosófica formulada em EeS</i>	56
3.1.2	<i>Semântica e ontologia como dois lados da mesma moeda</i>	59
3.1.3	<i>A estruturalidade semântico-ontológico contextuais</i>	63
3.2	A sistemática compreensiva como investigação da dimensão fundamental que possibilita a relação necessária da dimensão estrutural e da dimensão do mundo	67

3.2.1	<i>A dimensão estrutural</i>	68
3.2.1.1	<i>Estrutura</i>	68
3.2.1.2	<i>As estruturas que expressam a inteligibilidade</i>	71
3.2.2	<i>A dimensão do ‘mundo’</i>	77
3.2.2.1	<i>O universo do discurso ilimitado</i>	78
3.2.2.2	<i>O mundo objetivo e o Mundo integral</i>	81
3.2.3	<i>Metafísica como sistemática estrutural</i>	84
3.2.3.1	<i>Uma via de explicitação do Ser: a linguagem teórica manifesta a dimensão fundamental</i>	85
3.2.3.2	<i>A dimensão fundamental</i>	87
3.3	A modo de conclusão	92
4	DESPOTECIALIZAÇÃO DO SUJEITO E AUMENTO DE SUA CAPACIDADE EPISTÊMICA: UMA RETOMADA DA PERSPECTIVA UNIVERSAL	93
4.1	Críticas à postura transcendental – O abismo ineliminável entre sujeito e mundo	93
4.1.1	<i>Críticas específicas a Kant</i>	100
4.1.2	<i>Críticas a Habermas</i>	105
4.2	Expressabilidade, linguagem maximal e sujeito universal – o eixo motriz da FSE como <i>status</i> da realidade inteligível	111
4.2.1	<i>Expressabilidade universal frente ao realismo e ao antirrealismo</i>	112
4.2.2	<i>Linguagem maximal enquanto linguagem universal</i>	115
4.2.3	<i>Determinação epistêmica universal: o lugar do sujeito cognoscente</i>	120
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
	REFERÊNCIAS	132

1 INTRODUÇÃO

Perdura até nossos dias o paradigma da reviravolta epistemológica na filosofia ocidental, que se articulou de maneira mais rigorosa subvertendo, sobretudo na filosofia de Kant, a teoria que identifica ser e pensar e separa sujeito e mundo. Ainda que se tenham articulado diferentes formas de desconstrução da tradição no âmbito da filosofia contemporânea, suas posturas fundamentais, não obstante, permanecem vinculadas à cesura entre sujeito e mundo da filosofia moderna. Isso significa dizer que uma teoria da dimensão do mundo concebido, nas palavras do filósofo de Königsberg, como coisa-em-si se nos apresenta como uma tarefa impossível. O objetivo geral da presente dissertação é, contrapondo-se a essa concepção, apresentar como Puntel realiza uma inversão da inversão copernicana operada pela filosofia de Kant e herdada por diversas variantes da filosofia contemporânea.

A dificuldade com que se depara nossa tarefa advém de modo bem estrito do fato que predominou com exclusividade, no transcorrer da longa tradição filosófica desde Kant, a saber, a concepção de que o sujeito cognoscente e o mundo são duas dimensões contrapostas – chamadas por vezes de categorias epistêmicas – desde sempre separadas por um abismo intransponível. O alcance e a delimitação dessa posição se inscreve de modo marcante na ideia de que somos nós que projetamos nossos esquemas conceituais ao mundo, sendo assim, o próprio mundo não se expõe e nem é alcançado.

A ideia de Kant, levada as últimas consequências, desmorona a tese que identifica ser e pensar, a qual regulou por vezes a atividade filosófica. Num arranjo singular, podemos dizer que a identidade entre ser e pensar garante o alcance epistêmico ou teórico do sujeito ao mundo¹. Sustentar que há uma união intrínseca e inabalável entre os conceitos gestados pelo nosso pensar e os componentes que o nosso pensar atinge no pensamento, isto é, os

¹ Talvez dois dos maiores expoentes dessa posição, mantendo as distâncias teóricas entre ambos os autores, na História da Filosofia tenham sido Parmênides e Hegel. O primeiro lançou as bases da afirmação, indicando que o pensar está enraizado no ser. Cada vez que se pensa, e se diz algo pensado, portanto, se diz uma realidade. Desta forma, nada estaria fora do alcance teórico ou epistêmico de alguém que pensa, o que nos leva a pensar que não haveria uma espécie de distanciamento entre sujeito e mundo. Cf. PARMÊNIDES. **Os Pré-socráticos**. Tradução de José C. de Souza. Fragmentos, doxografia e comentários. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 142. O segundo, denunciando e procurando recuperar o que sua época perdeu, a característica que identifica ser e pensar, sobretudo depois da revolução copernicana operada por Kant, sustentava que “esta metafísica, [...], estimava que o pensamento e as determinações do pensamento não eram algo estranho ao objeto, senão que constituíam sua essência, ou seja, que as coisas e o pensamento delas – do mesmo modo que nosso idioma expressa um parentesco entre os dois [termos] – coincidem em si e por si, [isto é], que o pensamento em suas determinações imanentes e a natureza verdadeira das coisas constituem um só e mesmo conteúdo”. In. HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **Ciencia de la Logica**. 2 vol. 6ª ed. Trad: Augusta e Rodolfo Modolfo. Buenos Aires: Librarie Hachette, 1993. p. 60. [O texto vertido para o português é de nossa responsabilidade]

componentes do mundo, compromete, quem assim pensa, com a ideia de que não há nada fora do nosso alcance conceitual e, sendo assim, o sujeito estaria essencialmente aberto ao mundo.

É, portanto, lícito afirmar que o passo decisivo de Kant no caminho da dissolução da tese que identifica pensar e ser é a formulação de um modelo de conhecimento que reúne as condições necessárias e suficientes para apresentar um paradigma epistemológico objetivo, em que o uso lógico do entendimento possa aplicar-se às representações advindas da sensibilidade, assegurando o conhecimento do mundo puramente fenomênico. Sustentar que não podemos alcançar o mundo real, que, pressuposto, chega ao entendimento na forma de fenômeno, compromete, quem assim procede, com a restrição ou diminuição da capacidade teórica do sujeito e abre as possibilidades de defender que, epistemicamente, estamos limitados a fenômenos.

Puntel, em contraposição ao transcendentalismo e a todas as suas nuances, defende uma concepção que expõe a necessidade do mundo possuir intrinsecamente uma estrutura expressivamente ontológica, ou seja, uma estrutura que não é projetada sobre ele por nenhum sujeito transcendental, tal como sustentam os partidários conscientes e inconscientes da herança kantiana, como é o caso de Habermas ². Conforme veremos, Puntel sustenta a tese de que “o mundo em seu todo com todas as suas coisas é expressável; expressabilidade é um momento estrutural imanente do mundo (do universo), sendo, em consequência, coextensional com ele” (EeS, p 501).

A exequibilidade e inteligibilidade do posicionamento teórico que Puntel levanta se dá dentro da ideia de que na filosofia devemos atribuir à linguagem um papel central. Todavia, a má compreensão dessa tese pode levar a ambiguidades no que tange aos interesses de Puntel. A linguagem da qual Puntel fala não é uma linguagem enquanto produção dos sujeitos, mas a uma estrutura ontológica universal que atinge o mundo em si. Uma linguagem adequada como a que Puntel tem em vista é um componente irrenunciável de toda teoria e de todo discurso teórico, porque uma teoria ou um discurso teórico deve ser articulado linguisticamente. É por esta razão que a linguagem articulada pela Filosofia Sistemático-Estrutural (Doravante FSE) é compreendida como fundamentalmente conectada ao mundo considerado em si mesmo. A FSE desenvolve o conceito de uma linguagem filosófica a partir do fundamento mais importante da concepção sistemática que não é senão o conceito de

² Puntel se confronta com Habermas, primeiramente, na medida em que entram em jogo três modos de compreensão da subjetividade: a posicionadora ou intencional, a instauradora do ponto de vista e a constituinte-transcendental. Estas três maneiras de entender a subjetividade são imputadas, respectivamente, a E. Gettier, R. Brandom e J. Habermas e, por fim, a Kant. Cf. PUNTEL, L. B. **Estrutura e Ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008. p. 131, 132. De agora em diante citado no texto como **EeS**.

quadro referencial teórico. Puntel adverte que “o quadro referencial teórico desenvolvido para a filosofia sistemático-estrutural não deve ser entendido como o único e o absoluto, mas como o melhor possível na atualidade”³.

O quadro referencial teórico enquanto tal é constituído de uma *Linguagem* (na qual uma sentença é elaborada na linguagem específica), uma *Semântica* (a sentença dá às palavras que a formam um significado valorativo específico), uma *Lógica* (as palavras das sentenças seguem uma encadeação ordenada e referida a certos níveis de raciocínio) e uma *Ontologia* (o enunciado efetivado se refere ao *mundo-em-si*, e, por isso, a teoria emergente diz respeito à realidade mesma, às entidades, aos domínios objetuais).

O caráter universal da filosofia, que a FSE busca recuperar, pode ser caracterizado da seguinte maneira: A constituição de uma teoria filosófica consiste na elaboração da conexão entre a dimensão dos dados e a dimensão da estrutura, isto é, entre a dimensão do pensar (estrutura) e a dimensão do ser (mundo). Destarte, de um modo bem diferente, que caracterizaremos nas páginas subsequentes, Puntel retomará a tese da tradição que identificava pensar e ser e recupera desta forma o aspecto universal e irrestrito de uma teoria filosófica.

Pensar numa orientação filosófica em que o problema do abismo entre *sujeito* e *mundo* pode ser superado é um problema dos mais atuais que a epistemologia, a filosofia da mente, a metafísica, a lógica e qualquer disciplina filosófica devem enfrentar, pois é bem curioso sustentar que uma teoria filosófica que procura avançar por meio de seus postulados e teorias não articule em sua teoria um mundo, ou uma faceta do mundo como tal. Em linhas gerais, nosso programa de pesquisa esboça de que modo isso é possível, pelo menos no âmbito da FSE com o que esta pressupõe e problematiza.

É preciso mencionar ainda que refletir a orientação filosófica da obra *Estrutura e Ser: um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática*, de Lorenz B. Puntel, é uma tarefa que gera em nós um sentimento de incapacidade, pois nos deparamos com uma obra que exige para sua inteção não menos que um amplo conhecimento da tradição filosófica, dos temas centrais da filosofia analítica e uma familiaridade com a lógica formal e não clássica; some-se a isso a escassez dos intérpretes. O que não tornou efetivo o abandono do tema foi colocarmos o objetivo de nossa pesquisa dentro de um marco teórico, recortando o que de específico queremos trabalhar.

Seria contraproducente tematizar em nossa pesquisa todas as implicações e pressuposições que a magistral obra de Puntel orchestra dentro de seu quadro teórico, por

³ PUNTEL, L. B. **A filosofia como discurso sistemático: diálogos com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto**. Trad.: Nélio Schneider. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2015. p. 35.

isso, explicitaremos apenas o que interessa aos objetivos da presente dissertação. Especificamente, para ser satisfeito, nosso objetivo geral exige três coisas:

- 1- Mostrar como se estruturou a reviravolta copernicana de Kant e como ela se evidencia no âmbito filosófico da reviravolta linguística contemporânea. Para isso, tomaremos as considerações de Habermas que procura integrar o transcendentalismo kantiano à pragmática linguística intersubjetiva, a partir de uma leitura pragmática do transcendental. Habermas é escolhido aqui por um motivo bem peculiar, a saber, ele apresenta uma forma peculiar do pragmatismo, no qual, conforme Puntel, o ponto de vista normativo é posto por sujeitos que se comunicam racionalmente uns com os outros (Cf. *EeS*, p. 133)⁴.
- 2- Apresentar os elementos teórico-metodológicos através dos quais a posição de Puntel emerge, sobretudo, no âmbito da completude teórica que recupera, na medida em que supera Kant, o alcance teórico da filosofia. Isso nos obrigará a apontar uma dimensão que concatena em si a dimensão do mundo e a dimensão das estruturas que articulam a inteligibilidade, a saber, o ser como tal e em seu todo.
- 3- Extrair críticas que surgem ao confrontar a posição da FSE de Puntel e o que Kant e Habermas sustentam a partir do quadro transcendental que pressupõem. Com isso, seremos levados a resolver, à maneira de Puntel, um problema gerado na tradição filosófica, a saber, a querela do realismo e do antirrealismo. Este problema não suscita solução coerente no quadro teórico transcendental uma vez que este já pressupõe o antirrealismo como condição necessária para sua efetivação. A resolução desse impasse enfrentado por toda e qualquer teoria efetivada será executada a partir de uma das teses centrais de *EeS*, a saber, a tese da expressabilidade, a qual numa determinada perspectiva sistemática, ao inverter a inversão copernicana de Kant, recupera o caráter universal da filosofia.

⁴ Na página indicada de *EeS* Puntel afirma que não entrará em maiores detalhes sobre as questões que concernem ao ponto de vista habermasiano porque em muitas passagens de *EeS* tais questões serão trabalhadas. E é verdade, trabalhadas essas questões são, mas elas não se referem explicitamente nem a Habermas e nem à semântica pragmatista de Brandom, indicadas como determinados modos de subjetividade rejeitadas pelo autor de *EeS*. Todavia, vale salientar que boa parte das questões concernentes as concepções teóricas de Habermas são retomadas no artigo PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. Síntese – Rev. De Filosofia, v.40, n.127, 2013, pp. 173-223.

Estas três exigências na verdade são bem mais amplas do que parecem ser, por isso, elas constituem o núcleo das considerações em cada um dos três capítulos da presente dissertação, que se desenrola da maneira abaixo indicada.

O primeiro capítulo expõe uma apresentação em linhas gerais do pensamento transcendental de Kant e de que modo os resultados do idealismo transcendental de Kant são retomados numa nova roupagem por Habermas, cuja pretensão propõe uma leitura linguística pragmática do transcendental que herda. É preciso de início salientar que a leitura que fazemos de Kant e de Habermas é apenas uma das muitas leituras possíveis. Esta leitura foi marcada por uma estratégia metodológica. Vimos-nos confrontados por duas possibilidades:

- a) apresentar uma leitura mais consensual das pretensões de Kant e Habermas. A leitura de Kant seguiu acompanhando, sobretudo, as grandes questões alocadas na *Crítica da Razão Pura*⁵ que sustentam a autonomia da filosofia teórica aí sustentada. A leitura de Habermas acompanhou as correções e as novas opções metodológicas que fez o filósofo em sua obra *Verdade e Justificação*, considerando a leitura pragmática do transcendental e as teses mais centrais que são delineadas como, por exemplo, o naturalismo fraco e o realismo sem representação.
- b) expor a leitura de Puntel a partir da crítica que ele faz a Kant e a Habermas. Nesse caso, não precisaríamos adentrar as obras dos autores nem intérpretes para compreender aquilo que se elabora nas suas obras, pois a única coisa que teríamos em vista aqui seria a interpretação que Puntel faz. Nesse caso, estaríamos transpondo o quadro da filosofia transcendental para o interior do quadro da FSE⁶.

Acabamos optando preliminarmente por ‘a’, sem negligenciar o que se põe em ‘b’. A opção metodológica nos traz um benefício e uma exigência. Não apresentar uma leitura de Kant e Habermas passando pelas obras dos autores poderia levar o leitor dessa dissertação a perguntar se de fato as considerações críticas de Puntel tocam as questões elencadas pelos autores, como de antemão damos ao leitor uma das muitas leituras possíveis, ele poderá observar que as críticas de Puntel correspondem ao que é estipulado no quadro de qualquer filosofia que coadune com o pressuposto da filosofia transcendental; e isto é um benefício.

⁵ Citaremos a *Crítica da razão pura* abreviando o título da obra por **KrV** e com a indicação da paginação da primeira (A) e da segunda (B) edição; por exemplo: **KrV**, A647, B675. O texto utilizado é KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Trad. port. Alexandre Morujão e Manoela dos Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

⁶ Na verdade, isto é até algo previsto na FSE cf. **EeS**, p. 623 e ss.

Uma exigência se segue deste benefício, a saber, não é possível apresentar a inversão que Puntel pretende realizar sem apresentar a visão de Puntel sobre a filosofia transcendental e, por essa razão, não podemos renunciar à exigência de expor a interpretação crítica de Puntel sobre a questão em jogo ⁷.

O segundo capítulo é uma caracterização geral e elementar do quadro teórico da FSE articulado na obra *EeS*. O percurso discursivo parte da formulação de uma temática, isto é, o quadro teórico ao qual Puntel se vincula, e pretende chegar à completude de sua concepção explicitada de modo satisfatório aos interesses dessa dissertação. A centralidade da linguagem é apontada aqui na medida em que pela tematização da linguagem adentramos a uma estrutura que não só articula nosso modo de pensamento, mas constitui o através do qual os pensamentos são possíveis. Nossa exposição apresentará num primeiro momento os componentes irrenunciáveis de uma teoria filosófica, que também são os componentes do quadro referencial teórico da FSE. Em seguida, apresentaremos o que sempre está em jogo para que a dimensão teórica da filosofia seja efetivada e até mesmo chamada de teoria filosófica, isto é, a dimensão do universo irrestrito do discurso. Por fim, uma pequena conclusão das reflexões elaboradas a partir do quadro teórico que a sistemática de Puntel defende.

O terceiro capítulo da presente dissertação se constitui como o que podemos chamar de discussão metodológica. Neste capítulo exporemos a interpretação crítica de Puntel no que tange ao quadro da filosofia transcendental a partir da articulação teórica de Kant e de Habermas. O confronto dessas posições teóricas nos levará a perguntar por que o quadro de Puntel é preferível ao quadro transcendental ⁸, a resposta será dada na medida em que enfrentarmos um problema delicado e não solucionado pelo quadro transcendental, uma vez que este quadro sempre se põe arbitrariamente de um dos lados da questão em jogo, a saber: realismo x antirrealismo. Nesse sentido, em linhas gerais, apresentaremos como se constitui o realismo e o antirrealismo, no entanto, parece-nos mais plausível, nesse contexto, apresentar uma rápida descrição dos posicionamentos centrais dessas duas correntes a partir do que é exposto em *EeS* dentro do debate travado com H. Putnam e evidenciando uma das teses mais fortes desenvolvidas pela FSE, a saber, a expressabilidade ontológica universal. O caminho aberto pela expressabilidade universal pressupõe que haja uma instância expressante com o mesmo alcance, isto é universal. Esta instância não é outra senão o que Puntel denomina

⁷ Esta interpretação será apresentada no último capítulo desse trabalho no contexto das críticas de Puntel a Kant e a Habermas.

⁸ Ou a qualquer posição teórica que venha a resguardar o núcleo transcendental.

linguagem maximal, dentro da qual nos movemos teoricamente. Finalmente, retomaremos a questão apresentando a solução que salta como consequência teórica dos pressupostos e teses engendrados em *EeS* que não é só a resolução do impasse realismo x antirrealismo, mas, também, como o modelo teórico mais rigoroso e coerente, o ônus da prova que através da FSE, Puntel inverte a revolução copernicana operada Kant e nos devolve algo que pensávamos haver perdido: nossos esquemas conceituais alcançam o mundo como ele é.

A estratégia que encontramos para apresentar nossa pesquisa segue um modelo sistemático de apresentação e busca evidenciar questões que transitam de diversos modos a obra de Puntel e o modo como ela oblitera posições teóricas que reduzem a Filosofia a uma teoria efetivada exclusivamente a partir da dimensão particularista de um sujeito.

2 POTENCIALIZAÇÃO DO SUJEITO E DIMINUIÇÃO DE SUA CAPACIDADE EPISTÊMICA

A dimensão epistêmica desde a Modernidade esteve sempre ligada a uma teoria desenvolvida sobre as contraposições epistemológicas: sujeito e objeto. O objetivo deste capítulo é apresentar de que maneira desde a Modernidade até nossos dias virilizou-se a tendência de reduzir a Filosofia a uma teoria efetivada a partir de um ponto de vista, isto é, da subjetividade, que faz de si mesma referência para tal elaboração diminuindo, por assim dizer, o alcance teórico da Filosofia. Não se deve perder de vista aqui o caráter metodológico deste capítulo, pois ele visa estruturar a compreensão de como Puntel entende e pretende solucionar este impasse gerado a partir da Modernidade ⁹. Nossa reflexão seguirá da seguinte maneira: em primeiro lugar, apresentaremos em linhas gerais o projeto de Kant, o qual possibilitou entender que as teorias filosóficas são teorias efetivadas exclusivamente pela esfera transcendental, a especificidade da filosofia transcendental se radica na estrutura própria da teoria aqui elaborada, que tem na referência ao sujeito o princípio de determinação de tudo. Numa palavra, trata-se aqui do que especifica este quadro teórico: pôr a subjetividade no centro da teoria filosófica como princípio de determinação de tudo. Em segundo lugar, exporemos de que modo os resultados do idealismo transcendental de Kant são retomados numa nova roupagem por Habermas, cuja pretensão vincula o modelo transcendental ao pragmatismo linguístico.

2.1 A revolução copernicana de Kant

2.1.1 *Phaenomena e noumena: os limites da cognição humana*

O conhecimento objetivo para Kant é atestado pelo que ele denomina *revolução copernicana*. Segundo Höffe, isso significa que os objetos do conhecimento não são trazidos à luz da razão por si mesmos, antes nos são dados pela atividade cognoscitiva do próprio sujeito cognoscente ¹⁰. Consciente desta tese basilar e estrutural de sua Filosofia, Kant insiste, logo no início de sua primeira Crítica, em fundamentar como todo e qualquer conhecimento

⁹ Sem considerar, aclarar e resolver o problema da subjetividade como instância central ou decisiva da elaboração de teorias a sistemática estrutural se tornaria ineficaz. É decisivo resolver tal impasse, pois ele se nos apresenta como ‘a dificuldade’ incontornável para a elaboração de uma teoria filosófica abrangente hoje, tal como a efetivada por Puntel. cf. **EeS**, p. 131, 132, 133.

¹⁰ Cf. HÖFFE, Ottfried. **Immanuel Kant** [1983]. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 45.

será possível ao explicitar o que entende por *transcendental*, diz ele: “chamo *transcendental* a todo o conhecimento que em geral se preocupa menos dos objectos, que do nosso modo de os conhecer, na medida que este deve ser possível *a priori*. Um sistema de conceitos desse gênero deveria denominar-se *filosofia transcendental*” (KrV B 25)¹¹. Ou seja, transcendental é entendido (aqui) como o conjunto das possibilidades aprióricas do conhecimento humano, nesse sentido, é o conhecimento da possibilidade de aplicação do que é *a priori* à experiência, de sua validade para esta, ou seja, conhecimento das condições necessárias do conhecimento do que é dado na experiência.

Como todo conhecimento pressupõe de um lado o sujeito cognoscente e, de outro, o objeto de tal conhecimento¹², faz-se necessário em tal fundamentação dizer como que *a priori* o sujeito cognoscente torna possível seus objetos, uma vez que estes não devem ter a primazia da tematização. Independentemente da experiência, nosso modo de conhecer *a priori* se torna condição de possibilidade de todo conhecimento; assim podemos inferir que o argumento de Kant satisfaz sua fundamentação quando explicita que se alguém sabe que um conhecimento ‘X’ é *a priori*, então este sabe que tal conhecimento ‘X’ independe de qualquer informação empírica, na verdade o que importa aqui não é qualquer conhecimento *a priori*, como é o caso da matemática (geometria), mas o conhecimento que é condição necessária para o conhecimento enquanto tal que é totalmente independente da informação empírica. A *KrV* busca averiguar, criticar e encontrar os limites do conhecimento puro, isto é, do conhecimento que enquanto tal é possível de modo *apriorístico*.

Contudo, observemos que aceitar a tese de que o conhecimento para ser efetivado enquanto tal pressupõe dois polos se relacionando entre si, implica a aceitação de que, mesmo

¹¹ Vale salientar que este não é a única maneira de compreender o conceito de transcendental dentro da *KrV*.

¹² “O sujeito se distingue do objeto pelo fato de que, enquanto o primeiro está apto a agir de forma espontânea ou livre, o segundo é determinado pelo caráter passivo. Com efeito, Kant distingue três aspectos na concepção de objeto: *Ding*, *Gegenstand*, *Objekt*. O termo *Ding* não aparece com tanta frequência na filosofia teórica kantiana, antes, sim, parece estar mais relacionado com a metafísica dogmática wolffiana. Desse modo, a palavra alemã *Ding* sugere o uso da razão de princípios que tendem a ultrapassar os limites do conhecimento humano. Com efeito, nos ‘Postulados do pensamento empírico em geral’, Kant está distinguindo entre *Ding* e *Gegenstand*. Nessa passagem, a palavra *Gegenstand* significa o conhecimento de uma existência que só pode ser conhecida como aparece, isto é, ‘a existência de efeitos resultantes de causas dadas segundo as leis da causalidade’ (C.R.P., B 279). Por outro lado, *Ding* significa a ‘existência das coisas (substâncias)’ (C.R.P., B 279). Para Kant, o aparato cognitivo humano só pode conhecer o primeiro sentido de existência de objetos. A distinção entre *Gegenstand* e *Objekt* é fundamental para os propósitos da filosofia transcendental. Em termos gerais, podemos definir *Gegenstand* como aquilo que aparece nas formas *a priori* da intuição sensível, espaço e tempo, muito embora ainda careça das funções do entendimento. Por outro lado, *Objekt* significa um objeto sintetizado pela ação espontânea do entendimento”. In. BRESSAN, Loidemar Luiz. **A crítica kantiana ao idealismo material**. Disponível em <http://sites.unifra.br/LinkClick.aspx?fileticket=IoqgVPHiOxc=&tabid=55&mid=374>. Acesso 08/01/2017. *Ding*, *Objekt* e *Gegenstand* são frequentemente traduzidos do alemão como *objeto*. O contundente argumento de Bressan sugere que suas utilizações sejam minimamente esboçadas para esclarecer algumas compreensões ambíguas da palavra na *KrV*.

num conhecimento dito puro, imune do toque empírico, há a necessidade de algo como um objeto cognoscível. Assim, cabe a pergunta: qual objeto ou quais objetos são possíveis conhecer de modo transcendental?

A *KrV* examina a questão, cujo eixo estrutural se mostra formalmente articulado na “Estética” e na “Analítica transcendental”, apresentando a diferença transcendental entre fenômeno e *noumeno*. Em *B 62* Kant, buscando se desvincular de vez da tradição dogmática de Leibniz e Wolf, assegura que os objetos possíveis ao conhecimento são aqueles que, em sua composição fundamental, dependem de nossa constituição subjetiva.

Isso significa também que ao tomarmos um objeto, não levando em consideração a mediação subjetiva, não é possível pensar nem a constituição do conhecimento nem sua validade. Destarte, se se leva em consideração nossa mediação subjetiva, os objetos são tidos como fenômenos, se não são tidos como *noumenos*, ou coisas em si. O conhecimento está então restrito aos objetos que são constituídos pela subjetividade transcendental, fazendo assim com que as coisas que não dependem dela (*noumena*) se tornem, pelo menos no âmbito da razão pura, incognoscíveis.

Isso acontece pelo fato de que a tematização de objetos, exteriores ao sujeito, dá lugar à reflexão kantiana que, deixando de lado o sonho ‘metafísico’ da discrição fidedigna da realidade existente fora ao sujeito, passa a se preocupar com a constituição de um mundo ‘objetivado’ a partir dele mesmo. Portanto, a primeira questão que surge ao atentarmos para as considerações realizadas até aqui é a seguinte: o que há na constituição subjetiva de tão especial que os fenômenos, dependem estritamente de sua atividade melhor dizer: para se tornarem objeto de conhecimento ¹³.

2.1.2 As faculdades epistêmicas do sujeito: Sensibilidade e Entendimento

O processo epistemológico, para Kant, então, só pode acontecer pela mediação da subjetividade, pois somente nela há possibilidade de haver objetos cognoscíveis. Ele encontra na subjetividade humana duas faculdades estritamente responsáveis pelo conhecimento cuja função determina a capacidade epistêmica do sujeito frente aos objetos que por ele são

¹³ Por isso, devemos entender que de antemão a experiência fenomênica do mundo não é representada pela passividade do sujeito cognoscente, antes Kant entende que a própria possibilidade dos objetos nos serem cognoscíveis passa pela esfera prévia da mediação subjetiva pela qual os dados são transformados em objetos para o homem através de um processo que será analisado nos próximos tópicos. Cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Filosofia na crise da modernidade**. São Paulo: Loyola, 1989. p. 31, 32.

constituídos enquanto tais. Na segunda parte da *KrV*, no início da seção que vai tratar da “Lógica transcendental”, Kant argumenta a respeito das faculdades subjetivas desta forma:

O nosso conhecimento provém de duas fontes fundamentais do espírito, das quais a primeira consiste em receber as representações (a receptividade das impressões) e a segunda é a capacidade de conhecer um objeto mediante estas representações (espontaneidade dos conceitos); pela primeira é nos dado um objeto; pela segunda é *pensado* como aquela representação (como simples determinação do espírito (**KrV** A 50; B 75).

A análise da Estética Transcendental desenvolve a tematização da faculdade das intuições: a Sensibilidade. A Lógica Transcendental visa demonstrar qual seja a faculdade dos conceitos: o Entendimento. Os argumentos empregados nestas sessões, do ponto de vista do sistema erigido na *KrV*, seriam o ponta pé inicial e, portanto, articulador de todos os outros argumentos, pois visam enfrentar os problemas epistemológicos dados pela situação metafísica do tempo de Kant.

2.1.2.1 *As formas a priori da intuição sensível*

Kant sustenta, logo no início da Estética Transcendental, que “[...] todo pensamento, contudo, quer diretamente (*directe*), quer por rodeios (*indirecte*), através de certas características, finalmente tem de referir-se a intuições, por conseguinte em nós a sensibilidade, pois de outro modo nenhum outro objeto pode ser-nos dado” (**KrV** B 33). Isso significa dizer que há uma referência direta ou indireta de todos os conceitos do entendimento à intuição sensível. Como a sensibilidade é uma faculdade receptiva, cabe a Kant expor de que modo ela age e por meio de que ela se constitui como receptora de uma afecção objectual.

Sendo compreendida como a faculdade receptiva que abre o sujeito ao mundo fenomênico de uma experiência possível, a sensibilidade se nos apresenta como aquela faculdade por meio da qual o sujeito é afetado pelos objetos. Kant argumenta na Estética Transcendental que existem duas formas de intuição sensível puras, isto é, sem nenhuma interferência empírica, são elas o espaço e o tempo. Tais formas não podem ser derivadas da intuição sensível, antes a sensibilidade atua receptivamente com a pressuposição imediata de tais intuições que, aqui, não tem um caráter conceitual, pois não é subsumida à forma de conceito.

À guisa da exposição transcendental, espaço e tempo aparecem como intuições *a priori*, condição necessária da possibilidade dos sentidos ¹⁴, é nestas intuições que todos os objetos epistêmicos nos são dados, ou seja: possuem uma função construtiva na aparição de um objeto do conhecimento. É por meio dessas intuições que se torna possível investigar o objeto de um conhecimento transcendental, ou um conhecimento sintético *a priori*. Esta ideia está em estrita conexão com a Geometria de seu tempo que enquanto ciência “determina sinteticamente e mesmo assim a priori as propriedades do espaço” (**KrV** B 40). Por isso, o que encontramos como suposto nesta tese de Kant é que existe uma aprioridade e uma singularidade do espaço e do tempo que não nos permite pensá-los como exterioridade empírica; isso, segundo Bonaccini, perfaz a ideia – já pressuposta na exposição metafísica que indica a aprioridade e a singularidade do espaço e do tempo numa determinada concepção metafísica que remonta a Newton, mas plenamente satisfeita na exposição transcendental de Kant – de que espaço e tempo exprimem a forma pura de nossa sensibilidade e operam como condições necessárias da possibilidade dos sentidos (externo e interno) servindo por isso de fundamento a certos conhecimentos sintéticos a priori ¹⁵.

O tempo possui um papel central na formação/apreensão dos objetos dado que a formação de representações efetivadas pelo sujeito transcendental são modificações de seu sentido interno, conforme atesta Kant “todos os nossos conhecimentos estão, em última análise submetidos [...] ao tempo, no qual devem, ser conjuntamente ordenados, ligados e postos em relação” (**KrV** A 99). Ora, a observação argumentativa de Kant visa instaurar a ideia de que há no sujeito uma capacidade de distinguir impressões sucessivas que são apreendidas, isso desemboca na afirmação de que somente distinguindo o tempo na série de impressões sensíveis é que podemos nos dar conta dos momentos variados em que são percebidas (**KrV** A 190; B 234). Numa palavra, a síntese da apreensão através da representação apriorística do tempo sintetiza o múltiplo recebido pela sensibilidade.

Sobre o espaço, Kant sustentará a tese de que “excetuando o espaço, não há nenhuma outra representação subjetiva e referida a algo de *exterior*, que possa dominar-se objetiva *a*

¹⁴ BONACCINI, Juan A. **Breve consideração sobre o problema da tese da aprioridade do espaço e do tempo**. *Studia Kantiana*. 2 (1): 7-17, 2000. p. 9.

¹⁵ É importante salientar a tese da singularidade e aprioridade do espaço e do tempo para evitar equívocos. Isso parece até pueril, mas tão basilar que, se não entendermos esta ideia guia no pensamento do filósofo alemão podemos chegar a cometer heresias hermenêuticas da *KrV*. Um exemplo claro disso é uma compreensão de Searle que, não obstante o caráter rigoroso e magnífico de sua obra *Mente, Linguagem e Sociedade*, afirma espaço e tempo como duas entidades de um mundo de meras aparências. Cf. SEARLE, John R. **Mente, Linguagem e Sociedade: filosofia no mundo real**. Rio De Janeiro: Rocco, 2000. p. 24, 25. Contra tal compreensão se ergue a tese sustentada em BONACCINI, Juan A. **Breve consideração sobre o problema da tese da aprioridade do espaço e do tempo**. p. 7-17.

priori. Efetivamente, de nenhuma delas se pode derivar, como da intuição de espaço, proposições sintéticas *a priori*” (KrV B 44). Esta ideia indica o caminho epistemológico percorrido pelo filósofo para ressaltar que o conhecimento possui uma referência que envolve uma localização do objeto no campo perceptivo do cognoscente em um dado momento ¹⁶.

2.1.2.2 A forma apodítica do conhecimento: *Verstand* (Entendimento)

Numa passagem categórica dos *Prolegômenos*, Kant nos deixa antever sua postura anti-realista quando, acerca do entendimento assevera: “o entendimento não haure suas leis (*a priori*) da natureza, mas as prescreve a esta” ¹⁷. Esta passagem pode ser compreendida como uma etiqueta da filosofia crítica: nela nos é revelado o caráter apodítico e apriorístico do entendimento, pois seu uso legítimo é uma faculdade de regras, como estabelecido na Analítica Transcendental. Na possibilidade lógica das regras *a priori* do entendimento nos é dada todas as formas possíveis das intuições sensíveis, ou seja, a objetivação do conhecimento é a aplicação das regras do entendimento às intuições sensíveis fazendo com que o material sensível recepcionado, necessário ao conhecimento, passe de *Gegenstand* à *Objekt* ¹⁸; por isso, Lima Vaz tem razão de sustentar que “o conjunto dessas regras fazem [sic] da Analítica o *cânon* do Entendimento puro, pois esse contém juízos sintéticos *a priori* com o alcance real, cuja forma se aplica legitimamente ao conteúdo das intuições sensíveis” ¹⁹.

Kant trata de deixar claro, ao abordar os problemas subjacentes aos juízos sintéticos e analíticos, *a priori* e *a posteriori*, qual a tarefa central de sua Crítica, a saber, como e de que modo são possibilitados ao sujeito cognoscente formular juízos sintéticos *a priori*? (KrV A12; B19). Com efeito, Kant sugere que a investigação possa explicar como é possível ligar a *priori* duas representações: a do sujeito cognoscente e a do predicado, de acordo com ele

Pelo simples entendimento, poderia extrair da experiência a proposição: Caio é mortal. Todavia, procuro um conceito que contenha a condição pela qual é dado o predicado (asserção em geral) deste juízo (ou seja aqui o conceito de homem) e, depois de subsumido o predicado nesta condição em toda a sua extensão (todos os homens são mortais), determino deste modo o conhecimento do meu objeto (Caio é mortal) (KrV A 322; B 378).

¹⁶ Cf. PEREIRA, R. **Referência e Juízo em Kant**. *Analytica*. V. 6, n. 2, p. 79-117, m 2001/2002. Aqui, p. 86.

¹⁷ KANT, I. **Prolegômenos a toda a Metafísica futura que queira apresentar-se como ciência**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988. §36.

¹⁸ A diferença entre essas palavras e como elas são tomadas nas considerações de Kant foram indicadas na nota 6. Vale salientar aqui que a interpretação dessas palavras é apenas uma das muitas possíveis, há quem se contraponha a essa interpretação de modo veemente, como por exemplo, Cf. HEIDEGGER, M. **Kant y el problema de la metafísica**. Trad. Gred I. Roth. México: Fondo de Cultura Económica, 4ª Ed. 1986.

¹⁹ VAZ, Henrique C. Lima. **Introdução à Ética filosófica I**. São Paulo: Loyola, 2015. p. 331.

Assim sendo, concernente às condições de possibilidade do conhecimento da experiência, o entendimento opera por meio de regras *a priori*, (Cf. **KrV** B 140, 141, 142)²⁰, viabilizando conceitos que determinam o conhecimento dos objetos fenomênicos – constituídos a partir do mundo exterior – e já percebidos pela experiência – pela intuição efetuada pela sensibilidade.

O entendimento se comporta como uma faculdade cognitiva que conhece por meio de conceitos. Tais conceitos, predicados de juízos possíveis, manifestam uma relação com alguma representação de objetos ainda indeterminados, de tal maneira que, em última análise *pensar é julgar*: por este motivo, Kant reduz a juízos todos os atos do entendimento tornando-o uma *faculdade de julgar* (**KrV** A 69; B 94).

Por intermédio desse poder de julgar, o entendimento é capaz de discernir se algo se encontra subordinado à dada regra ou não, devendo igualmente demonstrar que essas regras são universalmente válidas com relação ao conhecimento da experiência. Se, portanto, o conhecimento se realiza por uma unidade sintética da experiência (sínteses espaço-temporal e categorial), o conceito puro do entendimento está originariamente direcionado à intuição sensível. *Der Verstand* (o entendimento) é então apresentado como uma faculdade para unificar representações, pois sempre legisla suas regras *a priori* sobre o que é imediatamente dado na experiência, ou seja, aplica suas regras à realidade fenomênica cuja forma ou representação ele mesmo trouxe à luz justamente através de sua aplicação. Isto é o cume epistêmico alcançado, no que diz respeito à constituição do conhecimento objetivo, pelo idealismo transcendental (crítico) kantiano.

2.1.3 Considerações acerca do Idealismo transcendental

Após uma pequena caricatura do que Kant pretende efetivar com seu sistema arquitetônico passemos a algumas considerações críticas sobre o Idealismo transcendental. Quarelas de teses foram sustentadas sobre o sistema erigido na *KrV*, contudo é incontestável que as grandes questões geradas pelas rigorosas concatenações conceituais erguidas na primeira crítica de Kant, transitam em torno do problema da coisa-em-si, colocando em xeque o Idealismo transcendental. Normalmente, o problema da coisa-em-si é conhecido como o problema da afecção, o qual será apresentado de modo elementar no seguinte subtópico.

²⁰ Os conceitos básicos do entendimento são a tábua dos juízos que contém quatro classes: 1- quantidade, 2- qualidade, 3- relação, 4- modalidade de juízos.

2.1.3.1 O Problema incontornável da coisa-em-si

Os objetos do conhecimento não são nunca dados em si mesmos, mas, somente, na própria experiência, portanto, fora dela não podem existir como objetos do conhecimento²¹. É axioma fundamental do Idealismo transcendental que os objetos do conhecimento estejam dados na intuição interior do próprio sujeito, isso, no entanto, pressupõe algum tipo de afecção, pois não se bastam a si mesmas – epistemicamente falando – as condições apriorísticas da sensibilidade para que o conhecimento seja efetivado, pois pela intuição um objeto é dado e pelo conceito ele é pensado (Cf. **KrV B 176**). Segue-se daí a sensação ocasionada pelo toque do objeto sobre nossa capacidade receptiva, a intuição sensível. Decerto, mesmo que se admita que o fenômeno enquanto objeto do conhecimento difere essencialmente da coisa-em-si quando é percebido pela sensibilidade, é inegável que o objeto enquanto coisa-em-si seja necessário para ativá-la dada a advertência de Kant ao sustentar que: a intuição “ocorre apenas enquanto o objeto é nos dado, mas isto apenas é possível, por sua vez, enquanto ele afeta de certo modo o ânimo” (**KrV A 19; B 33**). O filósofo alemão não para por aí, continua: “o efeito de um objeto sobre a faculdade representativa enquanto somos afetados por ele chama-se sensação” (**KrV A 19; B 33-4**).

A inversão copernicana de Kant defende que os objetos do conhecimento não são trazidos à luz da razão por si mesmos, antes nos são dados pela atividade cognoscitiva do próprio sujeito, todavia as coisas-em-si, inacessíveis epistemicamente são consideradas como um postulado necessário da razão. Nesse sentido, é lícito pensar da seguinte maneira: sendo incognoscíveis as coisas-em-si, é preciso admitir que a sensação, necessária para que haja referência da intuição a um objeto, tenha seu fundamento nessas coisas-em-si que postulamos existir independentemente de nossa atividade cognoscitiva²² e, portanto, de alguma forma esses postulados nos afetam gerando algum tipo de contato empírico²³.

É certo que Kant pretende sustentar o Idealismo transcendental frente às variáveis idealistas gestadas na modernidade, a saber, o dogmático, o cético. Porém, como não recair também nesta querela? Algo impossível segundo o exposto até aqui. O idealismo

²¹ Essa consideração indicada aqui é idêntica ao que Puntel formula na sua interpretação de Kant, que será retomada mais a frente. Cf. PUNTEL, L. B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. Trad.: Nélio Schneider. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010. p. 180, 181.

²² O que negaria os resultados da Analítica transcendental, pois o uso das categorias restritas a fenômenos seria aplicado à coisa-em-si que ultrapassam os níveis da experiência.

²³ Cf. BONACCINI, Juan A. **Kant e o problema da coisa em si no idealismo alemão: sua atualidade e relevância para a compreensão do problema da Filosofia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal: UFRN, 2003. p. 223.

transcendental seria a mediação entre a subjetividade transcendental e a realidade empírica. Ou seja, a tese da equivalência entre ser e pensar gestada pela tradição é subtraída dada a necessidade de uma mediação entre subjetividade categorial e realidade. Tal mediação se constitui como o polo fundamental e determinante do conhecimento cuja possibilidade é restrita a fenômenos e não mais à realidade mesma, todavia tal realidade deveria ser, e é, pelo menos pressuposta para haver uma reflexão interna (**KrV B 275**).

Sem dúvida, conforme Kant atestou, pensar a existência de uma coisa em si não equivale a conhecer a existência dessa coisa, porém a noção de uma coisa pensada como existente não difere da noção desta coisa conhecida como algo existente, ou seja, de uma parte ou de outra, o sujeito e seus predicados analíticos são os mesmos, cuja única diferença seria: que, no primeiro caso em que temos um suposto fenômeno, a relação entre objeto concebido e existência é simplesmente representada. A existência real de uma coisa corresponderia, em nosso pensamento, a sua representação. Isso é uma afirmação de que em nosso pensamento existem determinações objetivas e meta-sensíveis. Aqui o conhecimento se livra de sua base ontológica incognoscível, mas cria outra base ontológica de sustentação, a saber, a consciência subjetiva. Por isso, o objeto do conhecimento pode ser chamado de fenômeno objetivamente consciente e é esta ‘objetividade’ da consciência que se estabelece como novo arquétipo ontológico no qual o fenômeno se expressa nos termos epistemologicamente objetivos da representação.

2.1.3.2 *Seria o Idealismo transcendental um realismo empírico?*

Durante muito tempo o Idealismo transcendental de Kant foi visto como uma postura que pretendia ser o meio termo das escolas racionalista e empirista. Seria arbitrário pensar desta forma? Por um lado, para começar a falar, Kant não pode atribuir conhecimento apodítico a coisas-em-si porque recairia na posição dos realistas uma vez que isso seria negar a aplicação epistêmica das categorias às representações. Por outro lado, precisa explicitar o *status* epistemicamente objetivo que caracteriza as representações para não ser confundido com os idealistas dogmáticos. Desta forma assevera numa longa passagem, reproduzida a seguir:

Por *idealista* não se deve entender aquele que nega a existência dos objetos externos dos sentidos, mas apenas aquele que não admite que sejam conhecidos mediante percepção imediata, concluindo daí que nunca podemos estar completamente seguros da sua realidade pela experiência possível. [...]

Compreendo por *idealismo transcendental* de todos os fenômenos a doutrina que os considera, globalmente, simples representações e não coisas em si e segundo a qual, o tempo e o espaço são apenas formas sensíveis da nossa intuição, mas não determinações dadas por si, ou condições dos objetos considerados como coisas em si. A este idealismo opõe-se um *realismo transcendental*, que considera o espaço e o tempo como algo dado em si (independente da nossa sensibilidade). O realista transcendental representa, pois, os fenômenos exteriores (se se admite a sua realidade) como coisas em si, que existem independentemente de nós e da nossa sensibilidade e, portanto, também estariam fora de nós, segundo conceitos puros do entendimento. Este realista transcendental é, propriamente, aquele que, em seguida, desempenha o papel de idealista empírico e, após ter falsamente pressuposto que, se os objetos dos sentidos devem ser externos, necessariamente devem ter uma existência em si mesmos e independente dos sentidos, acha insuficientes, neste ponto de vista, todas as nossas representações dos sentidos para tornar certa a realidade desses objetos (**Krv** A 369).

Nesta passagem vemos a iminência do Idealismo transcendental que propriamente não nega a existência de objetos (*Gegenstände*) fora da estrutura *a priori* da experiência e, conforme salientamos, não aceita espaço e tempo como coisas-em-si. Desta forma o *idealista* se compromete com uma ontologia, pois, aceita, sem objeções, a existência de ‘coisas’ independentes de sua atividade cognoscitiva; porém, o que ele nega é a possibilidade de conhecermos essas ‘coisas’ sem arranjá-las no arcabouço conceitual subjetivo, neste caso, o transcendental.

A maior dificuldade que estamos enfrentando é a coadunação da passagem acima com o que fora exposto até aqui, pois fica a ambiguidade quanto à constituição do objeto transcendental. Isto porque, enquanto fenômeno, o objeto do pensamento não poderia ser *prima facie* abstraído dos dados sensíveis, em que estaria firmado, mesmo na estrutura subjetiva do sujeito cognoscente, pois não restaria nada de sensível para pensá-lo. Na compreensão de Bonaccini, quem assim pensa estaria pressupondo uma supervalorização da ontologia em relação à epistemologia, porém, uma vez que a objetividade do fenômeno estaria sintetizada no aparato lógico que confere unidade às representações, o objeto de nosso pensamento “refere-se ao uso transcendental da categoria como a unidade do pensamento de um múltiplo geral, o que equivale à unidade lógica da categoria em referência ao múltiplo de uma intuição possível em geral”²⁴. Ou seja, uma coisa seria admitir que as representações seriam fenômenos, pois parece que o fenômeno ainda resguardaria algo do *noumeno*, por assim dizer, possibilitando ser pensado. Outra coisa é dizer que os fenômenos são

²⁴ BONACCINI, Juan A. **Kant e o problema da coisa em si no idealismo alemão: sua atualidade e relevância para a compreensão do problema da Filosofia**. p. 318, 319.

representações, pois a ambiguidade de sua constituição transcendental acompanharia toda essa definição. Mas por qual estratégia Kant opta? Segundo ele

Todas as nossas representações estão, de fato, reportadas pelo entendimento a qualquer objeto e, uma vez que os fenômenos não são outra coisa que representações, o entendimento refere-as a *algo* como objeto da intuição sensível; porém esse algo é, nesta medida, apenas o objeto transcendental. Este significa, porém, um algo = x , do qual não sabemos absolutamente nada, nem em geral podemos saber (segundo a constituição do nosso entendimento), e que pode servir apenas, a título de correlato da unidade da apercepção, para unificar o diverso na intuição sensível, operação pela qual o entendimento liga esse diverso no conceito de um objeto. Este objeto transcendental não se pode, de maneira alguma, separar dos dados sensíveis, porque então nada mais restava que servisse para o pensar. Não há, portanto, nenhum objeto do conhecimento em si, mas apenas a representação dos fenômenos subordinada ao conceito de um objeto em geral, que é determinável pelo diverso dos fenômenos (**KrV** A 250-251).

Claramente Kant opta pela segunda opção e disso segue-se que conhecemos representações fenomênicas de coisas-em-si incognoscíveis. Eis o calcanhar de Aquiles do Idealismo transcendental, pelo menos no campo teórico ou epistêmico e isto acontece porque, justamente, Kant orchestra sua filosofia como uma síntese entre racionalismo e empirismo. Ao falar em síntese, sempre se pressupõe resguardar certas estruturas de enunciados e pressuposições que uma ou outra ‘corrente’ utiliza e que aparentemente são auto-excludentes até que, pelo menos, sejam esclarecidas as possibilidades de sua concatenação numa determinada via intermediária.

Portanto podemos dizer que o Idealismo transcendental se constitui como uma forma de realismo empírico cujo predicado de idealista se aplica perfeitamente pelo fato de admitir a existência efetiva de algo independente da consciência e não admitir nenhuma certeza além do conhecimento de representações fenomênicas que, uma vez separadas da constituição subjetiva, de nada servem ao conhecimento objetivo (**KrV** A370).

Mas realmente é assim? Um dos mais proeminentes intérpretes, reformadores e defensores do programa arquitetônico erigido na *KrV*, Henry E. Allison, em sua magistral obra *O Idealismo transcendental*, empreende uma contra-objeção a favor de Kant. Segundo ele, devemos distinguir a exposição empírica da exposição transcendental que Kant, de modo consciente, vai tecendo em sua primeira crítica. Desta forma, quando se fala em *idealidade* transcendental devemos ter claro o significado e o alcance transcendental de seu emprego, pois o nível empírico nos força a entender que a diferença entre idealidade e realidade reside nos aspectos internos e externos da experiência enquanto possível. A exposição transcendental leva-nos a pensar que um objeto da experiência possível é por determinação do

conceito um objeto não sensível ou um *nôumeno*. Isso nos leva a pensar também o conceito epistêmico de um objeto como resultado da atividade de espontaneidade do entendimento, conformando-se a si mesma na medida em que constitui esse objeto transcendentalmente, segundo o seu modo de universalidade e segundo as condições gerais do sentido interno, a uma sensação simultânea das faculdades sensíveis externas²⁵.

Allison pensa que a dupla consideração expositiva de um mesmo objeto²⁶ seria uma saída para salvaguardar o Idealismo Transcendental dos problemas insolúveis, pelo menos até então, a ele objetados. Ele acredita que ao tomarmos a reflexão que Kant realiza no nível transcendental – a qual não é outra que uma reflexão filosófica sobre as condições de possibilidade da experiência possível, ou seja, as condições prévias e validas pré-empiricamente que constituem a subjetividade transcendental – os fenômenos não são “meras representações” como se afirma na reflexão no nível empírico, mas os fenômenos seriam dotados de uma certa realidade objetiva no sentido transcendental, pois, como salienta “algo é real no sentido transcendental se e somente se pode ser caracterizado e referido independentemente de toda apelação a essas mesmas condições sensíveis”²⁷. O objeto tal como é “realisticamente” é a coisa-em-si predicada de suas propriedades reais num sentido radicalmente empírico, entretanto, o fenômeno é o aspecto objetivo que um sujeito cognoscente obtém dadas as condições epistêmicas em que age para chegar a um juízo, do tipo daqueles que se ocupa a *KrV*, fazendo uma intuição sensível indeterminada chegar a ser conceituada.

A proposta de Allison não só é tentadora, convincente, argumentativamente forte, mas ela ainda parece ser fiel a Kant, dado o exposto acima; todavia, ela não está imune de problemas que serão indicados mais à frente. Não obstante, os postulados reflexivos demonstram como as condições epistêmicas²⁸ *a priori* são satisfeitas quando um juízo, asseverado do ponto de vista transcendental, é possível no sentido real, isto é, objetivo, e não somente no sentido subjetivo. Segundo Kant a legalidade objetiva dos fenômenos é comprovada porque satisfaz os postulados do pensamento empírico em geral, a saber: “1. O que está de acordo com as condições formais da experiência (quanto à intuição e aos

²⁵ Cf. ALLISON, Henry E. **El idealismo transcendental de Kant: uma interpretação e uma defesa**. [Ed.orig. 1983] Trad. Dulce María Granja Castro. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 1992. p. 34, 35.

²⁶ “A teoria dos dois aspectos” ou “teoria dos dois modos de consideração do mesmo objeto” foi como ficou conhecida a linha argumentativa que alguns autores contemporâneos, e não somente Allison, tentaram empreender. Cf. BONACCINI, Juan A. **Kant e o problema da coisa em si no idealismo alemão: sua atualidade e relevância para a compreensão do problema da Filosofia**. p. 226.

²⁷ ALLISON, Henry E. **El idealismo transcendental de Kant: uma interpretação e uma defesa**. p. 35, 36.

²⁸ Cf. ALLISON, Henry E. **El idealismo transcendental de Kant: uma interpretação e uma defesa**. p. 40, 41.

conceitos) *é possível*. 2. O que concorda com as condições materiais da experiência (da sensação) *é real*. 3. Aquilo cujo acordo com o real *é determinado segundo as condições gerais da experiência é (existe) necessariamente*” (KrV A218; B266)²⁹.

A questão posta à prova agora *é precisamente a questão da realidade ou do modo de realidade transcendental daquilo que internalisticamente unifica o diverso já formalizado*. Na dedução transcendental, Kant argumenta que toda intuição sensível necessita do pensar unificado para passar a ser um conhecimento apodítico e o fundamento último desta unificação está no “eu penso” transcendental. Conforme Kant, o “*eu penso deve poder acompanhar todas as minhas representações; se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim*” (KrV B132).

Kant procura diferenciar dois modos de acepção da unidade subjetiva denominada apercepção transcendental: relativos ao ‘eu’ empírico e ao ‘eu puro’ ou transcendental. Não obstante, a questão crucial consiste apenas em afirmar que o fundamento de qualquer objeto está no sujeito, isto é, a unidade do objeto na experiência *é constituída por meio da unidade sintética do sujeito pensante, ou seja, na apercepção transcendental*. O ‘eu penso’ que acompanha todas as nossas representações *é a unidade originária e suprema da autoconsciência comandada pelas 12 categorias do entendimento*. Destarte, conforme sustenta Kant *é totalmente nula e vazia uma questão sobre a natureza daquele algo que não pode ser pensado, as coisas-em-si, mediante algum predicado determinado, por ser colocado completamente fora da esfera [Sphäre] dos objetos que nos podem ser dados através do nosso aparato cognoscitivo, pois até o que é dado empiricamente, tem que ser conformado a uma ideia* (Cf. KrV B 506; 507).

Os juízos sintéticos *a priori*, neste escopo arquitetônico da *KrV* se tornam não só possíveis como também objetivos, pelo fato de que conhecimento e atividade teórica são mediados fundamentalmente pela instância que possibilita o próprio material cognoscível legislado pelos princípios sintéticos. Em conformidade com isso, *é no juízo que tomamos total consciência do poder de nossa atividade intelectual exercida sobre fenômenos, uma vez que ela traz algo efetivo (Wirklich) e real*.

²⁹ Ele continua: “As categorias da modalidade têm a particularidade de nada acrescentar, como determinações do objeto, ao conceito a que estão juntas como predicados, e apenas exprimir a relação com a faculdade de conhecimento. Mesmo que o conceito de uma coisa já esteja completo, poderei ainda perguntar se esse objeto é simplesmente possível ou se também é real e, neste último caso, se também é necessário. Não se pensam, assim, mais nenhuma determinações no próprio objeto, pergunta-se apenas qual a relação do objeto (e de todas as suas determinações) com o entendimento e o seu uso empírico, com a faculdade de julgar empírica e com a razão (na sua aplicação à experiência)”. KrV A 219, B 266.

2.1.4 Resultados do programa kantiano obtidos nessa exposição

O fio condutor para o programa transcendental de investigação erguido na *KrV* é a experiência possível que estrutura de antemão as relações que o sujeito cognoscente estabelece com objetos do mundo. A concepção diretriz de Kant é a de que a própria subjetividade transcendental fixa as condições pelas quais a sensibilidade será afetada pelas coisas-em-si e nisso, pelo menos *a priori*, a interpretação de Allison nos deu mais convicção quanto à coerência de Kant e desta forma temos o esboço epistêmico que segue: a espontaneidade do entendimento processa o material sensível recebido pelos sentidos submetendo-o a uma formação conceitual que visa à unidade e à universalidade do que era um particular desordenado, gerando um juízo subsumido na forma de conceito objetivo, isto é, de fenômeno.

Kant herda-nos, na esfera da transcendentalidade tal como ele a entende, com uma epistemologia das formas de um jogo intelectual construído a partir da necessidade de produção de uma estrutura teórica, que dê conta de explicar o funcionamento transcendental do que chamamos conhecimento, ao passo que também nos herda com uma formulação ontológica que não põe em dúvida a existência das coisas-em-si, mas nega o acesso epistêmico a elas, dada a estrutura teórica da sensibilidade previamente concebida. De certa forma, Kant se estabelece como um ontólogo realista e um epistemólogo antirrealista ou, como talvez ele preferisse, um idealista transcendental.

A força dos argumentos de Kant, a favor do Idealismo transcendental, foram tão impactantes que geraram reações das mais diversas. Sejam aqueles que empreenderam objeções à primeira crítica de Kant, sejam aqueles que procuraram entender, reformular e resolver mal entendidos da obra, todos viam a *KrV* como uma obra monumental e indispensável para o debate atual daquela época a ponto de gerar a pretensa ideia de que Kant era o filósofo a ser superado. Foi esta a conjuntura que se formou quando o Idealismo Alemão floresceu e parece ser assim ainda hoje, pois como veremos o núcleo transcendental kantiano se manifesta nas diversas filosofias gestadas depois dele que, buscando superá-lo ainda dele se alimentam. Tal é o caso da postura habermasiana a qual será imediatamente apresentada.

2.2 Considerações sobre a pragmática linguística intersubjetiva de Habermas

O presente tópico pretende esboçar a compreensão habermasiana do modo como se deve estruturar uma teoria filosófica hoje a partir do questionamento transcendental. Para tanto, o filósofo alemão realiza uma leitura pragmática do transcendental kantiano que, necessariamente, o faz repensar questões de filosofia teórica em seu livro *Wahrheit und Rechtfertigung*³⁰; duas são as mais importantes, pois são as que o comprometem com as premissas da teoria da linguagem que ele sustenta, a saber, a) uma questão ontológica sobre o *naturalismo* e b) uma questão epistemológica sobre o *realismo* (pragmático)³¹. Seguiremos a exposição em três momentos auto-implicativos: 1- apresentar o papel central e transcendental da linguagem e seu vínculo com o mundo da vida por meio do pragmatismo; 2- A opção de Habermas pelo naturalismo fraco; (como decorrente de 1 e 2) 3- O realismo sem representação.

2.2.1 O status de uma pragmática linguística

Mundo e Linguagem seriam duas coisas independentes ou dependentes? Ou seja, a linguagem teria, por si mesma, o poder de nos apresentar a realidade sem se confundir com ela ou, do contrário, a linguagem e a realidade estão intrinsecamente implicadas de tal modo que a realidade somente se nos manifesta através da mediação linguística?³² Habermas, ao comprometer-se com a ideia de uma leitura pragmática do transcendental e, com esta ideia, aderir ao pressuposto da reviravolta linguística envereda por um caminho que desemboca numa teoria da linguagem comprometida e arquitetada com todos os seus pressupostos. Desta

³⁰ Habermas firma a sua proposta mais recente da seguinte maneira: “O presente volume reúne trabalhos filosóficos escritos entre 1996 e 1998, que retomam o fio condutor de uma reflexão interrompida desde Conhecimento e Interesse. Com exceção desse último, todos tratam de questões de filosofia teórica que desde então eu havia abandonado. Por certo, a pragmática linguística que desenvolvi desde o início de 1970, também não pode passar sem as categorias de verdade e objetividade, realidade e referência, validade e racionalidade. Essa teoria se apoia numa concepção fortemente normativa de entendimento mútuo, opera com pretensões de validade discursivamente resgatáveis e com suposições sobre o mundo baseadas na pragmática formal, além de vincular a compreensão dos atos de fala às condições de sua aceitabilidade racional. Mas não me ocupei desses temas pelo prisma da filosofia teórica. Pois o que aí me guiou não foi o interesse da metafísica do ser do ente, nem o da epistemologia pelo conhecimento de objetos ou fatos, nem tampouco o da semântica pela forma das proposições enunciativas”. In. HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação: ensaios filosóficos**. Trad. Milton C. Mota. São Paulo: Loyola, 2004. p. 7, 8. (De agora em diante citado no texto como **VJ**)

³¹ Cf. OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. São Paulo: Paulus, 2012. p. 87, 88. Segundo Puntel nos anos mais recentes Habermas tem tratado intensivamente de uma terceira questão: a relação da religião com o pensamento pós-metafísico. Cf. **O pensamento pós-metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 175, 176.

³² Cf. OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. p. 89.

forma, Habermas pensa numa possível resposta para as questões elencadas acima dentro de uma teoria da linguagem na qual a dimensão pragmática tem a primazia sem, contudo, negligenciar o aspecto transcendental, uma vez que, para ele, a destranscendentalização não implica a eliminação do transcendental (Cf. **VJ**, p. 31-38). Para tanto, ele argumenta, à guisa de Dummett, que a linguagem tem duas funções primordiais: i- comunicabilidade e ii- representabilidade.

[i] Comunicabilidade é entendida como o fator determinante de uma Linguagem quando ela se presta fundamentalmente a ser um veículo de comunicação. No exercício cotidiano, a comunicação pressupõe a referência a outros sujeitos que participam da comunidade de falantes e estabelecem um diálogo. Ora, diálogo supõe a interação entre falantes e, portanto, estruturas normativas que regulem o intercâmbio de comunicação: a validade das conexões de sentido para trocar informações, isto é, a ação comunicativa ordinária cuja realização se dá no exercício pragmático dos jogos de linguagem, quando os sujeitos capazes de ação e de fala se deixam guiar por regras ³³.

[ii] Representabilidade é entendida como o fator determinante de uma linguagem quando ela se presta fundamentalmente a ser um veículo de pensamento. A função representativa da linguagem se mostra no fato de só podermos pensar a realidade na esfera dos nossos conceitos linguísticos. Mundo e Linguagem seriam duas coisas diferentes, mas que só existem na medida em que os relacionamos, ou seja, a linguagem seria capaz de representar a realidade sem se identificar com ela: um casual estado de coisas do Mundo não pode ser tematizado senão através da forma de sentenças teóricas. Tal concepção faz cair por terra a assunção de um isomorfismo, tal como sustentara Wittgenstein, entre linguagem e mundo ³⁴.

Dummett crê que seja falsa a tentativa de dar primazia a apenas uma das duas funções atribuídas à linguagem. Assim, o questionamento: “é por ser um instrumento de comunicação que a linguagem pode servir também como veículo de pensamento? Ou é, ao contrário [...]?”³⁵, não é senão uma alternativa falsa! Assim como Dummett, Habermas assume a co-originalidade entre i e ii. Para tanto, ele argumenta da seguinte maneira:

De um lado, é certo que o objetivo comunicativo não pode se autonomizar em relação à função representativa [sic], pois surgiria uma caricatura intencionalista de comunicação (a). Mas tampouco a função representativa

³³ OLIVEIRA, Manfredo A. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2006. p. 304.

³⁴ Isso acontece pelo fato de sermos forçados a legitimar a perfeição de nossa representação o que só seria possível na medida em que ocupássemos um ‘terceiro reino’ para, imparcialmente, nos posicionarmos para o veredicto a respeito da representação.

³⁵ Cf. DUMMETT, M. **Language and Communication**. In. *The seas of Language*. Oxford: Clarendon Press, 1993. p. 166.

[sic] pode se conceber independentemente do objetivo comunicativo, pois do contrário se perderiam de vista as condições epistêmicas para a compreensão de proposições (b) (VJ, p.10).

Como vemos, comunicabilidade e representabilidade são duas funções da linguagem conforme a argumentação de Habermas e, por isso mesmo, é fadado ao fracasso a tentativa de se atribuir a uma destas funções o caráter determinante. De imediato a pragmática linguística nos lança na pretensão de Habermas que não é senão demonstrar que as funções i e ii devem pressupor-se mutuamente. O argumento de Habermas parece se estruturar sobre o arcabouço de sua leitura pragmática do transcendental, é claro, na figura lógica da bi-condicional ($p \leftrightarrow q$) na qual se vai sustentar que os fatos expressos por i e ii são interdependentes; isto precisamente levará Habermas a argumentar em favor de uma concepção não representacional dos objetos, nesse sentido, como será mostrado mais à frente, o modelo do conhecimento está baseado na exposição (*Darstellung*) e não na representação (*Vorstellung*).

Por meio do ato de fala, o falante realiza uma assunção “Kp” não apenas para satisfazer o objetivo ilocucionário em que seu interlocutor venha a saber o que ele pensa qualquer sentença como “Kp”, não obstante, ele intenta fazer com que o interlocutor partilhe com ele o que ele pensa por “Kp”. Isso só é factível por meio do reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade levantada para “p”, cuja validade deverá ser reconhecida pelo ouvinte. Desta forma, a satisfação da função cognitiva do ato de fala está vinculada ao reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade de uma sentença; há, então, incontestavelmente, uma ligação interna entre as funções i e ii.

Ocorre que, para Habermas, o êxito de um ato de fala está vinculado ao reconhecimento intersubjetivo que a pretensão de validade levanta por meio do que o próprio ato de fala exprime. Isso reduz o mundo do destinatário à intersubjetividade das regras que nós devemos obedecer para efetivar a comunicação linguística que exercemos no cotidiano. Isso implica afirmar onde estas práticas são realizadas. Esta reflexão levará o filósofo, então, a coadunar os pressupostos (de uma leitura pragmática do transcendental) e as consequências (realismo e naturalismo) de sua tese. Conforme sustenta

[...] a concepção segundo a qual nós, como indivíduos socializados, desde sempre nos encontramos no horizonte de nosso mundo da vida aberto pela linguagem implica um pano de fundo inquestionável de convicções intersubjetivamente partilhadas e praticamente comprovadas, que tornam absurdo duvidar da acessibilidade ao mundo. A linguagem, da qual não podemos “sair” não pode ser compreendida em analogia com a interioridade de um sujeito representativo, que está como que isolado do mundo externo de objetos representados (VJ, p. 244).

O que interessa são os modos de justificação que usamos quando deliberamos sobre qualquer tema no mundo da vida, bem como o modo de determinarmos se e de que modo uma pretensão de outrem é válida. Salvo a ideia de que fazemos isso através da pressuposição de um ‘mundo objetivo’ e de um ‘mundo da vida’³⁶.

2.2.1.1 Mundo da vida (*Lebenswelt*) e mundo objetivo

A racionalidade comunicativa de Habermas tem ligação com o âmbito ou a dimensão temática à qual ela é ou pode ser associada, dimensão denominada de o mundo da vida. Porém, a pressuposição pragmática de um mundo objetivo independente de nossas crenças é uma condição incontornável para a manutenção das práticas de sujeitos capazes de ação e fala no interior de um mundo da vida intersubjetivamente partilhado.

No âmbito do discurso, ao assentir a verdade de um enunciado pressupomos uma referência a uma estrutura invariável e objetiva. De tal maneira que quando um sujeito justificar a veracidade de ‘p’, uma segunda pessoa possa, no âmbito da comunicabilidade e do entendimento mútuo, reivindicar e questionar, justificadamente, a não veracidade objetiva de ‘p’. Suponhamos agora que ambas não possuam a mesma referência objetiva ‘p’ e que queiram deliberar sobre juízos que realizam sobre um referente variável, a conclusão não seria outra senão a impossibilidade de ambas poderem tomar posição frente às pretensões de validade de ‘p’ levantadas tanto pela primeira pessoa quanto pela segunda, uma vez que, a referência da primeira pessoa, já não seria a referência da segunda pessoa³⁷. Disto decorre que a referência objetiva a algo se faz necessária para o jogo intersubjetivo de justificação frente à validade ou a não validade de um determinado enunciado³⁸.

As pretensões de verdade têm como característica a referência ao mundo objetivo e isso indica o comprometimento de Habermas com uma intuição realista presente na práxis linguística intersubjetiva. Não obstante, afirma Habermas:

³⁶ A definição estrita desses dois conceitos centrais no pensamento de Habermas será oferecida ao leitor mais a frente.

³⁷ Todavia podemos pensar, ao modo de Frege, que deliberamos sobre conceitos que não têm uma referência, por exemplo, quando falamos do ‘corpo celeste mais afastado do planeta terra’ ou quando usamos a expressão a série menos convergente’. Esta questão será debatida com mais profundidade no na seção 2.2.3.

³⁸ Assumir este itinerário significa para Habermas calçar o modo como elaborou seu conceito discursivo da verdade: “Por conseguinte, o conceito discursivo da verdade não é exatamente falso, mas insuficiente. Ele ainda não explica o que nos *autoriza* a ter por verdadeiro um enunciado suposto como idealmente justificado. [...] O conceito discursivo da verdade deve ser complementado nesse sentido, para que leve em conta conotações ontológicas fracas que, mesmo após a virada linguística, associamos à ‘apreensão de fatos’”. VJ, p. 284, 285.

Essa referência estabelecida de maneira performativa a objetos sobre os quais atores podem agir entrelaça-se com a referência semântica a objetos que os participantes da comunicação fazem quando afirmam fatos sobre determinados objetos. Na superação de desafios práticos, os atores têm de fazer a mesma pressuposição pragmática que os usuários da linguagem na comunicação de estados de coisas. Eles supõem, em comum, um mundo objetivo como totalidade dos objetos que podem em geral ser tratados e apreciados (VJ, p. 23).

Quando somos capazes de argumentar e justificar nossas convicções sobre algo real e invalidamos – por meio do que sustentamos quando julgamos ‘p’, por exemplo – pretensões de validade levantadas por outros sujeitos, enveredamos o discurso pelo caminho da corrigibilidade, estando ou não certos acerca de algo real. O processo de conhecimento passa a ter não somente uma envergadura realista, mas, sobretudo, uma transversalidade radicalmente pragmática na qual os processos de aprendizagem buscam a revisão dos erros passados. O *status* objetivo do real é independente, isso se mostra ainda mais forte quando, refreados pelo próprio real, somos levados a revisar nosso conhecimento sobre o mesmo, estabelecer critérios de pesquisa e elaborar argumentos válidos para justificar nossa convicção sobre algo ³⁹; conforme sustenta Manfredo Oliveira, “considerado o conhecimento como função desse processo complexo é possível compreender como aqui se imbricam dois movimentos: o movimento passivo da experiência do sucesso ou do fracasso prático e os momentos construtivos do projeto, da interpretação e da justificação” ⁴⁰.

Este mundo objetivamente acessível a todos os sujeitos não é descoberto por uma consciência fechada em si mesma, solipsista. Não se trata aqui de determinar conceitualmente um mundo única e exclusivamente a partir de uma consciência externa ao próprio mundo, levando-o a situar-se sempre na esfera da conceitualidade categorial daquela consciência e, por conseguinte, negando-nos o acesso à sua realidade mesma. Habermas propõe tirar de cena tal subjetividade transcendental e, em seu lugar, colocar a *intersubjetividade inserida* no mundo da vida que lhe fornece as estruturas fundamentais, cuja atividade é regida por regras (Cf. VJ 21). Numa palavra, no lugar da subjetividade transcendental da consciência tal como Kant a concebera, Habermas opta estrategicamente por assumir a intersubjetividade

³⁹ Segundo Manfredo Oliveira: “No caminho de uma socialização comunicativa, eles se envolvem numa rede de relações intersubjetivas nas quais têm que se responsabilizar frente aos outros de tal maneira que a práxis discursiva constitui a infraestrutura da comunicação cotidiana, embora seja necessário distinguir nossas ações linguísticas da vida cotidiana (ações), em que as pretensões de validade incorporadas a nossos enunciados são implicitamente pressupostas e reconhecidas sem problematização, e as práticas estritamente discursivas (discursos), em que essas pretensões são acareadas. Os discursos se caracterizam precisamente pelo fato de que neles abandonamos os contextos de ação para trocar argumentos sobre as pretensões de validade implicitamente presentes em nosso contexto de ação”. OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. p. 164.

⁴⁰ OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. p. 91.

destranscendentalizada do mundo da vida, de tal modo que o novo transcendental buscará analisar as regras que estão dadas no mundo da vida e que se encarnam nas obras dos sujeitos constituídos histórico socialmente ⁴¹.

Como o filósofo atesta, a destranscendentalização do transcendental faz descer à terra a ideia de transcendental, como que uma práxis cotidiana comunicativa na qual a comunidade de sujeitos compartilha o saber comum e guia suas ações em referência a um mundo objetivo o qual envolve esta comunidade. Consequência incontornável dessa tese é que as regras transcendentais não estão aquém do próprio mundo, mas tem um começo no tempo e uma expressão nas formas de vidas culturais (Cf. **VJ**, p. 25). O mundo da vida é, então, o horizonte onde sempre nos encontramos enquanto membros de uma comunidade falante, prontos a inferir algo sobre o real. Por isso, salienta Habermas que “os sujeitos enredados em suas práticas referem-se, a partir do horizonte de seu mundo da vida, a alguma coisa no mundo objetivo, que eles, não importa se na comunicação ou na intervenção, supõem como um mundo de existência independente e idêntico para todos” (**VJ**, p. 24).

O mundo da vida é sempre intuitivamente presente para os sujeitos capazes de fala e de ação e que pertencem a uma comunidade de falantes, por isso, ele se caracteriza como a esfera daquilo que é cotidianamente dado por suposto querendo ou não. É neste mundo que formamos o contexto das conversações e a fonte dos conteúdos comunicativos, isto é, de entendimento mútuo; nele também encontramos a referência para tudo o que se pode encontrar de conceitual no interior do mundo vivido. O conteúdo desta moldura não está definido pelos objetos que estão no mundo. Por exemplo, um sujeito que se depara com algo, busca o esforço de conceituar linguisticamente este algo a fim de torná-lo parte do mundo da vida, uma vez que os sujeitos buscam incrementar um arcabouço de saberes estabelecidos no qual o conceito haverá de ser partilhado intersubjetivamente (Cf. **VJ**, p. 93).

Para Habermas, parece existir uma correlação direta entre a ação comunicativa e o mundo da vida, já que, enquanto interação entre sujeitos capazes de fala e de ação, a ação comunicativa reproduz estruturas simbólicas do mundo da vida (cultura, sociedade etc.). Destarte, sustentada na exigência fundamental do entendimento mútuo, a ação comunicativa serve para transmitir e renovar o saber cultural associando ao mundo da vida um saber que venha a ser intersubjetivamente partilhado. Vale salientar que é justamente nesse sentido que o conhecimento da realidade se efetiva através do fracasso performativo que vai evoluindo e se tornando cada vez mais complexo. A linguagem estrutura gramaticalmente e organiza

⁴¹ Cf. OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. p. 89.

categoricamente a compreensão de fundo que a comunicação linguística tem do mundo da vida e com isso possibilita uma intersubjetividade que se abre para um saber suscetível de revisão e interpretação. Com efeito, o mundo da vida assume o lugar a partir do qual se constrói uma interpretação, um ponto de vista, uma teoria, abandonando a visão totalizadora da subjetividade transcendental kantiana ⁴².

Vale salientar que na medida em que Habermas introduz seu conceito discursivo da verdade ele assume uma postura que, *a priori*, não se coaduna com a assunção explícita de que o mundo da vida é o pano de fundo cujos sujeitos capazes de fala e de ação lançam mão para, por meio de enunciados ilocutórios e do fracasso performativo, proferir enunciados que ajudem no processo de entendimento tanto do que se procura entender quanto do entendimento mútuo dos sujeitos; ele assevera que: “Não podemos confrontar nossas proposições diretamente com uma linguagem que já não seja, ela mesma, impregnada pela linguagem; por isso é impossível distinguir uma classe de enunciados de base que se legitimariam “por si próprios” e portanto serviriam de começo e fim de uma cadeia linear de fundamentação” (VJ, p. 281, 282).

Que tudo o que está ao nosso alcance conceitual, esteja de imediato impregnado pela linguagem, não traz problemas para a ideia de um mundo da vida como suporte conceitual, dado que sempre estamos dentro do escopo teórico estrutural deste, conforme fora afirmado. O problema é que deveríamos pelo menos ser capazes de discernir no mundo da vida classes de enunciados mais fundamentais e, por isso mesmo, primários com os quais formaríamos uma base conceitual individual que elevaria o pano de fundo do mundo da vida tanto no campo da comunicabilidade – dado que a comunicação acontece através de sujeitos distintos, com bases conceituais por vezes, também, distintas – quanto na evolução de seu espaço teórico, ou, como prefere Habermas, uma comunicação orientada ao acordo e uma comunicação orientada ao entendimento mútuo (Cf. VJ, p. 113).

Todavia, Habermas afirma que não há como distinguir tal classe de enunciados. Tal postura não é arbitrária, dado que ela se ergue sobre a justificação de que esta classe primordial de enunciados, se determinada, enveredaria por um caminho de fundamentação “semântico-dedutivo” que não é eficaz para os fins de sua pragmática formal e, nem muito

⁴² “Nesse sentido, Habermas fala de uma ‘quase-transcendência’ do horizonte de entendimento, já que enquanto horizonte ele não é propriamente tema do entendimento, mas seu espaço possibilitador. O mundo vivido garante aos sujeitos de uma comunidade de comunicação convicções de fundo a partir das quais se forma o contexto dos processos de entendimento. Em outras palavras, para Habermas o mundo vivido se constitui como o horizonte de possibilitação no qual já sempre se situam os que agem comunicativamente: ele é o pano de fundo não explicitado do agir comunicativo e, enquanto tal, o depósito cultural de convicções de uma comunidade humana, o lugar onde se movimentam os que agem comunicativamente”. In. OLIVEIRA, Manfredo A. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. p. 335.

menos, para sua teoria discursiva da verdade. Talvez porque isso o comprometeria com uma ideia forte do ‘transcendental’ kantiano, algo completamente contrário à proposta de destranscendentalização com a qual procura se vincular.

A destranscendentalização dos conceitos fundamentais da filosofia da subjetividade transcendental se faz notar como uma exigência irrenunciável do pragmatismo linguístico, abrindo espaço para as condições factíveis e práticas de ações que visam estruturar a forma de vida de uma determinada comunidade linguística ⁴³. Sendo assim, se devemos falar em transcendental este deve ser entendido segundo Habermas no sentido fraco, isto é, assumir que o mundo enquanto tal para ser conhecido deve sujeitar-se às estruturas de nossa inteligência; tal postura se contrapõe à ideia forte de transcendental.

Contudo, assumir a perspectiva do transcendental fraco não seria suficiente caso ela não fosse incrementada com uma postura pragmática. Esta mescla teórica desemboca na afirmação de que a análise transcendental tem por objetivo as estruturas profundas do mundo da vida, corporificadas nas práticas e realizações dos sujeitos falantes e agentes. São aos aspectos distintos de várias formas de vida socioculturais que surgem ao longo da história que a análise transcendental deve focar sua atenção, uma vez que se constituem como a (nova) condição de possibilidade intersubjetiva do saber em geral (Cf. **VJ**, p. 26-29).

Agora as estruturas transcendentais do mundo da vida que possibilitam os processos de conhecimento se nos apresentam como o resultado de um rigoroso processo de aprendizagem, por vezes mais simplificados, de natureza histórico-natural. São as formas de vida socioculturais que vão tecendo o contínuo fio dos processos de conhecimento evolucionários, contudo a questão que persegue Habermas é a seguinte: é possível conciliar o primado epistêmico-normativo de um mundo da vida estruturado linguisticamente com a vicissitude histórica e, também, natural das formas de vida que do mesmo modo constituem este mundo? Esta questão é respondida a partir da opção que Habermas faz pelo naturalismo fraco, tema a ser desenvolvido no próximo sub-tópico.

⁴³ “A leitura pragmática do transcendental provoca uma deflação do pensamento de Kant de tal maneira que, agora, a análise transcendental significa a busca de condições presumivelmente universais e inevitáveis somente, de fato, que tornam os sujeitos capazes de linguagem e de ação aptos a participar de determinadas práticas e executar certas obras.” In. OLIVEIRA, Manfredo A. **Neopragmatismo de Richard Rorty x teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas**. Veritas, Porto Alegre, v. 58, n. 1, p. 37-60, jan./abr. 2013. Aqui p. 50.

2.2.2 A opção de Habermas pelo naturalismo fraco

Para iniciar nossa exposição cabe-nos apresentar a distinção entre o naturalismo epistemológico e o naturalismo ontológico. Este pode ser definido como uma visão de mundo em que se sustenta somente a existência de entidades naturais, ou seja, não há nada que extrapole os domínios, princípios e relações do mundo físico estudado pelas ciências naturais. Aquele, entretanto, é definido como uma postura epistemológica que nega haver conhecimentos do tipo sintético *a priori*, sustentando a tese de que não é possível haver conhecimento substancial do mundo sem o auxílio da experiência deste mundo ⁴⁴.

Em linhas gerais, o naturalismo em suas duas vertentes pode ser entendido como uma postura que não admite a existência de nada que seja exterior à natureza. Com efeito, abandonando a meta de uma filosofia primeira, tal postura vê a ciência natural como a guia primária de uma investigação da realidade cuja correção e falibilidade podem ser perfeitamente assumidas. Desta maneira, o naturalismo não seria um legislador supra-científico, pois estaria assimilado a uma psicologia empírica que não rejeita a epistemologia daí decorrente, mas, somente, aquela advinda de uma postura metafísica já rejeitada ⁴⁵. Porém, o naturalismo que Habermas pretende empreender aqui não pode ser identificado de imediato com a ideia de naturalismo apresentada, porque ele atribui à sua proposta naturalista o adjetivo de fraco ⁴⁶.

O naturalismo de Quine pode ser identificado como a postura forte, cujas características se ancoram na necessidade de remeter o conhecimento aos procedimentos das ciências da natureza, cujo modelo-padrão na modernidade é a física de tal modo que qualquer ciência se tem que pautar por este modelo. A estratégia pela qual Habermas opta é lançar mão de um naturalismo fraco entre o naturalismo quineano e o idealismo histórico de Heidegger, coadunado, obviamente com a perspectiva pragmática do mundo da vida (Cf. VJ, p. 31).

Por um lado, o naturalismo puro de Quine fracassa por não possibilitar aos sujeitos capazes de fala e de ação o reconhecimento mútuo e, assim sendo, estes não poderiam se

⁴⁴ Cf. KORNBLITH, Hilary. **Naturalismo Metafísico e Epistemológico**. In. Fátima R. Évora e Paulo C. Abrantes (Eds). *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas: UNICAMP, 1998. Série 3, v. 8, p. 147-169, jul-dez. Aqui, p. 149.

⁴⁵ Cf. QUINE, Willarm van Orman. **Theories and Things**. Cambridge (MA), London: Harvard, 1981. p. 72.

⁴⁶ Um bom motivo para Habermas proceder assim é porque o naturalismo por ele sustentado e formulado não atrai o problema da falácia naturalista, uma vez, que não reduz toda dimensão humana ao puro dado empírico da ciência. O naturalismo estrito ou puro deve confrontar-se com o problema que surge ao alegarmos que há, na existência de uma classe de afirmações descritivas sobre fatos das ciências físicas, conclusões sobre valores e normas. Cf. **FALÁCIA NATURALISTA**. In. BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson G. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 333-335.

reconhecer na prática cientificista à qual seus conhecimentos estariam alienados radicalmente; conforme salienta o próprio Habermas “Sujeitos capazes de falar e agir, enredados em práticas comunicativas, não podem evitar, em seus pensamentos e ações, regular-se por normas e deixar-se afetar por razões. Eles não podem se reconhecer sob a descrição objetivante de Quine” (VJ, p. 32). Para Habermas, é falsa a alternativa de Quine de reduzir todas as estruturas teóricas das ciências às estruturas teóricas das ciências da natureza ⁴⁷. Por outro lado, o idealismo de Heidegger também fracassa, pois deixa os sujeitos capazes de fala e de ação à mercê das possibilidades da história do Ser, ou seja, o que está determinado no Ser determinará os sujeitos; Habermas diz que Heidegger “localiza os ‘eventos’ das interpretações epocais do mundo no nível transcendental de uma instauração *a priori* do sentido, do qual os sujeitos não se podem subtrair. Os sujeitos capazes de falar e agir estão entregues à história do Ser como a uma fatalidade” (VJ, p. 33). Segundo Candiotti, Habermas se preocupa com “as consequências não desejadas de um transcendentalismo atenuado que considera as condições de possibilidade como temporais e contingentes, com o consequente risco de desembocar em um relativismo ou um certo idealismo linguístico” ⁴⁸. São os problemas elencados que o levam à elaboração do seu naturalismo fraco, cuja mínima caracterização ele descreve argumentando que

Essa concepção apoia-se numa única suposição meta-teórica: a de que nossos processos de aprendizado – possíveis na moldura das formas de vida socioculturais – de certo modo apenas dão continuidade aos “processos de aprendizagem evolucionários” prévios, os quais, por seu turno, produziram as estruturas de nossas formas de vida. Pois, então, as estruturas que possibilitam transcendentalmente os processos de aprendizado do tipo em que nos envolvemos qualificam-se, por seu turno, como o resultado de processos de aprendizado histórico-naturais menos complexos – *e com isso ganham, elas mesmas, um conteúdo cognitivo*. No entanto, a continuação dos processos de aprendizagem num nível superior pode ser entendida apenas no sentido de um naturalismo “fraco”, com o qual não se pode vincular nenhuma pretensão reducionista (VJ, p. 36).

Satisfeita a necessidade da destranscendentalização das condições de possibilidade do conhecimento e realizada a assunção de que, agora, as estruturas cognitivas do mundo da vida surgem em seu lugar como *locus originarius* de eventos naturais que tornam factíveis os processos de aprendizagem no interior de formas de vida socioculturais, evidencia-se, por

⁴⁷ Os que se opõem ao radicalismo dos naturalistas, como é o caso de Habermas, sustentam que a Filosofia tem uma dimensão normativa, que sob o risco de autorreferência não pode ser estabelecida somente a posteriori. Cf. KORNBLITH, Hilary. **Naturalismo Metafísico e Epistemológico**. 150.

⁴⁸ CANDIOTTI, María Elena. **El realismo pragmático en la concepción habermasiana de la verdad**. Tópicos. In. **Santa Fé**, v. 18, n. 2, p. 33-50, jul./dic. 2009. Aquí, p. 35, 36.

assim dizer, a continuidade de processos de aprendizagem naturais impostos à espécie em seu processo evolutivo resultando numa espécie de conteúdo cognitivo cumulativo.

Tal concepção da evolução natural já traz consigo a segurança do aprendizado como um processo similar, cujo eixo teórico associa nossos conteúdos cognitivos às estruturas em geral do equipamento orgânico natural – que possibilitam, por sua vez, nossos processos de aprendizado. Nesse empreendimento, conseguimos vislumbrar de perto a ideia de que tais processos de aprendizagem emergem como uma “sequência de soluções de problemas” que sempre vão nos elevando cognitivamente e, por conseguinte, tornando também os processos de aprendizado mais elevados (cf. **VJ**, p. 37).

O conceito de mundo formulado no âmbito da lógica do naturalismo fraco, como duas dimensões da realidade, parecem não bastar para tornar inteligível a maneira como processos cognitivos elaboram conteúdos de informações que afluem e já estão dados sempre no mundo de um sujeito e que vão sendo incrementados e cumulados com a evolução destes mesmos sujeitos.

Habermas resolve este impasse salientando que as duas esferas do conceito mundo não são conectadas pelo naturalismo fraco, na verdade estas duas esferas devem ser mantidas separadas e somente numa perspectiva de análise conceitual devem ser reunidas para fins de elucidação teórica. Seguindo assim, o filósofo não recai nem no idealismo que eleva as condições de possibilidade do conhecimento para um horizonte inalcançável e nem esbarra na posição do naturalismo estrito/puro que tende a tornar as ditas condições tão empíricas que, satisfatoriamente, seriam explicadas pelas ciências da natureza; Dutra corrobora com esta ideia quando salienta que “Habermas quer recusar tanto a falácia idealista, a qual separa mente e cérebro completamente, como a naturalista que une, completamente, mente e cérebro”⁴⁹.

A utilização de uma assunção meta-teórica não significa outra coisa senão que o naturalismo fraco sustenta a tese de que tanto o arcabouço orgânico, quanto as formas de vida socioculturais, têm sua gênese num processo natural e evolucionista e, que, somente, na busca de teorizar a capacidade humana de viabilizar processos cognitivos com conteúdos de informações e aprendizado, elas podem integrar o mesmo *framework*⁵⁰.

⁴⁹ DUTRA, Delamar J. V. **Razão e consenso em Habermas: a teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia**. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 137.

⁵⁰ Uma análise mais apurada deste dito naturalismo fraco nos lança numa suposição: parece que ao optar por este naturalismo fraco Habermas, consciente ou não, está resguardando a dupla caracterização kantiana do homem, a saber, um ser que pertence tanto ao mundo natural das determinações causais (mundo fenomênico), quanto um ser que pertence ao mundo da liberdade, mundo das indeterminações causais (mundo noumênico). Obviamente que esta suposição tem um *status* próprio dentro da teoria de Habermas, dado que ele procura asseverar que as

De acordo com Manfredo Oliveira, a vinculação da problemática transcendental-pragmática com a proposta habermasiana de um naturalismo fraco, desemboca, com a afirmação do primado genético da natureza frente à cultura, na sua concepção epistemológica realista sem representação⁵¹. Ora, submetidos às condições empíricas da evolução natural, os sujeitos são levados a buscar soluções para os vários problemas que os circundam e, como o caráter das condições transcendentais do conhecimento são contingentes, dada a pressuposição do mundo da vida, o modo de resolução será indicado pelo modo da referência/experiência que temos, uma vez pressuposto um mundo objetivo; haja vista que na evolução natural os sujeitos realizam tais manobras como resultantes de um processo de adaptação, mutação, seleção, estabilização e luta pela sobrevivência.

O desafio ao qual Habermas se propôs a enfrentar, a saber, pensar acoplados o “primado epistêmico” do mundo da vida e o “primado ontológico” de um mundo objetivo, é vencido. De tal modo que isso o possibilita sustentar uma espécie de realismo pragmático o qual, dispensando a representação mentalista e solipsista, contém afirmações descritivas de cunho objetivo compartilhadas por sujeitos capazes de fala e ação. Isso se dá ao evidenciar que a análise da linguagem recebe uma envergadura litigiosamente filosófica ao elevar o paradigma da linguagem ao nível que pertencera o mentalismo outrora.

2.2.3 A Necessidade de um Realismo sem representação

Em boa medida a assunção de um realismo sem representação emergiu para Habermas como uma consequência teórica de sua posição, pois como diz Dutra “a realidade para o pragmatista não se apresenta como algo a reproduzir ou a representar”⁵². E também, por meio das intuições geradas das leituras das obras de H. Putnam e dos debates com R. Rorty. Talvez ao primeiro ele deva o formato intuitivo de um realismo sem representação, quando, Putnam assinala que seu realismo interno, contraposto ao realismo externo/metafísico, poderá ser uma espécie de pragmatismo⁵³. Ao segundo, ele deve, entre outras coisas, a rejeição de uma

estruturas transcendentais irrompem na história, ou seja, não é algo situado no além da realidade do mundo, entretanto, também não podem ser identificadas como algo empírico. Contudo, vale ainda salientar, a estrutura de pensamento permanece a mesma que aquela de Kant. Cf. OLIVEIRA, Manfredo A. **Ética e Sociabilidade**. São Paulo: Loyola, 2009, 4ª Ed. p. 132-141.

⁵¹ Cf. OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. p. 94.

⁵² DUTRA, Delamar J. V. **Razão e consenso em Habermas: a teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia**. p. 140.

⁵³ Cf. PUTNAM, Hilary. **Philosophical Papers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986 vol. 3. p. 225, 226. As várias posições de Putnam e uma análise mais detalhada de suas ideias serão abordadas no terceiro

representação mentalista cuja retaliação pragmática ele realiza em sua obra *A Filosofia e o espelho da natureza*⁵⁴.

Constatamos que Habermas sustenta a hipótese de um mundo idêntico para todos e independente de nossas descrições, o que é possível graças ao pragmatismo por ele professado. Este pragmatismo de inspiração kantiana é a consequência mais coerente da substituição do paradigma de uma filosofia da consciência ou mentalista para o paradigma de uma filosofia centrada na linguagem. Os desenvolvimentos da filosofia da linguagem nos possibilitaram excluir todo e qualquer acesso ao mundo que não seja mediado pelas categorias que a linguagem previamente impõe à experiência com os objetos do mundo e, nesse sentido, não podemos mais desvincular nossa capacidade de conhecer de nossa capacidade de falar e de agir, uma vez que, já sempre nos encontramos encerrados no horizonte dessas práticas no mundo da vida; destarte, todas as nossas experiências, conhecimentos, sentimentos, atividades etc. já estão linguisticamente mediadas (Cf. **VJ**, p. 38, 39).

Habermas assume de saída que o primado epistêmico de um mundo da vida linguisticamente articulado não pode renunciar ao primado ontológico de um mundo objetivo intersubjetivamente compartilhado. Ora, isso significa que do ponto de vista do realismo sem representação, a referência conceitual deve dar conta de explicar como o primado ontológico de um mundo compreendido em termos nominalistas pode conciliar-se com o primado epistêmico do mundo da vida linguisticamente partilhado, conforme ele mesmo assevera (Cf. **VJ**, p. 38). Estas alegações precisam ser mais detalhadas.

A assunção ontológica e epistemológica de um mundo objetivo e um mundo da vida, respectivamente, cuja estrutura foi esboçada anteriormente, permite-nos evidenciar que os fatores epistêmicos não são mais valiosos que os fatores ontológicos, mesmo que estes percam sua força, eles ainda continuam resistindo às vicissitudes epistêmicas dos sujeitos que, enredados em suas mais variadas práticas, referem-se sempre a um referente invariável e objetivo, a partir do horizonte de seu mundo vivido. Conforme Habermas salienta

capítulo deste trabalho, sob outra perspectiva. Aqui, o foco é estritamente o que Habermas intui e usa das ideias de Putnam, por isso, serão ressaltados apenas os aspectos que interessam a Habermas.

⁵⁴ Cf. RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume: Dumará, 1994. Segundo Manfredo de Oliveira: “De acordo com a perspectiva mentalista, que tem suas origens na filosofia antiga, mas que permaneceu intocada na filosofia moderna da consciência, a objetividade [do conhecimento] é assegurada pelo relacionamento correto do sujeito a seu objeto: o conceito, uma realidade do sujeito, corresponde ao que está fora, ao mundo objetivo. A mente é concebida, então, como um espelho contendo representações da realidade. Sem esta concepção da mente como um espelho, não teria sido possível pensar o conhecimento como representação da realidade. Esta imagem, para Rorty, surgiu no pensamento ocidental do desejo humano de dar fundamentos seguros ao conhecimento, o que é, para ele, um desejo totalmente equivocado, pois se radica em superstições e inseguranças que é melhor abandonar.” In.: OLIVEIRA, Manfredo A. **Neopragmatismo de Richard Rorty x teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas**. p. 42.

O conceito de referencia deve explicar como o primado ontológico de um mundo compreendido em termos nominalistas pode se conciliar com o primado epistêmico do mundo da vida linguisticamente articulado. Pois o primado epistêmico não pode suprimir o ontológico, para ainda podermos compreender num sentido realista o fato transcendental do aprendido (VJ, p. 42).

A referência objetiva a algo deve ser mantida se nos quisermos entender quando deliberamos sobre determinado assunto e é isso que nos faz compreender como se vão efetivando o aprendido e o conhecimento. Habermas coloca à prova a concepção tanto da pragmática formal a qual sustenta, ao modo de Wittgenstein, que ‘o mundo é tudo que é o caso’, (essa concepção será chamada de m_1) – todavia, isto é o mesmo que dizer: o mundo é tudo o que é fato; acontece que em Habermas fato não é algo do mundo, mas aquilo que podemos atribuir aos objetos do mundo – quanto à concepção do nominalismo o qual sustenta que o mundo é a totalidade dos fatos no sentido do realismo (chamada de m_2). Poderíamos questionar se o mundo seria m_1 ou m_2 ⁵⁵?

O que vemos em m_1 é que ela desemboca no realismo conceitual, no qual o mundo aparecerá como uma estrutura linguística composta por tudo que é o caso, ou seja, enunciados e proposições seriam, de fato, realidades que existem no mundo. Em m_2 temos a assunção de um mundo como conjunto de objetos, cuja formulação teórica nos autoriza a admitir inúmeras formas linguísticas de articulação destes objetos; Habermas então pensa o mundo com a categoria de objeto. Fato é o que se pode atribuir aos objetos. O problema que emerge para Habermas é o seguinte: utilizar uma ou outra concepção é também se comprometer com as consequências epistêmicas e ontológicas delas decorrentes, além do que, isso implicaria o desenvolvimento teórico do conceito de *referência* daí decorrente.

As estruturas distintas de um mundo da vida do qual uma gama de estruturas universais da linguagem emergem, lança-nos um desafio: se somos capazes de acessar com nossa linguagem pelo menos um referente que exista no mundo, então, devemos garantir que qualquer outra forma de linguagem tenha esta mesma referência, como isso seria possível dado que cada sujeito age a partir do horizonte de seu mundo vivido?

Uma questão semelhante já fora enfrentada por Frege. Sua resposta pode ser expressa quando observamos detalhadamente sua posição. Segundo ele, as proposições do tipo ‘ $a = a$ ’ e ‘ $a = b$ ’ são frases cujos valores cognitivos são diferentes, isso, por um motivo muito simples: enquanto ‘ $a = a$ ’ podem ser justificadas *a priori*, ‘ $a = b$ ’ não podem. Frege propõe então

⁵⁵ Na verdade, podemos de imediato inferir que não há aqui diferença, pois a categoria ontológica aqui é fato que está tanto em m_1 como em m_2 . Mas Habermas faz questão de sabatinar a concepção de mundo do realismo conceitual e do nominalismo.

entender a relação semântica da referência entre as palavras e objetos a que se aplicam distinguindo a referência (*Bedeutung*) de um nome do seu sentido (*Sinn*)⁵⁶. Ele argumenta que mesmo havendo apenas uma referência podemos apresentar vários sentidos para ela. Por exemplo, quando substituimos nas proposições acima ‘a’ e ‘b’ por ‘Vésper’ e ‘Fósforo’, respectivamente, ainda assim temos sentidos e valores cognitivos diferentes. Que seja verdadeiro que ‘Vésper’ seja ‘Vésper’ os antigos astrônomos não negariam, mas a veracidade de que ‘Vésper’ seja ‘Fósforo’ era algo negada por eles; todavia, há de se indicar, ‘Vésper’ e ‘Fósforo’ não significam outra coisa senão o planeta Vênus, destarte, se os astrônomos viessem a conhecer que ‘Vésper’ é ‘Fósforo’, seria um tipo de conhecimento *a posteriori*. O referente ‘planeta Vênus’ aparece na perspectiva do sentido a ele atribuído como ‘Vésper’ e ‘Fósforo’⁵⁷. A resposta de Frege para a questão acima formulada seria a de que uma única referência pode ser apresentada sob a perspectiva de diferentes sentidos, ou seja, o referente permaneceria o mesmo ao passo que os sentidos das expressões seriam mutáveis.

Podemos pensar que Habermas tinha à sua frente uma resposta bem convincente e satisfatória na qual podia se ancorar para resolver o problema exposto, mas ele não optou por esta solução fregeana, são vários os motivos, vamos aqui elencar dois. O primeiro motivo que levou Habermas a expurgar esta perspectiva fregeana de seu projeto foi a alegação de que o realismo conceitual da concepção aplicada ao mundo objetivo cai numa projeção platônica, pois projeta no mundo objetivo uma única estruturação linguística advinda do além do horizonte do mundo da vida por meio das representações. O segundo motivo é decorrente do primeiro: para Frege, no caso específico das sentenças declarativas o sentido de uma frase é identificado com seu pensamento (*Gedanke*) e o que se diz precisamente verdadeiro ou falso, em última instância, são os pensamentos objetivos⁵⁸; assumir esta perspectiva é retornar a um

⁵⁶ “Que é, então, sentido em sua distinção para denotação? O sentido é a maneira como se manifesta o objeto. Por exemplo, na expressão “estrela da manhã”, o planeta Vênus nos é manifestado de um modo diferente do que quando dizemos “estrela vespertina”. In. OLIVEIRA, Manfredo A. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. p. 62.

⁵⁷ Cf. FREGE, Gottlob. **Sobre o Sentido e a referência**. [1892] In. ALCOFORADO, Paulo. (Org). **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978. p. 129-158.

⁵⁸ É preciso evidenciar alguns aspectos desta informação para não gerar mal entendidos: por conta do debate do anti-psicologismo Frege construiu uma série de argumentos para demonstrar que a matéria da ciência lógica tem caráter objetivo uma vez que trata dos “pensamentos” (*Gedanken*). Pensamentos são entidades originárias de um *terceiro reino*, eternos e independentes do ato humano de concebê-los. O objeto da psicologia, por sua vez, tem caráter subjetivo – as “representações mentais” (*Vorstellungen*). A lógica é caracterizada como objeto de estudo próprio da filosofia, em contraste com as representações mentais, que são objeto da psicologia. Tal distinção vem acompanhada da tese de que existe um mundo subjetivo das representações mentais, um mundo concreto onde se encontram os objetos destas representações e por último um “terceiro reino”, ao qual pertencem as verdades imutáveis expressas pela lógica. Cf. FREGE, Gottlob. **Os Fundamentos da Aritmética**. Tradução de Luiz Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1983. A afirmação de Frege que existe um mundo mental e um reino eterno revelam-se como ideias mantenedoras dos ideais de Platão e Descartes, ou seja, de um mentalismo exacerbado. Cf. BAKER, G. & HACKER, P. **Frege: Logical Excavations**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

modelo mentalista em que a percepção dos fatos estaria associada a uma espécie de intuição intelectual. Tal modelo já foi superado pelo pragmatismo que, deixando de lado toda construção intelectual de objetos como os dispostos na concepção m_2 , relacionam o conhecimento que temos não com a fonte de informação perceptual ⁵⁹, ou seja, o referente, mas somente à informação linguística que adquirimos com este contato o que faz com que tais informações possam ser revisadas e obliteradas quando temos novas perspectivas linguísticas sobre o referente (Cf. **VJ**, p. 41).

Decerto, é a ideia de um realismo, exposto por Putnam com o predicado *interno*, que está no fundamento da resposta de Habermas para a questão em jogo, uma vez que Putnam oferece-nos uma relação epistemológica e ontológica no dito realismo ⁶⁰. Habermas endossa uma posição que rejeita os erros e mantém os acertos teóricos das concepções de m_1 e m_2 , por isso, fala de uma ‘divisão de trabalho ontológica’; já que foram feitas erratas às duas concepções de m_1 e m_2 , a expressão pode ser entendida da seguinte maneira: são as distinções ontológicas existentes na assunção do mundo da vida e do mundo objetivo que autorizam pensar a proposta de m_1 e m_2 . O mundo objetivo estaria plenamente relacionado com a ideia de m_2 pelo motivo de que asseveram ambos a existência de uma realidade independente da linguagem. O mundo da vida estaria concatenado às ideias de m_1 já que ambos estariam a favor de um realismo conceitual que evidencia as estruturas linguísticas. Nas palavras de Habermas:

Nas categorias de realismo e nominalismo reflete-se a diferença metodológica entre, de um lado, o acesso hermenêutico do participante ao mundo da vida intersubjetivamente partilhado e, de outro, a atitude objetivante do observador que testa hipóteses na interação com o que ele encontra o mundo. O realismo conceitual do tipo gramatical é talhado para um mundo da vida de cuja prática participamos e de cujo horizonte não podemos escapar. Em contrapartida, a abordagem conceitual do mundo objetivo pelo nominalismo leva em conta a noção de que não podemos reificar a estrutura dos enunciados com os quais descrevemos algo no mundo, tornando-a uma estrutura do próprio ente (**VJ**, p. 41, 42)

Todas estas considerações sugerem que Habermas está preparando um terreno sobre o qual sua resposta venha a erguer-se satisfatoriamente. Por um lado, Habermas justifica

Segundo Kusch é, por isso, que tais ideias deram abertura a novas e mais fortes investidas da agenda psicologista para o estudo da lógica, da epistemologia, da linguagem e da mente. Cf. KUSCH, M. **Psychologism: A Case Study in the Sociology of Philosophical Knowledge**. London: Routledge, 1995.

⁵⁹ O que desencadearia a necessidade de representar mentalmente o referente.

⁶⁰ Cf. PUTNAM, Hilary. **Realism with a human face**. Edited and introduces by J. Conant. Cambridge: Harvard University Press, 1990. p. 109-115. As expressões “realismo interno” e “realismo pragmático” são equivalentes para Putnam, todavia estas somente serão abordadas no terceiro capítulo deste trabalho. Vale evidenciar, ainda, que Habermas não está tomando a seu favor a teoria de Putnam em seu todo. Se é o caso, para ser mais específico em apenas um ponto, enquanto Putnam está preocupado com o discurso técnico, Habermas enfatiza em sua pragmática todo âmbito da linguagem, desde aquelas linguagens cotidianas àquelas linguagens técnicas.

preliminarmente sua resposta com a afirmação de que a concepção de m_2 nos fornece a garantia de que linguagem e mundo se imbricam sem, no entanto, confundir-se⁶¹. Trata-se de um realismo interno totalmente destituído de representações e que, por isso, implica a afirmação da existência de um mundo percebido independentemente de nossas descrições e visto como o mesmo para todos nós. Desta forma,

O mundo objetivo não é mais algo a ser retratado, mas apenas o ponto de referência comum de um processo de entendimento mútuo entre membros de uma comunidade de comunicação, que se entendem sobre algo no mundo. Os fatos comunicados não podem ser separados do processo de comunicação, assim como não se pode separar a *suposição* de um mundo objetivo do horizonte de interpretação intersubjetivamente compartilhado, no qual os participantes da comunicação desde sempre já se movem. O conhecimento não se reduz mais à correspondência entre proposições e fatos (Cf. **VJ**, p. 234).

Pelo fato de existirem várias linguagens atreladas aos âmbitos dos mundos da vida, o acesso ao mesmo referente não se dá da mesma maneira. Ora, como estas linguagens são distintas tendo em vista o âmbito que as condiciona, o acesso ao mesmo referente será diferente⁶². O referente é o mesmo, o acesso é garantido, mas o modo pelo qual acessamos algo real é completamente volúvel dado que a moldura teórica na qual nos encontramos possibilita processos de aprendizado diversos, permanecendo sempre falível (Cf. **VJ**, p. 43)⁶³.

Esta é precisamente a tese de Putnam, a qual Habermas acha perfeitamente condizente com suas reflexões. Segundo Habermas, “as referências semânticas que os participantes da comunicação explicitamente produzem com seus enunciados enraízam-se em práticas” (**VJ**, p. 44), por isso, o conteúdo semântico de suas perspectivas pode ser revisado e melhorado mesmo que tenham ou estejam funcionando, resguardando o fracasso performativo e, desta maneira, salvaguardando nossa capacidade de nos referir ao mesmo referente sob diferentes descrições teóricas (Cf. **VJ**, p. 45).

⁶¹ Manfredo Oliveira afirma que “Para Habermas, o uso do predicado ‘verdadeiro’, no sentido de uma validade incondicional, significa que sentenças verdadeiras merecem ser aceitas como válidas por qualquer um em qualquer lugar. A esta universalidade da validade da verdade corresponde, do lado da referência, a suposição de que o mundo, qualquer que seja a perspectiva com a qual nos referimos a algo nele, permanece o mesmo e único mundo”. In. OLIVEIRA, Manfredo A. **Neopragmatismo de Richard Rorty x teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas**. p. 53.

⁶² Adverte-nos Oliveira: “o mundo objetivo deixa de ser algo que possa ser reproduzido e torna-se um simples ponto comum de referência de um processo de entendimento entre os membros de uma comunidade determinada de comunicação, que se entendem entre si sobre algo.” In. OLIVEIRA, Manfredo A. **Neopragmatismo de Richard Rorty x teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas**. p. 46.

⁶³ Observemos que esta afirmação apenas indica que podemos acessar algo no mundo, ela não está comprometida com uma tese rebatida por Habermas de que temos acesso direto às entidades do mundo. Habermas sustenta que “o ‘modelo comunicacional’ do conhecimento faz valer a ideia de que não temos nenhum acesso direto às entidades no mundo, um acesso independente de nossa práxis de entendimento mútuo e do contexto linguisticamente constituído de nosso mundo da vida”. In. HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação: ensaios filosóficos**. p. 235.

O realismo sem representação efetiva-se como necessário ao projeto de Habermas ao desmentir uma característica do realismo metafísico, a saber, este não pressupõe mediação nenhuma para que o mundo enquanto tal seja inteligível ou inteligido. Não obstante, Habermas aceita esta ontologia, pois para ele o real é a totalidade dos objetos com suas propriedades e relações. Porém, o realismo metafísico interligado com um esquematismo transcendental forte prescreve uma única via de acesso e interpretação do mundo – geralmente interligada a representações intelectivas solipsistas –, é por essa razão que Habermas opta pelo realismo sem representação, o qual nos permite um acesso e uma descrição variada do mesmo referente por meio de diferentes esquemas conceituais que, sem colocar o referente objetivo numa espécie de correspondência metafísica com a consciência fechada em si, estão encerrados no exercício pragmático, factual e falível de nossas visões intersubjetivas comunicacionais do mundo ⁶⁴.

2.2.4 Resultados do projeto Habermasiano obtidos nessa exposição

A proposta de Habermas não é só atraente, mas tão bem especificada e explícita que podemos ver de perto todas as conexões teóricas formuladas em seu projeto. A linguagem de que Habermas lança mão está vinculada ao reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade de uma sentença, assim ela satisfaz as exigências de ser comunicacional e expositiva. Esta linguagem é efetivada tendo em vista as duas dimensões em que ela opera: O mundo da vida e o objetivo. Enquanto o mundo objetivo é uma antecipação formal pressuposta por todos os sujeitos capazes de fala e ação, o mundo da vida é a dimensão em que sempre nos encontramos ao inferir algo sobre o mundo objetivo. As formas de vida socioculturais que são as estruturas transcendentais do mundo da vida possibilitam os nossos processos de conhecimento que não são senão o resultado de um rigoroso processo de aprendizagem de natureza histórico-natural.

⁶⁴ Isto é o que torna possível a interligação das operações cognitivas e os processos de cooperação e entendimento mútuo dos indivíduos socializados. Cf. HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação: ensaios filosóficos**. p. 234.

A autoridade epistêmica de uma consciência fechada em si, que transcende o mundo em todos os sentidos, dá lugar às formas de vida socioculturais que partilham regras e vinculam o conhecimento ao paradigma central da linguagem por meio da formulação pragmático-transcendental fraca, abandonando o modelo mentalista do conhecimento. A proposta de Habermas se desvincula do transcendental forte kantiano e se fortalece ao acoplar novos fatores teóricos ao seu projeto, todavia, é preciso, afirmar com Apel ⁶⁵, que o núcleo transcendental ainda é mantido, algo que Habermas não nega.

2.3 A modo de conclusão

O que expusemos até aqui nos permite inteligir que o *status* teórico da Filosofia é apresentado, tanto por Kant quanto por Habermas, como uma dimensão que, a nosso ver, em suas nuances, deixa de lado as perguntas metafísicas-realistas-epistêmicas para investigar questões epistêmicas-anti-realistas. Temos aqui a inflexão de indagações metafísicas para indagações epistêmicas. Tudo aquilo que ultrapassa nossas limitações cognitivas dadas nas condições que possibilitam nosso conhecimento, como é o caso do que é concebido de maneira realista, é por excelência uma questão metafísica que não é possibilitada aos sujeitos. Destarte, a dimensão teórica com a qual a Filosofia está essencialmente comprometida é reduzida à dimensão transcendental exclusiva, ou ao pragmatismo transcendental, este em sua versão fraca; isso reduz as teorias às nossas posturas teóricas particulares. O próximo capítulo deste trabalho apresentará o esforço de um autor que pretende ir de encontro às posturas apresentadas neste capítulo, a fim de recuperar o caráter teórico abrangente do que chamamos Filosofia.

⁶⁵ Cf. APEL, Karl Otto. **Transformação da filosofia II: O a priori da comunidade de comunicação**. São Paulo: Loyola, 2000.

3 A PROPOSTA DE PUNTEL COM A FSE: RECUPERANDO A COMPLETUDE TEÓRICA

O objetivo deste capítulo é, partindo da noção de quadro referencial teórico, esboçar de que modo se estrutura a FSE e como Puntel articula, a partir dessa perspectiva, uma posição teórica bem ampla e radicalmente diferente das concepções apresentadas no capítulo precedente. Para que isso seja satisfeito, nossa exposição apresentará num primeiro momento os componentes irrenunciáveis de uma teoria filosófica, o que também são os componentes do quadro referencial teórico. Em seguida, apresentaremos a dimensão teórica da Filosofia e o que ela pressupõe para ser efetivada e até mesmo chamada de teoria filosófica. Concluiremos com um pequeno apanhado das reflexões elaboradas neste capítulo.

3.1 O quadro referencial teórico de *EeS*

Toda teoria bem elaborada pressupõe um determinado percurso discursivo, ou seja, um itinerário que parte da formulação de uma temática em forma de uma ou mais questões, de conceitos iniciais, de premissas e argumentos engendrados e concatenados; numa palavra, de elementos teóricos iniciais, e que conduz ao que, neste caso, é à completude da concepção ou teoria, sendo então a temática tratada e explicitada de modo satisfatório ⁶⁶.

Nada pode ser objeto da tematização filosófica se não se puder falar a respeito disso, assim, uma teoria tem de pressupor que seu objeto de estudo seja expressável, e, uma vez que, toda teoria se articula numa determinada linguagem ⁶⁷, esta assume um papel central no empreendimento teórico-filosófico. Investigar os componentes irrenunciáveis com os quais uma linguagem se efetiva marca o início do filosofar proposto por Puntel.

Na obra *EeS* é este o caminho metodológico com o qual Puntel opera, contudo não será possível neste trabalho, por questões metodológicas, seguir de perto o que a exposição detalhada e precisa de Puntel vai tecendo. Não obstante, nossa apresentação buscará ser concisa e direta naquilo que se nos apresenta como importante para o desfecho desse trabalho.

O percurso do discurso filosófico é um empreendimento estritamente teórico, ou seja, a atividade filosófica enquanto tal difere de outras atividades por ser exclusivamente uma

⁶⁶ Cf. DAVIDSON, D. **Epistemology and truth**. In: *Subjective, intersubjective, objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001. p. 42.

⁶⁷ Puntel afirma que: “Um elemento pura e simplesmente irrenunciável do quadro teórico sistemático-estrutural é a *linguagem*. Ela constitui, em qualquer aspecto importante, o centro do quadro teórico.” In: PUNTEL, Lorenz B. **Ser e Deus. Um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J. -L. Marion**. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2011. p. 152. (De agora em diante citado no texto como **SeD**.)

atividade teórica⁶⁸. Conforme L. B. Puntel, desde seu início a Filosofia concebeu a si mesma como um modo de saber universal o qual não punha barreiras para a efetivação de sua teoricidade; na filosofia contemporânea, contudo, o grande obstáculo para a realização desta tarefa é o abismo entre teoria e realidade. O programa metodológico da FSE proposto em *Estrutura e Ser* é aclarado por Puntel quando, na polêmica da má interpretação de suas teses por Cirne-Lima, assevera que: “a meta de ES é elaborar o que no subtítulo de ES é denominado um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática”⁶⁹. Mas de início cabe a pergunta: O que é uma Filosofia sistemática estrutural?

Puntel não nos vai dar uma definição formalizada em termos/símbolos lógicos do que seja a FSE. Não obstante, ele propõe uma definição informal do que já seja esta filosofia. Neste sentido, podemos entender *EeS* como o cumprimento do programa que é articulado pelo que Puntel chama de quase definição no sentido de uma definição programática, ou seja, *EeS* é a explicitação do que é dito aqui em seu início, na quase definição (Q-DEF) da FSE. Segundo Puntel “(Q-DEF) a filosofia sistemático-estrutural é a teoria das estruturas universais (mais gerais) do universo do discurso [=universe of discourse] ilimitado”⁷⁰.

O que temos de antemão é que a Filosofia é uma atividade impreterivelmente teórica e, portanto, enquanto teoria tem a tarefa irrenunciável de explicitar a inteligibilidade de algo, ou do mundo. Uma vez que uma teoria não surge do puro acaso, ou até mesmo que pudéssemos sustentar sua existência desta forma, deveríamos, também, ser conscientes do que esta pressupõe para emergir como tal. Por isso, vale levantar a seguinte questão: o que uma teoria pressupõe para ser efetivada, elaborada, construída e compreendida? Uma vez que uma teoria visa explicitar a inteligibilidade de algo, (e no caso da FSE do universo ilimitado do discurso) para que seu desenvolvimento se torne exequível devem ser assinalados muitos requisitos específicos, os fatores que preenchem esses requisitos podem ser chamados de *quadro referencial teórico* (Cf. **EeS**, p. 27).

⁶⁸ “[...] deve-se supor e diferenciar entre três tipos de atividades, atitudes ou modos de exposição fundamentais, igualmente originários, não redutíveis uns aos outros nem a qualquer outra coisa: teoricidade, praticidade e esteticidade. A primeiríssima condição a ser preenchida para que se logre esboçar e empreender um programa filosófico significativo é que a filosofia se já concebida rigorosamente como empresa teórica e não seja confundida com empresas oriundas de algum dos dois outros tipos de atividades, atitudes ou modos expositivos.” Cf. **EeS**, p. 33 e 34.

⁶⁹ PUNTEL, Lorenz B. C. **Cirne-Lima e sua rejeição do “Deus de católicos e protestantes” e afirmação do “deus imanente dos místicos” - um exame crítico das suas críticas e interpretações decorrentes do seu sistema neoplatônico-neohegeliano**. Síntese, Belo Horizonte, v. 36, n. 114, 2009. p. 48.

⁷⁰ **EeS** p. 33. Puntel segue destrinchando os conceitos que compõem esta Q-DEF. Aqui nos contentamos simplesmente em apresentar a Q-DEF para que se tenha em mente o que pretende inicialmente a FSE.

Uma vez que, segundo o exposto, todo e qualquer empreendimento teórico pressupõe um quadro referencial teórico para tornar executável sua atividade, podemos inferir que cada quadro teórico se efetiva para determinadas temáticas ou conteúdos.

EeS começa explicitando o que toda e qualquer teoria pressupõe para receber o *status* de teoria, isto é, os componentes do quadro referencial teórico com o qual opera. Este *quadro referencial teórico* enquanto tal é constituído de uma *Linguagem* (na qual uma sentença é elaborada na linguagem específica), uma *Semântica* (a sentença dá as palavras que a formam um significado valorativo específico), uma *Lógica* (as palavras das sentenças seguem uma encadeação ordenada e referida a certos níveis de raciocínios) e uma *Ontologia* (o enunciado efetivado se refere ao mundo-em-si, daí a teoria emergente dizer respeito à realidade mesma, às entidades, aos domínios objetivos)⁷¹. Destarte, tudo que teorizamos dentro de um quadro pressuposto é possibilitado pela esfera à qual ele se refere, todavia a esfera a qual o quadro teórico se refere é compreendida justamente pelo fato de o quadro estrutural ser elaborado ou explicitado como tal.

Sentenças teóricas são sentenças expressas dentro de um quadro referencial teórico e, por isso, cabe-nos diferenciar entre o quadro referencial em si e aquilo que o quadro referencial contém. Por essa razão, Puntel sugere que “pode-se associar ao termo quadro referencial dois conceitos parcialmente distintos: um *conceito abstrato ou subdeterminado* e um *conceito concreto ou completamente determinado*” (EeS, p. 29)⁷².

Num primeiro momento, temos o *conceito abstrato ou subdeterminado* do quadro referencial teórico. Aqui, constatamos a dimensão do quadro referencial teórico em si, na medida em que ele é tomado ou tematizado independente do que contém, ou seja, alguma parte dele ou o universo enquanto tal, ou para o que ele fora desenvolvido. Os critérios para comparar se de fato este quadro em si é adequado para tratar determinados temas filosóficos ou científicos devem seguir o crivo da coerência e inteligibilidade⁷³, perguntando se

⁷¹ Cf. HERRERO, Javier F. **Ser e Deus na Filosofia sistemático-estrutural de Puntel**. Síntese - Revista de Filosofia, V. 39 N. 124 (2012): 205-236. Aqui. p. 210. Puntel evidencia o exposto da seguinte maneira: “pode-se dizer que um quadro teórico compõe-se essencialmente de quatro elementos: uma linguagem, uma sintaxe/semântica, uma lógica e uma ontologia e teoria do Ser (onde por “ontologia” entende-se tão somente uma teoria dos seres/entes). Muito filósofos consideram também a teoria do conhecimento (epistemologia) como um quinto elemento. Segundo a filosofia sistemático-estrutural a dimensão epistêmica não constitui uma parte essencial de uma teoria.” In. PUNTEL, Lorenz B. **A Filosofia e a questão de Deus: um novo enfoque sistemático**. Síntese, Belo Horizonte, v. 42, n. 134, 2015, pp. 365-395. Aqui p. 373.

⁷² Respeitando os modos de exposição de cada filósofo, a formulação de Puntel lembra muito a distinção aristotélica entre o objeto formal e objeto material da Filosofia.

⁷³ Conforme Puntel assevera: “[...] o termo ‘coerência’ não é entendido como sinônimo de ‘consistência’ [...]. Para determinar o conceito de coerência com mais precisão, será aduzido o aspecto de *inteligibilidade*: quanto maior a inteligibilidade (de um conceito, de uma interrelação etc.) tanto maior será a coerência alcançada”. In.

verdadeiramente este quadro é o mais adequado para dar conta de tematizar o que se tem em vista. Ao fazer isso, especifica-se a validade e aplicabilidade deste quadro no que tange aos seus componentes constituintes fundamentais e elementares.

Num segundo momento, o *conceito concreto ou completamente determinado* articula a relação do quadro teórico com seu conteúdo. Já que sentenças não podem situar-se para além de um quadro teórico, porque toda e qualquer posição teórica parte de pressupostos requeridos para sua efetividade, o conteúdo expresso dentro de um quadro teórico expõe a unidade do quadro referencial teórico e seu conteúdo, a teoria, a qual nada mais é do que conjuntos de sentenças decorrentes da aplicação do quadro teórico ao conteúdo que ele comporta. Aqui os componentes fundamentais e elementares do quadro teórico se interrelacionam com o tema que ele emoldura, pois dentro deste quadro teórico sempre se faz referência a algo.

O quadro referencial teórico apresentado em *EeS* constitui um quadro concreto ou completamente determinado, todavia ele se nos apresenta no início do livro como um quadro abstrato, uma vez que só teremos a plena inteligibilidade deste quadro quando as estruturas do mundo estão completamente determinadas no arcabouço do quadro teórico da FSE. Por isso, conforme sustenta M. Oliveira, “a formação de uma teoria filosófica consiste em trabalhar a interconexão entre a dimensão dos dados e a dimensão das estruturas de tal forma que as estruturas afinal emergem como estruturas dos dados”⁷⁴. Estas palavras levam-nos a pensar que, num quase teor metafórico, as estruturas seriam a moldura e o *universo do discurso ilimitado* o que pode ser emoldurado no quadro referencial teórico⁷⁵.

EeS, p. 90. Observemos que o conceito de coerência e inteligibilidade de que Puntel lança mão está ligado não a uma ideia de consistência estritamente lógica, mas as (inter)conexões realizadas na assunção de uma dada teoria.

⁷⁴ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2014. p. 208.

⁷⁵ Obviamente ainda não caracterizamos o que Puntel entende por universo do discurso ilimitado, por hora, basta ter em mente que a teoria filosófica não encontra restrições para sua atividade; tudo, absolutamente tudo, pode ser candidato a uma teoria filosófica e isso está dado no universo do discurso ilimitado, portanto, o universo do discurso representa o algo de que trata a FSE, a totalidade do que está dado, o domínio específico ou ainda a temática específica da Filosofia sustentada por Puntel. Cf. *EeS*, p. 37-42.

Vale enfatizar mais uma vez que nada pode ser objeto da tematização filosófica se não se puder falar a respeito do que se tem em vista teorizar, desta maneira, uma teoria tem de pressupor que aquilo que deseja tematizar seja expressável, e, uma vez que, toda teoria se articula numa determinada linguagem, esta assume um papel central no empreendimento teórico-filosófico. Uma linguagem adequada se apresenta de início como um componente essencial de toda e qualquer teoria e em geral de todo discurso teórico, porque uma teoria ou um discurso teórico deve ser articulado linguisticamente com todos os componentes desta linguagem ⁷⁶. Mas qual tipo de linguagem será capaz de exprimir, adequadamente, todos os elementos teóricos: as estruturas e o universo do discurso ilimitado?

3.1.1 A Linguagem filosófica formulada em EeS

A linguagem emerge como elemento central no empreendimento teórico-filosófico, posto que nada existe que possa ser articulado teoricamente sem que uma determinada linguagem entre em ação. Destarte, na estruturalidade dos componentes da linguagem podemos conceber a estruturalidade própria do mundo que ela articula.

Em primeiro lugar, vale dizer que a linguagem que *EeS* impõe é uma linguagem eminentemente expositiva e as sentenças declarativas têm uma função fundamental dado que é por elas que um teórico é elevado ao universo do discurso. De fato, a concepção linguística que Puntel adota não é a pragmática ou a natural ⁷⁷, mas isso não quer dizer que a FSE elimine a dimensão ou o componente pragmático da linguagem, principalmente se entendermos pragmática como uma estrutura linguística da linguagem natural e comunicacional ⁷⁸. Desta maneira, conforme Puntel adverte, “é preciso considerar, porém, que nem a linguagem natural ou normal exclui totalmente o momento da exposição nem a

⁷⁶ Cf. PUNTEL, Lorenz B. **A Filosofia e a questão de Deus: um novo enfoque sistemático**. p. 373.

⁷⁷ O argumento que rejeita este critério linguístico como teoricidade será exposto quando discutirmos questões relativas à semântica e a ontologia rejeitadas pelo autor de *EeS*, contudo, podemos afirmar de imediato que as formas sintático-linguísticas das linguagens naturais ou normais não dão conta de elucidar a dimensão da teoricidade concebida por Puntel.

⁷⁸ Para Puntel podemos constatar três planos de determinação da linguagem, a saber: 1. contextual; 2. pragmático; 3. semântico. “Aqui se presume que os três planos estejam inter-relacionados de tal modo que a determinação linguística contextual-cotidiana pressupõe a pragmático-linguística e esta, por sua vez, pressupõe a determinação linguística semântica. Inversamente, a determinação linguística semântica não pressupõe os outros dois planos, nem a determinação pragmático-linguística pressupõe a contextual-cotidiana” In. *EeS* p. 201. A assunção destas palavras leva-nos a enxergar a determinação semântica como a dimensão fundamental da linguagem. No próximo sub-tópico isso será devidamente fundamentado e explicado, aqui vale apenas enfatizar a ideia de que a pragmática não é eliminada; ela apenas não tem primazia na teoricidade dado que esta aceita somente sentenças expositivas, isto é, teóricas.

linguagem filosófico-teórica a possibilidade da comunicação” (EeS, p. 494) ⁷⁹. Todavia, podemos evidenciar duas maneiras de compreender as diferenças elementares entre a linguagem na sua forma comunicacional e expositiva (EeS, p. 494, 495).

1- no plano da determinação linguística natural, a comunicação é objetivamente o fim para o qual se direciona a linguagem. Isso implica que o fator determinante deste processo é o diálogo, inteirado no âmbito intersubjetivo.

2- a autonomia da linguagem expositiva, que é a linguagem filosófica em sentido estrito aceita apenas sentenças declarativas, pois o que está em jogo numa linguagem teórica é que não se faz necessária a referência a sujeitos, porque seu objetivo é a “coisa” e não prioritariamente a comunicação. Nesta linguagem a dimensão expositiva visa simplesmente elevar/articular a coisa de que se trata numa teoria ao espaço das razões; este nível é o espaço da articulação teórica do objeto tematizado por um teórico. Dessa maneira, alguém que, ao se deparar com a teoria articulada no espaço das razões, entende o *modo de exposição da coisa*, transforma esse modo expositivo da coisa em um *modo expositivo da coisa para (ele)* ⁸⁰.

Tudo o que aparece e vale como conteúdo conceitual teórico é articulado ou está em conexão com a linguagem filosófica que é expositiva, isso merece algumas considerações. Em primeiro lugar, vale salientar que a linguagem expositiva não é um mero instrumento subjetivo de exposição dos conteúdos conceituais que, de alguma maneira, existem ou possuímos de modo apriorístico independente da própria linguagem. Em segundo lugar, temos exposto intencionalmente até aqui, à guisa de Puntel é claro, que a articulação sempre é articulação conceitual de algo, de alguma coisa e não apresentação de conteúdos conceituais autônomos. A assunção desta indicação implica que os conteúdos conceituais não existem sem articulação linguística, ao contrário, esta articulação é um momento constitutivo dos próprios conteúdos conceituais (Cf. EeS, p. 226) ⁸¹. Por fim, em terceiro lugar, assumir que entre conteúdos conceituais teóricos e articulação linguística existe uma relação íntima, implica assumir que a dimensão semântica exerce aí um papel fundamental, porque quando expressões linguísticas são usadas significativamente, então há uma relação a algo, nesse sentido as expressões designam ou exprimem alguma coisa. Neste caso, ao estruturar o conteúdo conceitual linguisticamente, estamos a estabelecer seu significado semântico o que desemboca na afirmação sustentada por Puntel de que é “só na dependência das estruturas

⁷⁹ Para maiores esclarecimentos veja as observações que Puntel realiza em *EeS*, especificamente a seção 5.1.

⁸⁰ E é por possibilitar a compreensão de outros sujeitos que a linguagem filosófica não elimina de modo absoluto a comunicação, mas esta só aparece de modo marginal aos interesses desta linguagem.

⁸¹ É importante deixar claro que o exposto não assume nem de longe que os conteúdos conceituais se reduzem a entidades linguísticas, mas, antes que é pela esfera linguística que o teor conceitual se manifesta quando nos damos conta de que o temos. Cf. EeS, p. 211-214.

semânticas que as estruturas formais e ontológicas podem começar a ser compreendidas e definidas” (**EeS**, p. 227). Estas considerações permitem-nos chegar a três conclusões:

- i) Por meio da linguagem filosófica, que difere da linguagem natural, elevamos nosso objeto ao espaço das razões e elucidamos a compreensão teórico conceitual do que tínhamos em vista.
- ii) Os conteúdos conceituais a partir dos quais uma teoria vem à tona, emergem em estrito relacionamento com a sua articulação linguística, a forma linguística tem assim uma importância central e decisiva para a caracterização do discurso, para assumirmos um critério linguístico de teoridade é preciso investigar minuciosamente os momentos estruturais centrais desse discurso. (Cf. **EeS**, p. 118).
- iii) A dimensão semântica é compreendida como aquela dimensão que detém o elemento central da linguagem, pois nela se revela o caráter expressivo: a linguagem é sempre linguagem de algo (mundo), e o mundo é sempre o mundo que se expressa na articulação linguística ⁸².

Dito isto, podemos observar como a *FSE* está solidificada numa linguagem filosófica relacionada com uma semântica fundamentalmente adequada e consistente. A semântica que decorre das posições sustentadas parece possuir um caráter realista, mas como este predicado é passível de muitas compreensões e ambiguidades, é preferível dizer que esta semântica possui uma orientação ontológica (Cf. **EeS**, p. 245). Por meio deste direcionamento genuinamente ontológico, esta semântica se contrapõe a todas as formulações semânticas que negligenciam a referência ontológica da linguagem. O entrelaçamento de semântica e ontologia constitui o ponto decisivo da linguagem e da arquitetura erguida em *EeS*. Nas palavras de Puntel

É preciso mencionar e ressaltar uma última característica da semântica a ser desenvolvida aqui: semântica e ontologia estão entrelaçadas da maneira mais íntima possível, e isto no sentido forte de que elas constituem os dois lados de uma e mesma moeda. Essa tese fundamental resulta da adição de certas premissas a partir da posição central que a linguagem possui para a filosofia ou para toda empresa teórica (**EeS** p. 246.)

Nossa tarefa agora é mostrar, panoramicamente, como Puntel concebe os caracteres básicos desta semântica e – por estar intimamente relacionada a ela – desta ontologia por ele defendidas.

⁸² Cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. p. 221.

3.1.2 Semântica e ontologia como dois lados da mesma moeda

Na sua forma mais precisa a semântica tem a ver com a interpretação de uma linguagem, a qual estabelece, em primeiro lugar, o sentido das diversas expressões linguísticas, e, em segundo lugar, a referência dessas mesmas expressões⁸³. Anteriormente nos referimos à ideia de que a semântica defendida por Puntel poderia ter o predicado de *realista*, mas preferimos, a seu modo, chamá-la *semântica ontologicamente orientada*, por isso, cabe aqui algumas considerações importantes que desencadearão nossa reflexão, além de nos livrar de mal-entendidos.

Bem, um leitor minimamente familiarizado com a literatura filosófica contemporânea ao escutar falar de uma semântica ontologicamente orientada é levado a pensar que a proposta de Puntel vincula-se ao externalismo semântico. Segundo tal teoria, não obstante suas variações hoje encontradas, o significado de um termo é determinado através de uma cadeia causal externa que liga o termo a uma sequência de eventos externos à dimensão linguística de um falante, ou seja, à dimensão de um mundo objetivo, real e isto, aparentemente, está de acordo com certas orientações ontológicas⁸⁴. Pois bem, a proposta de Puntel nem de longe vincula-se a este tipo de teoria, muito menos à teoria oposta denominada internalismo semântico; e isto por vários motivos, dentre os quais, dois são importantes para o desenrolar desse trabalho:

- 1- O problema central aqui reside no quadro semântico derivado de uma interpretação da linguagem normal, – ou seja, uma linguagem que não seja a linguagem filosófica aqui sustentada, deverá ser rejeitada – pois ela está completamente fundamentada no *princípio de composicionalidade*, que se estrutura na forma sujeito-predicado das sentenças, a questão aqui é que entender a sentença como sendo estruturada na forma de sujeito-predicado implica uma ontologia ininteligível, a ontologia da substância enquanto substrato⁸⁵.

⁸³ Cf. SEMÂNTICA In. BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson Gonçalves. **Enciclopédia de termos lógico- filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 695-697. Aqui p. 695.

⁸⁴ A teoria propõe que os significados das palavras e dos estados mentais estão relacionados com o mundo externo, ou seja, o mundo físico-social-linguístico, isto implica que atribuir significado a um termo depende, ao menos em parte, do mundo físico-social-linguístico. Trata-se, portanto, de uma relação da mente humana com o mundo externo. Saul Kripke e Hilary Putnam foram os primeiros a formular o modelo do externalismo semântico contra a teoria semântica tradicional. Cf. KRIPKE, Saul. **Naming and Necessity**. Oxford: Blackwell, 1972. Cf. Também PUTNAM, Hilary. **Mind, Language and Reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. p. 139.

⁸⁵ Conforme Puntel assevera: “A sintaxe e a semântica dessas linguagens e a ontologia da substância são dois lados da mesma moeda. Mais precisamente dever-se-ia falar do quadro fundamental ontológico-semântico

- 2- Tenhamos clara a ideia de que semântica e ontologia são os dois lados da mesma moeda. Ao aplicarmos a esta tese basilar a figura de inferência $p \rightarrow q \sim q \sim p$, conhecida como *modus tollens*, eis o que temos: se as linguagens normais estão baseadas numa semântica composicional, segue-se que a ontologia a ela associada deve ser, também, uma ontologia composicional. Uma vez que, conforme se mostrará mais à frente, a ontologia composicional, que é a ontologia tradicional da substância, é inaceitável por ser ininteligível, deve-se rejeitar, também, a semântica composicional a ela vinculada (Cf. **EeS**, p. 246).

Os argumentos seguintes procurarão interligar esses dois problemas, chegando a explicitar o motivo que leva Puntel a rejeitar a semântica e a ontologia composicionais presentes em várias searas filosóficas e científicas.

As linguagens naturais ou normais se baseiam na semântica composicional, a qual tem como ponto de partida sentenças que utilizam a forma S-P, por exemplo, ‘*Aristóteles é um cientista*’. O arcabouço sobre o qual se ergue a semântica composicional está na ideia de que: dada uma determinada linguagem X, o significado semântico de uma expressão complexa é, e só pode ser, determinado pelo significado das expressões que a compõem e pelo modo como estão concatenados entre si os termos que compõem a dada expressão.

Já que o significado do todo depende de modo previsível do significado das partes e de como elas estão arranjadas numa determinada expressão ⁸⁶, é possível ver que por trás do princípio da composicionalidade encontramos também a existência de unidades mínimas e regras combinatórias entre essas unidades que podem levar a partes maiores, estruturadas de acordo com as unidades e as regras de combinação utilizadas. Ora, isso significa dizer que o valor semântico de uma dada sentença é dependente dos valores semânticos dos subcomponentes da sentença, e, por conseguinte, como afirma Manfredo Oliveira “o valor semântico de uma expressão linguística é apreendido antes e independente de qualquer sentença em que ocorra” ⁸⁷.

Os componentes sentenciais são o sujeito e o predicado e isso desemboca na compreensão de que a semântica composicional recebe sua articulação formal na linguagem lógica dos predicados de primeira ordem, que compra a ideia ontológica de substância ligada

elaborado pelos filósofos que empregam a linguagem natural ou normal. Deve-se diferenciar cuidadosamente dessa linguagem natural assim interpretada e teorizada a linguagem natural *como tal*, isto é, a que é utilizada por falantes (não filosóficos) concretos. Neste livro, a linguagem natural é entendida assim como ela costuma ser interpretada filosoficamente, a saber, como linguagem lógico-predicativa de primeira ordem.” In. **EeS** p. 256.

⁸⁶ Cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. p. 223.

⁸⁷ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. p. 224.

à semântica composicional. E mesmo que outras categorias sejam assumidas, uma estrutura semântico-ontológica composicional, ainda assim, estaria pressuposta por tais empresas, isto porque uma ontologia da substância é dual, tem duas categorias fundamentais: substrato e atributos ou propriedades e relações. Tal estrutura não seria outra senão aquela configurada por *sujeito-predicados/universais* ou *sujeito-atributos/propriedades/relações*⁸⁸. Suposto que esta estrutura categorial suporta a relação de todas as outras categorias a elas associadas, ela deve ser, portanto, pressuposta por outras categorias como um suporte fundamental. Defrontemo-nos com resultado problemático deste tipo de semântica e ontologia, que nas palavras de Puntel as quais se nos apresentam da seguinte maneira:

O problema de fundo pode ser articulado agora como aquele que é posto pela *predicação* no plano da linguagem lógico-predicativa de primeira ordem. A forma mais simples e básica dessa espécie de predicação ‘*Fa*’, isto é, a atribuição do predicado *F* a *a* (quantificado como: $(\exists x) (Fx)$). Uma entidade (o sujeito ou o substrato) que corresponde a *a* ou consiste no valor das variáveis ligadas “*x*” é *pressuposta* simples e absolutamente. O ponto principal reside, então, no fato de que tal entidade pressuposta não é inteligível, pois ela precisa *ex hypothesi* ou com base no pressuposto estabelecido ser aquele algo (pressuposto) que por primeiro torna possível a atribuição ou predicação de toda espécie de universais (atributos, isto é, propriedades e relações). Nesse caso, porém, surge a questão referente ao que seria, então, essa entidade pressuposta. Faça-se a tentativa de abstrair de todas as *determinações*, isto é, de todos os atributos (propriedades e/ou relações) que possam ser predicados dessa entidade pressuposta e de todas as demais entidades com que essa entidade pressuposta de alguma maneira possa ser posta em relação. (É preciso poder abstrair delas, visto que a entidade em questão *ex hypothesi* constitui uma entidade própria distinta.) O que resta disso não é nada determinado: intrinsecamente a própria entidade não é nenhum pouco determinada; ele [sic] é completamente vazia. Tal entidade não é inteligível e, em consequência, deve ser rejeitada (EeS, p. 254-255).

O procedimento interpretativo que o quadro semântico-ontológico composicional nos oferta, possibilita-nos apenas uma compreensão macro-superficial das estruturas linguísticas que emergem das linguagens estruturadas da forma S-P. Contudo, a análise reflexiva e profunda dos componentes deste tipo de linguagem, fornece-nos a base da rejeição ontológica da uma entidade categorial pressuposta por esse tipo de linguagem. A profunda micro análise que Puntel levantou nos revelou que a predicação de primeira ordem não se sustenta, posto que os componentes sub-sentenciais já estariam, em grande medida, determinados. O exemplo seguinte procurará detalhar e especificar o procedimento punteliano:

⁸⁸ Cf. PUNTEL, Lorenz B. **O conceito de categoria ontológica: Um novo enfoque**. KRITERION, Belo Horizonte, nº 104, Dez/2001, p.7-32. Aqui p. 7.

Ex.: tomemos na Linguagem lógica de predicados de primeira ordem a sentença₁: ‘Sócrates é sábio’: Sx ; $(\exists x) (Sx)$.

Obviamente, tem-se o seguinte: (Sócrates, Sx (S é sábio)) se, e somente se, Sócrates é sábio.

Suponhamos que predicados como ‘(é um) ser humano’ e ‘(é um) bípede sem penas’ exprimem diferentes predicados/propriedades/relações, as quais são, aqui, intensionalmente concebidas; desse modo, os termos singulares Sx_1 ‘(S é um ser humano)’ e ‘ Sx_2 (S é um bípede sem penas)’ não serão co-referenciais a x na sentença₁, porquanto, somente designarão propriedades co-exemplificáveis e distintas, que são, por hipótese, aquelas expressas por aquele predicado da sentença₁. Isso resulta em sentenças pré-concebidas e determinadas dado que a sentença₁ já aparece com o sujeito que corresponde ao valor das variáveis ligadas a ‘ x ’ absolutamente determinados em Sx_1 e Sx_2 , as quais deveriam ser, pela mesma hipótese, novamente predicável de um outro sujeito ou atribuível a um outro sujeito, resultando numa nova predicação e desembocando num *regressus ad infinitum* em que o sujeito mesmo não é alcançado, pois está determinado de antemão pelos predicados sobre ele lançados.

Não é factível realizar a assunção de qualquer sentença na forma S-P, conforme afirma M. Oliveira, “os termos do sujeito se referem às substâncias, enquanto os termos do predicado se referem às qualidades universais ou relações, e as sentenças afirmam que a propriedade referida pelo predicado inere às substâncias referidas pelo sujeito ⁸⁹”; isso significa que o problema de fundo se lança nas bases do sujeito que longe de ser o *substratum* inalterável sobre o qual os predicados são lançados, se nos apresenta como a entidade cuja constituição ontológica é completamente indeterminada.

A necessidade de uma reelaboração semântico-ontológica das estruturas da linguagem é confrontada na FSE na medida em que Puntel demonstra como é necessário rejeitar sentenças de forma S-P, passando a reconhecer apenas sentenças primas, as quais são definidas como sentenças sem a estrutura sujeito-predicado, por exemplo, “chove”. A razão disso é que sentenças com a estrutura S-P implicam ininteligibilidade, pois, conforme fora exposto, o sujeito sobre o qual a predicação se efetiva aparece aí como uma entidade completamente indeterminada, vazia e ininteligível ⁹⁰. As sentenças primas serão

⁸⁹ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. p. 96.

⁹⁰ “Note-se, porém, que o filósofo pode continuar a usar sem problema sentenças com a estrutura sintática sujeito- predicado (como poderia ele evitá-lo se fala alemão ou português, etc.?). [...] Sentenças com a estrutura sujeito-predicado e seus componentes são *reinterpretadas* como *abreviações* cômodas de um grande número de *sentenças primas*.” In. PUNTEL, Lorenz B. **Filosofia e Teologia: como pensar sua distinção e sua unidade**. In. Anais do XII Simpósio Internacional Filosófico-Teológico – Filosofia e Teologia: relações e tensões. p.13, 14. Também Cf. **EeS** p. 268.

consideradas de modo mais específico no próximo subtópico e no último capítulo deste trabalho, todavia já podemos evidenciar três coisas acerca delas: 1- é na assunção teórica delas que o sujeito aparece despotencializado; 2- ao rejeitar a estrutura S-P, as sentenças primas articulam um campo de inteligibilidade absolutamente universal e incontornável; 3- denotam um segmento do mundo em si.

3.1.3 A estruturalidade semântico-ontológico contextuais

Foi para desenvolver uma linguagem isenta dos termos singulares e predicados, fiadores da ontologia da substância nas linguagens naturais, que a linguagem filosófica foi elaborada por Puntel centrada não mais no princípio de composicionalidade, mas no princípio do contexto em sua forte versão ⁹¹. Eis a orientação básica deste princípio no dizer de Frege: “Somente no contexto de uma sentença as palavras têm um significado” ⁹². Todavia, Puntel reformula este princípio a seu modo, atribuindo-lhe o adjetivo *forte*: “Somente no contexto de uma sentença as expressões linguísticas possuem valor semântico”. A expressão forte vem no debate com os que admitem a compatibilidade dos dois princípios. Na formulação, Puntel substitui significado por valor semântico em virtude da multiplicidade de significados do termo ‘significado’ na filosofia contemporânea (EeS, p. 266).

À emergência destas palavras, vemos como a sentença é para Puntel mais decisiva que a *palavra*, assim como o é a semântica frente à sintaxe, o que nos permite dizer que, tendo a sentença a primazia na linguagem, a linguagem é o conjunto das sentenças, ou ainda que toda e qualquer sentença pertence a uma linguagem, que seria o conjunto de todas as sentenças. Por conseguinte, nenhuma sentença pode ocorrer de modo isolado uma das outras já que

⁹¹ Segundo Puntel “Muitos filósofos analíticos contemporâneos mantêm o PCTS [princípio do contexto], usando algumas vezes outros nomes como “(Princípio do) Primado Semântico da Sentença”. E, em geral, eles defendem que os dois princípios são perfeitamente compatíveis. Dessa forma, eles pressupõem o que poderia ser chamada a *versão fraca* do PCTS (a partir de aqui W-PCTS [“W” do inglês “weak”]). De acordo com a versão fraca, todo constituinte sub-sentencial tem o seu próprio “significado” ou “valor semântico” somente na medida em que ele contribui para o significado ou valor semântico da sentença como um todo. Mas isto deixa toda a questão semântica e ontológica intocada: mudanças fundamentais na semântica e ontologia não são requeridas ou induzidas.” In. Cf. PUNTEL, Lorenz B. **O conceito de categoria ontológica: Um novo enfoque.** p. 13. Os motivos alegados levam-nos a compreender que o princípio do contexto em sua forte versão é completamente incompatível com o princípio de composicionalidade, não obstante, somente aceitando o princípio do contexto, em sua fraca versão, poderíamos postular seu vínculo com o princípio de composicionalidade. Cf. EeS p. 266.

⁹² FREGE, Gottlob. **Os Fundamentos da Aritmética.** p. 256. O princípio aparece quatro vezes nos *Grundlagen*, e sua principal ocorrência se encontra no §62 encontrado na página supracitada na edição brasileira; aqui, o princípio do contexto desempenha o papel de combater uma visão atomística ideacional de significado semântico.

possuem uma relação/vínculo mútuo com outras sentenças que formam a linguagem ⁹³. Uma vez que toda sentença de uma linguagem teórica expressa uma proposição prima, essas sentenças devem expressar proposições primas ⁹⁴. De modo mais exato, uma proposição prima é o *expressum* do que ocorre numa sentença prima. De acordo com Puntel “o valor semântico total da sentença ‘Sócrates é um filósofo’ [...] é a configuração de todas as proposições primas expressas por meio das sentenças primas” (**EeS**, p. 162). Tomemos como exemplo a sentença na forma S-P: ‘Sócrates é um filósofo’. Essa sentença pode ser reformulada para os fins filosóficos da FSE a partir de uma configuração de sentenças primas. O sujeito “Sócrates” pode ser reinterpretado, ou seja, pode ser “desmembrado” e compor as seguintes sentenças primas: “é o caso que Sócrates”, “é o caso que grego”, “é o caso que nascido em 469 a. C.”, “é o caso que mestre de Platão”, “é o caso que filósofo” etc. ⁹⁵.

A estrutura desses tipos de sentenças pode ser formalizada atribuindo um operador teórico, assinalado, por exemplo, “X é o caso que ϕ ”. Onde ‘X’ não é o sujeito, mas um indicativo geral de um campo que é articulado de modo indireto e irrevogável em toda e qualquer sentença teórica. Destarte, o uso do operador teórico em qualquer sentença declarativa revela e explicita uma dimensão pressuposta por todo e qualquer empreendimento teórico, pois segundo M. Oliveira “esse operador não inclui nenhuma referência ou relação a algo de não linguístico. Assim, ele é nesse sentido um operador estritamente semântico, que abstrai completamente de qualquer relação a sujeitos, falantes etc. ⁹⁶.

Ora, já que toda sentença é semanticamente estruturada, podemos observar que, tal como é o caso da semântica articulada pela FSE que pela “desvelação” do operador teórico, as sentenças também deverão ter um *expresso*, um conteúdo informativo, que não é senão a proposição (Cf. **EeS**, p. 268). E se sentenças são sentenças vinculadas ao mundo ⁹⁷, necessariamente, somos levados a especificar e delinear o outro lado da moeda, isto é, a dimensão ontológica que decorre como exigência reflexiva da concepção semântica.

⁹³ A linguagem a que nos referimos nesse parágrafo corresponde à linguagem maximal cuja caracterização será discutida no último capítulo desse trabalho; vale ainda ressaltar que o conjunto das relações inter-sentenciais é rigorosamente determinado pelas *estruturas lógicas*, que estão e serão apenas pressupostas até determinado momento de nossa exposição.

⁹⁴ A palavra ‘prima(o)’ é empregada para diferir essas proposições de proposições baseadas na semântica e na ontologia composicionais. De acordo com o que Puntel sugere “[...] a sentença prima se define – negativamente – por não possuir a forma ‘sujeito-predicado’, uma formulação como ‘[X] chove’ não pode ser entendida ou interpretada como se ‘[X]’ fosse o sujeito e ‘chove’ o predicado.” In. **SeD**, p. 178.

⁹⁵ Cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. p. 234.

⁹⁶ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. p. 220.

⁹⁷ Observemos que as sentenças da semântica composicional também são vinculadas ao mundo, só que aqui o mundo é entendido como o conjunto de substâncias. Na FSE a semântica e a ontologia sustentados se diferem da semântica e ontologia composicional.

A incontestável referência semântica ao mundo já é em si mesma uma alegação ontológica, todavia, cabe-nos especificar o que devemos compreender no componente central nesta alegação, a saber, mundo, pois a sua delimitação conceitual nos dará as bases para compreender a orientação fundamental dessa ontologia ⁹⁸.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a estrutura categorial do mundo é captada pela única categoria ontológica denominada fato primo (Cf. **EeS**, p. 276). Wittgenstein alegava, em seu *Tractatus*, que fato é a existência de estados de coisas, ou seja, o que ocorre ⁹⁹. Em grande medida, uma interpretação plausível do que Wittgenstein infere é possibilitado pelo quadro semântico ontológico com o qual se opera (Cf. **EeS**, p. 217).

Enquanto a ontologia derivada da semântica composicional somente pode reconhecer como realidade uma entidade composta pela substância e suas propriedades/relações, a ontologia derivada da semântica contextual reconhece como entidade tudo que pode ser expressável pela linguagem, isto é, conceitos, relações, eventos, estruturas formais (lógico-matemáticas), enfim, toda a dimensão teórica deve ser ontologizada: conhecimentos, teorias, ciências, e filosofia somente são compreendidos adequadamente e desenvolvidos se aceitarmos que toda a dimensão teórica tem uma face ontológica; o alcance disso em larga escala significa que não só os sujeitos cognoscentes, os teóricos, mas, também, toda a dimensão teórica conceitual deve ser vista como parte da natureza, do mundo, do universo, do Ser como tal em seu todo (Cf. **EeS**, p. 535, 536) ¹⁰⁰. Acabamos de tratar duas questões entranhadas: i- a questão da categoria ontológica fundamental, aquela com que entendemos toda e qualquer coisa: no caso da ontologia composicional é a substância e no da ontologia contextual, sustentada pela *FSE*, é fato; ii- a questão da abrangência da ontologia que pode

⁹⁸ Vale evidenciar que Puntel distingue entre *mundo* e *Mundo*. O primeiro diz respeito à dimensão entendida como a totalidade que abarca todos os entes objetivos e que, todavia, não inclui em si toda a dimensão estrutural da realidade, do Mundo ou do Ser. O segundo é evidenciado pelo que Puntel chama de “ser primordial”, pois uma vez que as dimensões estruturais e objetivas se relacionam é preciso pressupor uma unidade fundamental que a possibilite, daí o termo *Mundo* é a dimensão que abrange a dimensão estrutural e o mundo. Cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. p. 259. Observemos que quando se fala de sistemática do mundo, estamos nos referindo a *mundo*. Foi a confusão dessas assunções que levou Imaguire a más compreensões do que Puntel entende por totalidade do real. Cf. IMAGUIRE, Guido. **Resenha**: PUNTEL, L.B. 2006. *Struktur und Sein, Tübingen: Mohr Siebeck*. Tübingen, Mohr Siebeck, 687 p. In.: *Filosofia Unisinos*, 9 (3):284-292, set/dez 2008. Aqui, p. 287-291. A má compreensão foi denunciada por Puntel. Cf. PUNTEL, Lorenz B. **Observações críticas sobre uma resenha de Guido Imaguire da obra: Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática**. Síntese - Rev. de Filosofia V. 40 N. 126 (2013): 43-72. p. 59.

⁹⁹ WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução, apresentação e estudo introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 [*Trabalho original publicado em 1921*]. p. 27.

¹⁰⁰ A afirmação sinonímia de natureza, mundo, universo e Ser, presente nesse trecho, será abandonada posteriormente quando abordarmos a dimensão do mundo. Por hora, podemos sem problemas tomar esses conceitos como sinônimos.

ser uma característica de ambas as ontologias. A seguir concentraremos nossa exposição apenas na questão ‘i’ restringindo a exposição à categoria ontológica fundamental defendida em *EeS*.

O mundo, que aqui é a dimensão ontológica, deve ser apresentado de duas maneiras gradativas: primeiro é entendido como exprime a segunda sentença do *Tractatus* de Wittgenstein: “O mundo e o conjunto dos fatos, não das coisas”¹⁰¹; depois, com uma alteração que, segundo Puntel, torna mais preciso o alcance teórico da formulação anterior: “O mundo é a totalidade dos fatos primos como estruturas primas ontológicas expressáveis (não das coisas)” (**EeS**, p. 314). Mas, como são definidos conceitualmente os fatos primos? Puntel elucida a questão do seguinte modo:

[...] um fato primo simples não deve ser pensado como uma entidade isolada ou *atômica* num sentido absolutamente literal e negativo, “sem janelas”, e totalmente encapsulada; ele próprio é, antes, estruturado, e isto no sentido de que ele é *determinado* por uma rede de relações ou funções; dito de outro modo: ele é essa rede de relações ou funções.[...] por causa dessa determinidade ou justamente “estruturalidade” do fato primo simples pode e deve ser dito que o próprio fato primo simples é uma estrutura (ontológica) prima. “Estrutura” deve ser entendido agora não como *estrutura abstrata*, mas como *estrutura concreta*: como um fato simples determinado por uma rede de relações ou funções (**EeS**, p. 277).

Os fatos primos podem ser simples ou complexos, todavia o que vale é que estes fatos são estruturas ontológicas, mais exatamente estruturas primas ontológicas. As simples estruturas primas ontológicas são absolutamente as menores e mínimas estruturas, como um conjunto 0. Como tais, estas estruturas, tomadas isoladamente, representam uma abstração, o que não é o caso das estruturas concretas ou complexas as quais são configurações de fatos primos, ou seja, são fatos primos complexos¹⁰².

Reparemos que o marco inicial de Puntel são os dados, ou entidades originais que estão inseridos no universo do discurso, articulados em um primeiro momento como sentenças primas, as quais exprimem proposições primas, e estas, se verdadeiras, são idênticas a fatos do mundo. Proposições primas ou fatos primos simples não são nada mais que entidades primas individuais cujo único elemento que possuem é a relação a si mesmos e, desta maneira, estruturam apenas a si próprios como uma estrutura puramente abstrata. Por sua vez, proposições primas complexas e fatos primos complexos são configurações de fatos primos simples e de proposições primas simples. As entidades originais que povoam o mundo

¹⁰¹ WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. p. 135.

¹⁰² Estrutura pode ser entendida conforme as elucidações de Puntel das seguintes maneiras: a) puras ou abstratas, b) específicas ou concretas. Este tema será tratado com profundidade maia à frente quando abordarmos o conceito *estrutura*.

nada mais são que configurações de fatos primos e, no sentido acima referido, essas entidades devem ser também denominadas de acordo com a configuração das proposições primas (Cf. **EeS**, p. 222; 276).

Desse modo, fatos primos devem ser entendidos como a referência dos conceitos de sentença prima e proposição prima, o que nos fornece a base para assegurar que as estruturas ontológicas são a expressão do ponto final, o estatuto definitivo das estruturas semânticas. O que resulta na afirmação defendida e interpretada por Herrero de que “assim, a ideia fundamental de verdade, num segundo momento, é a *referência ontológica de verdade(iro) como identidade de proposição e fato*”¹⁰³. Tal conexão permite articular como o conteúdo informacional semântico – dado numa proposição prima por meio de uma sentença prima – está entrelaçado com um fato no mundo.

3.2 A sistemática compreensiva como investigação da dimensão fundamental que possibilita a relação necessária da dimensão estrutural e da dimensão do mundo

O pensamento universal, (tal como se mostrará mais à frente) completamente decisivo aos propósitos da FSE, pode ser explicitado no modo constitutivo de uma teoria filosófica – e de todos os elementos constitutivos para sua concretização – já que esta consiste na elaboração da (inter)conexão entre a dimensão dos dados e a dimensão das estruturas. Mas como se estabelece esta (inter)conexão, qual sua caracterização básica? Munidos pelas reflexões realizadas até aqui, neste tópico chega-se a seguinte questão: afinal, como se deve conceber, compreender a relação entre os dois polos denominados dimensão estrutural e dimensão do mundo?

A compreensão dessa questão é o núcleo desse tópico e deverá emergir ao passo que a exposição se constrói e tendo como pressuposto tudo que foi dito no tópico anterior. Para tanto, seguiremos três momentos estruturantes da questão posta: primeiro, apresentaremos o que especificamente é a dimensão estrutural, segundo, ao modo do primeiro sub-tópico, apresentaremos a dimensão do mundo e, terceiro, como essas duas dimensões estão sempre relacionadas numa unidade originária possibilitada pela dimensão universal, denominada Ser.

¹⁰³ HERRERO, Javier F. **Ser e Deus na Filosofia sistemático-estrutural de Puntel**. p. 216.

3.2.1 A dimensão estrutural

Antes de mais, é preciso ter em mente que muito do que aqui será exposto, de certa forma, estava pressuposto na exposição feita no tópico precedente, pois a dimensão estrutural não é senão a dimensão do compreender e, esta, não escapa à dimensão linguística. A nosso ver, essa estratégia permite entender melhor, na medida em que se vai entrando na exposição discursiva, as considerações pormenorizadas que a FSE consolida em sua articulação programática crescente desenvolvida em *EeS*. Neste sub-tópico, devemos nos confrontar com a exposição da dimensão estrutural, entretanto, vamos de imediato apresentar o que Puntel compreende quando emprega o conceito absolutamente central de *Estrutura*. Após esse aporte preliminar, nos concentraremos em estabelecer o modo pelo qual as estruturas são compreendidas dentro do quadro da FSE.

3.2.1.1 Estrutura

O conceito de estrutura é retirado da matemática e sua importância é simplesmente decisiva para os propósitos da FSE, pois uma vez que o conceito de *estrutura* venha a ser definido, surge a necessidade de explicar como outras estruturas podem ser construídas a partir do que for definido ou estruturado. Em termos sistemáticos *a priori*, “a estrutura pode ser caracterizada como inter-relação diferenciada e ordenada ou como relação e interação de elementos de uma entidade, de uma área ou de um processo etc.” (EeS, p. 34)¹⁰⁴.

Um exemplo bem característico da inter-relação de elementos, seja lá como ela se execute, resulta do contexto da Álgebra, em que são postos em jogo *a estrutura não definida* de grupos/relações comutativas: dados dois conjuntos ‘A’ e ‘B’, a teoria dos conjuntos nos permite construir o seu produto cartesiano ($A \times B$), o que nos força a determinar como as estruturas, ainda não definidas, podem ser decompostas em subestruturas mais elementares; como por exemplo, dado um grupo finito abeliano, como ele pode ser relacionável com produtos de alguns de seus subgrupos? Em ambos os casos, é necessário saber como estruturas de um certo tipo podem se combinar ou se relacionar, no entanto como isso é possível se não temos especificado ainda o que vem a ser este tipo de estrutura?

¹⁰⁴ Essa definição se mantém sem acréscimos em: PUNTEL, L. B. **A filosofia como discurso sistemático: diálogos com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto.** p. 22.

Nesse caso, não temos ainda uma especificação pormenorizada e inalterável do que as estruturas são em si, mas, é fato que elas já aparecem minimamente caracterizadas através de algumas propriedades das relações dos predicados *n-ários* e funções *n-árias*, que tais elementos/‘objetos’ estabelecem enquanto são estruturados em seus conjuntos iniciais. Antes, o que parece ser o caso aqui, é uma consideração que depreende a relação de elementos/objetos (abstratos nesse caso) que estão relacionados dentro de uma estrutura, ou no caso da comutação algébrica, do grupo finito abeliano.

Assim, o critério de definição de uma estrutura enquanto tal e sua vinculação a qualquer critério dado para elementos/objetos que são considerados de modo intrínseco às estruturas em geral, parecem manter um vínculo propriamente constitutivo ou, do contrário, seria necessário negar sua vinculação comutativa – o que já foi inicialmente posto como uma característica *a priori* das estruturas. Uma das objeções mais usuais apresentadas contra essa visão é que, se os objetos são pensados no íterim de estruturas ou apenas como estruturas abstratas, significando que eles estão separados de qualquer representação específica ou concreta, devemos, a partir disso, compreender que estrutura nada mais seria que uma configuração puramente abstrata de elementos/objetos. Todavia o argumento do lógico Kleene, no qual Puntel preliminarmente se apoia, parece desfazer esta mística visão.

Um sistema *S* de objetos é, a nosso ver, um conjunto (não vazio) ou uma classe ou um domínio (ou possivelmente diversos conjuntos dessa espécie) de objetos entre os quais são estabelecidas certas relações. (...) Quando se conhece os objetos do sistema apenas através das relações do sistema, este é abstrato. O que está estabelecido neste caso é a estrutura do sistema, e não se especifica o que são esses objetos, exceto ao que concerne ao modo como se encaixam na estrutura. Assim sendo, qualquer especificação adicional do que são esses objetos proporciona uma representação (ou um modelo) do sistema abstrato e possui igualmente algum *status* adicional. Esses objetos não são necessariamente mais concretos, já que podem ter sido escolhidos de algum outro sistema abstrato (ou até do mesmo mediante uma reinterpretação das relações)¹⁰⁵.

As palavras de Kleene nos levam a um caminho hermenêutico cujo fim estabelece a ideia inconcussa de que há objetos concretos (específicos) no escopo estrutural de um sistema – ou no nosso caso, de uma estrutura –, ao passo que, também, podemos antever a existência de objetos abstratos que nos são apresentados apenas pelas relações abstrativas do dado sistema em relação a um objeto concreto. Puntel sugere que no lugar da palavra ‘sistema’, tão cara a Kleene, usemos a palavra ‘estrutura’, depreendendo com isso que, mesmo a

¹⁰⁵ KLEENE, Stephen Cole. **Introduction to Metamathematics**. 7th (1952/1974) ed. Groningen: Wolters-Nordhoff; Amsterdam, Oxford: North Holland; New York: American Elsevier Publishing Company. p. 24-25. Apud. **EeS** p. 35.

terminologia sendo modificada, o sentido das palavras de Kleene é reaproveitado dentro do quadro referencial que serve aos interesses da FSE, desembocando na ideia de que há estruturas concretas e estruturas abstratas; estas, são estruturas que abstraem das coisas que visam estruturar, compreender, alcançar ou tematizar; enquanto aquelas, são entidades que comportam as estruturas abstratas e o que por elas é estruturado, compreendido, alcançado ou tematizado (Cf. **EeS**, p. 36).

Tal percurso parece caracterizar uma operação de busca definida no nível conceitual de estrutura. Mais concretamente, tal operação pôde ser implementada por meio de uma definição recursiva, a qual concebe inicialmente o ‘processar/relacionar’ de elementos/objetos que implementam estruturas. Vale notar que o caminho acima apresentado como solução do problema é uma alternativa bem funcional da matemática, porque o problema é formulado em termos da estrutura matemática que caracteriza o nível conceitual e específico do que seja uma estrutura.

A natureza dessas combinações pode parecer consideravelmente diferente quando analisada de uma perspectiva teórica puramente definida pela matemática, pois esta dispensa, conforme veremos à frente, em sua definição formal, a equivalência de tal estrutura e uma entidade linguística ¹⁰⁶. Wittgenstein afirma, nas *Investigações*, que uma certa imagem (*Bild*) encarcera os lógicos – ele mesmo provou dessa prisão em seu *Tractatus* – e chega a se referir à tal imagem como a *imagem da pureza cristalina da lógica* ¹⁰⁷. Talvez, numa analogia, o que emerge da definição de estrutura dita *absolutamente matemática*, é uma imagem de estrutura que aprisiona de tal maneira a concepção de estrutura que ela não pode se tocar ou vincular-se a outras entidades, o que parece ser necessário dado o uso recursivo que traz determinadas características ao conceito em jogo. É talvez esse motivo que leva Puntel a rejeitar a definição puramente matemática de estrutura, segundo ele

O conceito de estrutura anteriormente definido não poderá ser aplicado na filosofia pura e simplesmente do mesmo modo que na matemática. A matemática como uma ciência puramente formal pode manejar conceitos como *estrutura* etc. de maneira bem diferente da filosofia, que é uma metaciência e uma ciência conteudística (**EeS**, p. 221).

Mais à frente, ele sugere que, segundo sua concepção, “[...] estruturas, como concebidas aqui, não estruturam outras coisas a não ser estruturas, de modo que não há nada além de estrutura. Por esta razão, a *estrutura* possui um *status*, irrestrito e abrangente na

¹⁰⁶ Cf. ZALTA, Edward N. **Principia Logico-Metaphysica**. Center for the Study of Language and Information Stanford University, 2016. p. 429. Grupos abelianos são grupos comutativos na linguagem algébrica. Um grupo $(G, *)$ é abeliano ou comutativo se para todo a, b em G , $a * b = b * a$.

¹⁰⁷ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. p. 107, 108.

filosofia sistemático-estrutural” (EeS, p. 222, 223). Destarte, as únicas entidades que são consideradas pela FSE são as estruturas, as quais somente podem ser tematizadas, caracterizadas, expressadas, articuladas etc. no interior de uma linguagem específica – conforme será demonstrado na seção seguinte. E, uma vez que a linguagem possui um *status* abrangente na FSE, essa ideia parece perfazer a compreensão do lugar abrangente que também possui o conceito de estrutura.

Ao tecer considerações sobre sua investigação teórica acerca do que seja estrutura, abrimos, em dois momentos, uma espécie de parêntese temático para discutir: [i] partindo dos pressupostos de que as estruturas estão nos domínios da linguagem, de que forma obtemos sucesso ao estabelecermos o vínculo entre os domínios da linguagem e os domínios estruturais; [ii] discutir uma especulação a propósito do modo como devemos compreender que entidades são estruturadas por estruturas abstratas. Esse parêntese somente poderá ser tematizado em consonância à tematização das estruturas que tornam possíveis a compreensão, isto é, as estruturas formais, semânticas e ontológicas de cuja reflexão nos ocuparemos na seção ulterior.

3.2.1.2 *As estruturas que expressam a inteligibilidade*

A dimensão do compreender é entendida na FSE como a dimensão estrutural, que, a nosso ver, contém uma *reflexão conteudística* e uma *reflexão intrínseca*. A reflexão intrínseca pode ser delimitada pela tarefa dinâmica de constituição de esquemas que indicam os componentes do compreender, isto é o que se chama de quadro estrutural. A reflexão conteudística trata-se de uma percepção profunda que traduz o espaço ontológico em que nosso compreender alcança efetividade, é uma instância absolutamente central no aspecto teórico da FSE. Isso significa que o compreender não só deve significar a tematização das categorias com as quais compreendemos e mais nada, ao contrário, é necessário que isso seja estabelecido pela abstração de qualquer conteúdo dado pela reflexão conteudística; é o compreender na sua potência abstrativa que é elaborado, pois conforme sustenta Puntel, “disso resultará que a coisa a ser compreendida será compreendida justamente pelo fato de a dimensão do compreender ser elaborada ou explicitada primeiro *como tal*” (EeS, p. 208).

Devemos entender que, no que tange ao conceito apontado de estrutura, de um modo bem simples, a FSE possui como que uma ‘etiqueta, um *slogan*’, a saber, que tudo e cada coisa, ainda que não na mesma medida, é uma estrutura. Puntel, à guisa de Kleene, considera dois tipos de estruturas fundamentais: as formais [i] e as conteudísticas [ii]. As estruturas

formais fundamentais são as estruturas lógicas (e matemáticas) e as estruturas conteudísticas fundamentais são as semânticas e as ontológicas (Cf. **EeS**, p. 225); de acordo com Puntel estas estruturas constituem a dimensão estrutural fundamental e incluem tudo aquilo que designa a dimensão do compreender, propriamente, isto é o que acima chamamos de reflexão intrínseca do compreender ou da dimensão estrutural ou, ainda, a estrutura em seu sentido puramente abstrato (Cf. **EeS**, p. 221).

À primeira [i] pertencem três planos fundamentais: lógica, matemática e filosofia, à segunda [ii] pertencem à ideia de um princípio forte do contexto (Cf. **EeS**, p. 228-230) e a categoria num nível fundamental é a categoria de estado de coisas primo ou, no nível ontológico próprio, a categoria de fato primo, na concepção de Puntel “examinadas mais de perto, as estruturas universais ou mais gerais são as estruturas que estruturam o universo do discurso (o mundo, o universo, o ser) como um *todo*”, por isso, podemos concluir que estas estruturas constituem o eixo motriz do quadro referencial teórico.

As estruturas conteudísticas já foram, em boa medida, apresentadas e, para os interesses desse trabalho, expostas de modo satisfatório, no entanto, aqui, queremos ainda apresentar um exemplo da conexão das estruturas formais e estruturas de conteúdo, ambas inerentes à dimensão linguística. Todavia, isso somente será factível, na medida em que nos confrontarmos com as estruturas formais decisivas para a articulação da linguagem e central para o desenvolvimento deste sub-tópico.

Como estruturas formais, a lógica e a matemática detêm um *status* formal fundamental no empreendimento teórico, evidenciam-se como as mais universais dentre todas as estruturas. No entanto, não podemos sucumbir – impelidos pelo espírito formalista – à ideia de que estas estruturas estão dissociadas de qualquer conteúdo ‘material’, isso resultaria na cisão radical entre a dimensão das estruturas lógicas e ontológicas. Exatamente, o que queremos dizer é que mesmo sendo dois lados distintos, estas dimensões não estão separadas de modo absoluto, há uma conexão, um vínculo que nos permite inferir que entre a dimensão mais universal (as estruturas formais) e a dimensão mais concreta (as estruturas ontológicas) existe um nexa inquebrantável tecido por vários níveis intermediários que permitem sempre indicar ‘o *status* ontológico da dimensão formal e o *status* formal da dimensão ontológica’¹⁰⁸.

¹⁰⁸ A formulação entre aspa é inteiramente nossa. Cremos ser uma nova perspectiva da tese que identifica ser e pensar. Esta questão será tratada mais à frente. Vale evidenciar que uma primeira questão aqui é saber como, por exemplo, conectivos lógicos característicos das estruturas lógicas e das leis da argumentação teriam um correspondente ontológico. Imaguire levantou uma objeção parecida a Puntel apenas no que tange a operadores lógicos, Cf. IMAGUIRE, Guido. **Resenha:** PUNTEL, L.B. 2006. *Struktur und Sein, Tübingen: Mohr Siebeck*. Tübingen, Mohr Siebeck, 687 p. 287. Puntel respondeu afirmando que “Imaguire afirma que a tese de ES é questionável, mas não indica razões. Implicitamente ele se baseia na tese comumente aceita de que lógica e

Os argumentos que Puntel sustenta para evidenciar este nexos serão expostos no último capítulo da presente pesquisa, quando tratarmos a tese da expressibilidade universal.

Como temas da filosofia a lógica e a matemática são caracterizadas pela irreduzibilidade de uma a outra e de ambas à filosofia. Entrementes, se queremos estabelecer os limites e a validade da relação entre filosofia, lógica e matemática somos levados a observar que, mantendo suas diferenças, matemática e lógica constituem, duas dimensões de uma única disciplina: a disciplina formal fundamental.

Por um lado, podemos considerar que a ideia tradicional de que a lógica no plano sintático apenas se ocupa da determinação e conexões do plano formal enquanto tal, isto é, sem nada dizer do significado de axiomas, regras etc., ocupando-se apenas da estruturalidade formal da linguagem. Por outro lado, a diferença básica entre lógica e matemática consiste no maior alcance da lógica em relação à matemática e no papel da linguagem na abordagem de suas entidades. Segundo Puntel, “a lógica se ocupa com conceitos ou estruturas *mais abrangentes*, irrestritamente universais, que são continuamente pressupostos e apropriados pelo discurso matemático fático” (EeS, p. 230).

Um dos motivos que levam Puntel a assinalar a abrangência da lógica em relação a matemática é o fato de que a linguagem matemática não é tematizada pela própria matemática, conforme ele sustenta “a matemática está orientada objetivamente no sentido de que ela trata do *expressum* das sentenças por ela empregadas: o âmbito das estruturas matemáticas. Em contraposição a isso, a lógica *tematiza* a estruturalidade formal da linguagem lógica” (EeS, p. 231). A matemática então não está preocupada essencialmente em determinar os signos linguísticos ou os conceitos lógicos que comporta em sua estruturalidade, posto que já aparecem dados de alguma forma – por via de regra, parece ser pela lógica –; ao contrário, sua orientação é objetiva e visa apenas dar conta do que é expresso no plano sentencial das estruturas matemáticas.

ontologia são duas dimensões completamente distintas. ES questiona esta tese, pois ela não é inteligível. Com efeito, que sentido teria assumir que itens ontológicos são conectados a itens completamente distintos da dimensão ontológica? Teria tal conexão algo a ver com os itens ontológicos? Mas o sentido do emprego de itens lógicos/ matemáticos consiste em precisamente esclarecer o que acontece no plano ontológico; seria absurdo admitir que este emprego teria o sentido de construir conexões somente ‘na nossa mente’” In. PUNTEL, Lorenz B. **Observações críticas sobre uma resenha de Guido Imaguire da obra: Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática.** p. 52. Contudo, a questão acerca dos conectivos lógicos ainda parece obscura. Talvez uma explicação plausível pudesse ser elaborada a partir dos níveis intermediários, entre os quais estaria a semântica contextual. Conforme o próprio Puntel argumenta, elementos/objetos concebidos de forma completamente determinados são não somente proposições primas, mas também fatos primos. Assim sendo, conectivos podem ter fatos primos como referentes. Cf. EeS p. 289. Porém, o delineamento de uma resposta completa seria impossível dentro dos objetivos desse trabalho, entretanto, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para esta questão tão intrigante. Puntel deixa-nos uma espécie de ponto de partida nas palavras parafraseadas por nós, acima indicadas.

Mas de que forma esse estado de considerações é incorporado ao que até agora foi exposto? Ora, o que temos até agora é que “nem a matemática e nem a lógica pode prescindir completamente da linguagem” (EeS, p. 241), o que nos lança na direção do projeto de articulação entre as estruturas matemáticas, as estruturas lógicas e a dimensão linguística.

Preliminarmente, comparando as distinções entre as estruturas lógicas e matemáticas, deparamo-nos com a tese de que há um certo desacoplamento das estruturas formais e da linguagem na medida em que as estruturas matemáticas estão apenas considerando o expresso da sentença e as estruturas lógicas apenas consideram o plano sintático de determinação de uma linguagem sem empregar valor semântico.

Deste ponto de vista, o problema recai sobre as estruturas lógicas, já que a matemática, mesma orientada pelo *expressum*, contém em sua constituição axiomas, teoremas etc., ela apenas não os coloca como tema a ser tratado pela própria matemática desconsiderando, por assim dizer, a linguagem com a qual opera. A constatação da lógica no plano da sintaxe parece excluir qualquer *expressum* que possa vir a ser o caso, dada a concentração se estabelecer apenas ao que concerne a manipulação de símbolos. Puntel argumenta contra essas concepções insistindo no plano propriamente estrutural, ou seja, a dimensão lógica enquanto dimensão fundamental da linguagem e da realidade.

O conceito de estrutura lógica é o *locus originarius* onde encontraremos respostas detalhadas para a situação ambígua descrita nas concepções de lógica e matemática acima evidenciados. Conforme a argumentação de Puntel, faz-se mister distinguir entre o aspecto objetivo e o aspecto de formulação para engatarmos os eixos aparentemente desconexos. O aspecto objetivo desenvolve-se apenas no plano sintático, isto é, na consideração isolada desta dimensão; de fato, apenas no aspecto objetivo a dimensão sintática e semântica parecem ser distintas, visto que a primeira trata das interconexões lógicas de símbolos e a segunda de valores atribuídos a estes símbolos. Estagnar apenas no aspecto objetivo acarretaria sérios problemas para os interesses sistemáticos aqui apresentados, não obstante, também seria problemático se fiar inteiramente na ideia que daí decorre: sentenças que encadeiam relações sintáticas seriam absolutamente apartadas de valor semântico¹⁰⁹. Puntel questiona se “essas sentenças não expressam nenhuma proposição? Para permanecer n(o plano sintático d)a lógica: acaso a sentença, mediante a qual é ‘articulada’, por exemplo, a estrutura lógica sintática *dedução* não possui *expressum*?” (EeS, p. 236). Haja vista os problemas acarretados numa suposta estagnação, é preciso passar adiante e ver se o segundo aspecto nos fornece

¹⁰⁹ A ideia contida nesta oração aparece explicitamente subtendida nas palavras de Davidson. Cf. DAVIDSON, D. *Epistemology and truth*. p. 47.

mais progresso e coerência. O aspecto da formulação visa empreender a tese de que na medida em que o aspecto objetivo no plano sintático é formulado, este aspecto se nos apresenta como uma espécie bem determinada da dimensão semântica, já que quando sentenças efetuadas sobre o plano sintático acontecem, elas já vêm à tona com um teor valorativo, constituindo, por assim dizer, um *expressum* sintático ou uma proposição sintática (Cf. **EeS**, p. 236- 237).

Disso decorre que essas proposições lógicas são propriamente compreendidas como estruturas lógicas, dispensando a ideia de que existe uma estrutura lógica que não possua valor semântico-ontológico ou expressabilidade (Cf. **EeS**, p. 242).

No que toca a dimensão das estruturas matemáticas, um exame mais apurado da definição puramente formal-matemática de estrutura, resulta em dois prognósticos: a) é o ônus da prova da rejeição da definição puramente matemática de estrutura; b) nega a possibilidade de haver uma estrutura matemática que não esteja acoplada com algum tipo de linguagem. A definição puramente matemática equalizada por Puntel sugere que

No sentido matemático intuitivo mais geral possível, “estrutura” é uma coleção ou uma ênupla composta de elementos (objetos, entidades de qualquer espécie) e relações (em sentido amplo, que inclui também funções e operações) entre esses elementos. Formalmente a “estrutura”, na maioria das vezes, é definida como um triplo, sendo que, neste caso, as “relações” são entendidas em sentido mais estrito, que não inclui funções nem operadores (**EeS**, p. 34-35).

Compreender estruturas matemáticas a partir da definição usual é importante, pois é somente a partir dela que podemos lançar luz nas questões concernentes à configurações e relações de entidades/elementos/objetos no escopo matemático, porém esta compreensão não pode ser tomada como total e absoluta, mas somente como parcial e incompleta. Isso nos força a dizer o que ainda falta à definição de estrutura para que ela ganhe plena inteligibilidade no quadro estrutural da FSE.

O que se pergunta aqui é como tornar inteligível uma estrutura matemática sem nenhuma entidade linguística, esta para ser pensada como tal parece já se colocar no colo de uma entidade linguística, o que denota a imprescindível necessidade de que a estrutura seja denominada em sua relação constitutiva a uma linguagem e, por isso, como um modelo de linguagem. Puntel sugere que tal definição deva ser programada em dois momentos: primeiro quando a estrutura é definida, sempre a partir da configuração matemática; segundo, quando ela é denominada um *modelo* de linguagem ou uma *estrutura-modelo* (Cf. **EeS**, p. 36). Somente munidos por estas considerações estamos em plena posse do que realmente a FSE aceita e concebe por estruturas matemáticas. Na definição de Puntel

De acordo com a concepção aqui sustentada, contudo, as estruturas lógicas/matemáticas são *ontológicas* em sentido *imediate* e *estricto*; numa formulação mais precisa: elas possuem um *status* rigorosamente ontológico *quando* são “aplicadas” a fatos primos ou estruturas primas, isto é, quando “estruturam” estas entidades (EeS, p. 286).

A correta interpretação das palavras de Puntel nos leva a responder a pergunta que encerrava o sub-tópico anterior, a saber, como devemos compreender estas entidades que são estruturadas por estruturas abstratas? De acordo com o exposto, possuímos dois tipos de estruturas: as abstratas e as específicas ou concretas. Na medida em que as estruturas formais abstraem de um dado objeto elas estão apenas caracterizando suas aplicabilidades e determinando que modo é construída a dimensão estrutural (aqui o papel relevante é dado as estruturas formais) com a qual visam compreender algo, nesse momento não há aplicação das estruturas a nenhum objeto, ela é absolutamente abstrata e isso, vale salientar, não deturpa ou tolhe seu caráter ontológico, pois a compreensão só se efetiva mediante uma determinada linguagem que, enquanto tal, pressupõe uma dimensão semântica que em sua constituição essencial – tenhamos em mente a tese defendida pela FSE de que semântica e ontologia são dois lados da mesma moeda – está intimamente ligada a uma ontologia.

Podemos dizer que o *status* rigorosamente ontológico das estruturas lógicas/matemáticas, somente pode ser evidenciado na medida em que entram em jogo as estruturas concretas, ou seja, na medida em que aparece a dimensão estrutural e a dimensão estruturada. Assim, aplicando as estruturas lógicas/matemáticas a uma determinada entidade temos um fator que configura entidades ontológicas, isto é, fatos primos complexos que comportam a explicação adicional das entidades que visavam estruturalidade.

Fatos primos são, *aprioristicamente*, entidades originais a que visam as estruturas abstratas, as quais podem ser tematizadas por um teórico que pode trabalhar metodologicamente com estruturas abstraindo da dimensão ontológica, por isso é importante evidenciar que para Puntel

Um ponto central na concepção apresentada neste livro diz respeito a maneira como devem ser concebidos mais exatamente esses objetos originais estruturados pela estrutura pura. [...], eles devem ser concebidos, em termos semânticos, como *proposições primas* (ou *estados de coisas primos*) e, em termos ontológicos, como *fatos primos*. “Objetos originais” nesse sentido são tanto *configurações* de proposições primas e de fatos primos – isto é, proposições primas *complexas* e fatos *complexos* – quanto proposições primas simples e fatos primos simples (EeS, p. 222).

Reparemos que a posição de fatos e proposições primas e complexas como entidades estruturadas pela estrutura pura joga para longe a compreensão de

entidades/objetos/elementos vinculados à ontologia da substância. Tudo que é inicialmente objeto de estudo da FSE é tomado como um dado, o qual já é sempre um conteúdo articulado linguisticamente, isto é, uma sentença que exprime uma proposição prima, que se verdadeira, é idêntica a um fato primo. Como já especificamos acima, os fatos primos são estruturas primas ontológicas que por sua vez, mesmo os fatos primos simples, representam as menores e mínimas estruturas ¹¹⁰. Como tais, ou tomadas isoladamente, elas representam entidades estruturadas pela estrutura abstrata, na realidade não encontramos estruturas simples, mas sempre configurações de diferentes tipos, ou seja, complexos de estruturas simples ou de estruturas complexas que compõem entidades complexas.

É imprescindível afirmar que o que está sendo dito aqui só pode ser plenamente inteligidas no quadro da semântica e da ontologia que foram expostos no capítulo precedente, pois “tudo depende da semântica que se conecta com essa lógica” (EeS, p. 290) e, conseqüentemente, da ontologia que está a ela associada.

3.2.2 A dimensão do ‘mundo’

Neste momento de nossa reflexão somos levados a explicitar o que Puntel entende por ‘mundo’. Conforme salientamos, a FSE introduz uma diferença entre *mundo* e *Mundo*. Podemos, para fins de objetividade, falar de ‘mundo’ num significado estrito para designar o que Puntel denomina de o *mundo objetivo* ¹¹¹. Mas, também, podemos falar de ‘Mundo’ com um significado abrangente para designar o mundo integral mais abrangente ¹¹². Haja vista que tomamos anteriormente natureza, mundo, universo, e ser (como tal em seu todo) como sinônimos, cabe-nos agora especificar a natureza da diferença do que se concebe por mundo e por Mundo. Entretanto, se nos apresenta como condição *sine qua non* apresentar, preliminarmente, o conceito de universo do discurso, já que este aparece como o polo extensional dos dados estruturáveis pela sistemática estrutural, ou como o grande *datum*.

¹¹⁰ Cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Metafísica estrutural enquanto Teoria do Ser**. Sapere Aude, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p.82-107, Novembro. 2010. p. 103.

¹¹¹ A palavra mundo é empregada por Puntel primeiramente como sinônima de realidade, universo, ser em seu todo, ou ainda universo do discurso. Aqui a palavra *mundo objetivo* é utilizada especificamente para designar estes âmbitos, ou seja, as entidades. Cf. EeS, p. 329.

¹¹² *Mundo* então seria a dimensão da totalidade dos entes, isto é, o Ser.

3.2.2.1 O universo do discurso ilimitado

A designação universo do discurso, refere-se ao que se costumou denominar de o *objeto do pensar*. Um conceito “objeto do pensar” deve incluir tanto o polo das estruturas quanto o polo do universo do discurso, visto que, tanto o que nos é dado no mundo, quanto as construções abstratas, que extrapolam a realidade empírica, são articuladas nas mais diversas ciências. É importante, desde já, tecermos algumas considerações sobre dois aspectos concernentes ao que foi dito: [i] é preciso determinar o que pode ser objeto do pensar, isto é, também, se perguntar qual a especificidade da temática filosófica e [ii] saber se é possível suprimir o “objeto do pensar”, ou, do contrário, se ele representa uma necessidade irrenunciável para a filosofia. O percurso argumentativo sobre estes dois aspectos lançará luz na compreensão do que Puntel assume ao empregar o conceito universo do discurso ilimitado.

[i] A especificação do conteúdo, tema ou domínio do que se propõe ser objeto do pensar filosófico equivale a pensar o alcance teórico da filosofia. Expressar a intenção de definir ou denominar o que é o objeto do pensar por alguém que já distingue o objeto do pensar do que não pode ser objeto do pensar, supõe alguém que pensa e, ao mesmo tempo, define e nomeia o alcance da atividade do pensar, neste caso a Filosofia. É por isso que “a designação ‘universo do discurso’ se presta muito bem para formular uma (quase-) definição de filosofia, em especial porque ela é abrangente e ainda assim em grande medida neutra com referência à questão de como se deve conceber mais de perto ou mais precisamente o ‘objeto do pensar’” (EeS, p. 40).

Uma vez que, tal como aparece na Q-DEF, o universo do discurso é pensado como a abrangência do que pode ser tema do pensar filosófico, ele se contrapõe à ideia de determinar o objeto do pensar pela atividade do pensar de um sujeito que determina tudo a partir da perspectiva da subjetividade, que caracterizaria uma tendência de já se dizer o que é o objeto do pensar a partir da perspectiva do próprio pensar. Puntel parece entender que a ideia presente é completamente arbitrária.

Postular a ideia de um universo do discurso, então, não seria determinar esse objeto do pensar de acordo com o pensar? Na verdade, se conseguíssemos especificar e qualificar de uma só vez os objetos do pensar, tal postulação seria inequívoca, entretanto, o que aqui temos é apenas uma intuição primeira e predicativa do conjunto extensional de todos os objetos que podem ser tematizados pela especulação filosófica.

Tudo o que é tematizado é, inicialmente, tomado por Puntel como um dado, que não seria nada mais que, no dizer de Rescher, um candidato à verdade (Cf. EeS, p. 55). À

atribuição do adjetivo ‘ilimitado’ ao conceito de *universe of discourse*, quer indicar para o filósofo que existe uma quantidade infinita de dados, que nada mais são que todos os elementos do universo do discurso *ilimitado*, o que, conseqüentemente, designa o universo do discurso ilimitado como o *grande datum*. Repare que ele é tomado, como salientamos, apenas como um termo que concatena todos os objetos/dados que são objeto do pensar filosófico ¹¹³.

O pensar exprime nossa existência como seres racionais capazes de lançar perguntas e respondê-las das formas mais diversas possíveis, isto, sobretudo, manifesta nossa própria capacidade para estruturarmos ou teorizarmos objetos, abstrações, leis, normas, regras e princípios que tornam manifesto como tal aquele dado que simplesmente se nos apresentava, inicialmente, como um dado minimamente determinado, ou seja, como candidato a verdade. A questão que se lança agora é a seguinte: existe limite para o ‘pensar’? Ou ainda, há um limite estabelecido em nossa atividade teórica que nos impossibilita estruturar algo ou atingir algum dado?

O objetivo de um empreendimento teórico é exprimir a compreensão de um dado objeto do pensar, isto é, estruturar e tornar inteligível um específico estado de coisas. Comentando este tema, Manfredo Oliveira afirma que “a Filosofia se caracteriza por ser uma teoria das estruturas universais do universo do discurso ilimitado, o que implica integralidade da temática e a demonstração do nexos entre todos os componentes temáticos” ¹¹⁴. Então, a tarefa da teoria filosófica consiste em articular as relações entre as estruturas e o universo do discurso, de modo que isso possa resultar em aplicar as estruturas ao universo do discurso ou em integrar ou inserir o universo do discurso na dimensão das estruturas.

Pensar num limite específico para a Filosofia significaria limitar seu objeto e vice-versa, ou seja, limitar a compreensão filosófica. No que concerne à linguagem, por exemplo, Puntel adverte que “limite só é limite quando existe uma dimensão além do limite; determinar um limite referente a uma ou à linguagens significa ingressar em um espaço linguístico sem o qual não seria possível falar da dimensão que supostamente se situa além da linguagem” o que para nosso filósofo é impossível visto que tal dimensão de alguma forma já foi alcançada linguisticamente (EeS, p. 39).

Não obstante, a própria natureza da Filosofia exige que não haja restrições para esta atividade teórica, haja vista que o que é dado é dado para ser estruturado e, como não há limites para a estruturação, o pensar não pode restringir-se a uma espécie determinada de dados – o que é o caso das ciências não filosóficas que são delimitadas por seu universo

¹¹³ Cf. PUNTEL, Lorenz B. **A Filosofia e a questão de Deus: um novo enfoque sistemático**. p. 374.

¹¹⁴ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. p. 251.

limitado do discurso, seu objeto do pensar – mas a tudo que possa ser candidato à compreensão, ao pensar, à teorização etc.¹¹⁵. Fica claro agora que a caracterização da macroestrutura ontológica do mundo, ou seja, do polo objetivo, em relação à dimensão estrutural do universo do discurso ilimitado é empregada para satisfazer a concepção teórica que sustenta que o objeto do pensar para a FSE é tudo aquilo que se nos apresenta como um candidato à verdade, ou à compreensão, ou ainda à teorização. A totalidade desses dados é o grande dado ou o universo do discurso ilimitado, cuja entronização na Q-DEF visa salientar que tudo pode ser tema da investigação filosófica, pois nada há que não possa ser estruturado, inteligido, expressado.

[ii] Após termos refletido sobre a ideia de universo do discurso, devemos pesquisar agora o sentido rigoroso de sua estruturação conceitual. Se encarmos, sob seus diversos aspectos, a questão de que vamos agora tratar, perceberemos que ela visa responder à questão se é possível suprimir o “objeto do pensar” ou, do contrário, se ele representa uma necessidade irrenunciável para a filosofia.

Primeiro, devemos dizer, sobretudo, que não é possível suprimir o “objeto do pensar” que se nos apresenta como uma exigência incontornável para a Filosofia, isto porque não é possível pensar, tematizar, filosofar sem um objeto, sem algo que dê o que pensar, sem algo que seja apreensível pela dimensão estrutural¹¹⁶. Segundo, tal objeto não pode ser tomado, simples e exclusivamente como um objeto constituído pelos esquemas conceituais de um sujeito, antes ele se deve nos apresentar como o polo oposto desta dimensão, ou seja, como o polo oposto da dimensão estrutural, denominado universo do discurso; na verdade o universo do discurso nos é dado de maneira imediata, mas só é elevado ao seu ápice, ao seu em si quando as “estruturas universais ou mais gerais estruturam o universo do discurso (o mundo, o universo, o ser) como *um todo*” (EeS, p. 42).

¹¹⁵ É interessante o argumento que A. White endossa contra Grayling e Van Inwagen no contexto da discussão sobre limitação da temática filosófica frente às ciências, segundo ele: “Em primeiro lugar, se toda disciplina teórica deve ter um universo limitado do discurso, *então* nenhuma disciplina pode desenvolver teorias sobre o *universo ilimitado do discurso*. Em segundo lugar, que não é possível apresentar uma teoria sobre como todos os universos limitados do discurso dos vários campos de investigação limitados estão relacionados entre si e com o universo (ou talvez os universos) do discurso da filosofia *a menos que* se tematize o universo ilimitado do discurso (e isso é precisamente o que tanto Grayling quanto Van Inwagen fazem, ainda que – uma vez mais – apenas implicitamente. Em terceiro lugar, se a temática destinada à filosofia de fato é aquela que ainda não foi reclamada por nenhuma ciência não filosófica, *se o universo ilimitado do discurso é ou pode ser ou deve ser uma temática de investigação teórica*, então trata-se de uma temática que as ciências não filosóficas, que foram individualizadas pelos seus universos limitados do discurso, *têm* de deixar para a filosofia.” In. WHITE, Alan. **Rumo a uma teoria filosófica de tudo: contribuições à filosofia sistemático-estrutural**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Loyola, 2016. p. 23.

¹¹⁶ Certamente o mais radical de todos é Carnap que reduziu a filosofia a uma pesquisa formal sobre a Linguagem, mas mesmo assim seria autocontraditório dizer que a filosofia não teria um objeto, pois aqui a linguagem enquanto algo puramente formal emerge como “objeto do pensar”.

Puntel sugere que

[...] *a estruturalidade do mundo (do universo, do ser)* (no sentido do *genitivus subiectivus*) é (“é” no sentido de identidade) a estruturalidade da dimensão que, no primeiro momento, no início do empreendimento teórico, apareceu como a “outra face” do universo do discurso. Ou ao inverso: o que, num primeiro momento, apareceu ou foi suposta como a “dimensão estrutural”, diferente e distinta do universo do discurso, é (“é” no sentido de identidade) a estrutura(lidade) do próprio mundo: *neste* sentido, o mundo (do universo, do ser) pode e inclusive deve ser suposto como *dimensão originalmente estruturada*. (EeS, p. 51) .

A aplicação das estruturas parte de dados, que são crescentemente teorizados no sentido de serem integrados em conexões cada vez mais abrangentes, estes domínios são concatenados numa conectividade mais abrangente, a saber, o mundo. Não obstante, estas conectividades formam apenas o polo objetivo da relação entre a dimensão estrutural e a dimensão, à qual estas estruturas se aplicam, chamada inicialmente de universo do discurso ilimitado e, no decurso da exposição de Puntel, de ser, entendido num sentido objetivo, isto é, como sinônimo de mundo ¹¹⁷. Explicar esta passagem e a conectividade que abrange todos os entes, o ser objetivo, o mundo e as estruturas é a tarefa da qual nos ocuparemos no sub-tópico seguinte.

3.2.2.2 O mundo objetivo e o Mundo integral

A pergunta que se impõe neste momento da exposição é uma questão tremendamente desafiadora: como este mundo articulado se nos apresenta? E ainda, como se apresenta a interconexão de todos os domínios e estruturas específicas que perfazem o mundo? Com efeito, um argumento coerente somente poderá ser formulado se observarmos o lugar teórico sistemático em que Puntel realiza a assunção de mundo objetivo, o qual nunca é dado ou articulável em *splendid isolation*. Pelo contrário, o *status* completamente determinado do que se concebe por mundo só é dado quando se articula seu lugar dentro do todo sistemático defendido pela FSE.

De modo geral na Filosofia hodierna o conceito *mundo* tem um emprego totalmente indeterminado e ambíguo. Por exemplo, alguns filósofos analíticos identificam mundo com a realidade, entretanto, se defende uma concepção como naturalismo estrito, o mundo é identificado com o *status* ontológico da realidade natural. Nesse sentido, o conceito de mundo

¹¹⁷ PUNTEL, Lorenz B. C. Cirne-Lima e sua rejeição do “Deus de católicos e protestantes” e afirmação do “deus imanente dos místicos” - um exame crítico das suas críticas e interpretações decorrentes do seu sistema neoplatônico-neohegeliano. p. 48.

é identificado com a concepção ontológica que se pressupõe quando se procura definir o conceito *mundo* (Cf. **EeS**, p. 329). Daí, surgem concepções totalmente divergentes do conceito em jogo, pois há, dependendo das teses pressupostas, aqueles que defendem que o mundo é um composto exclusivo de entidades físicas, outros que dizem que o mundo consiste em entidades físicas e mentais e, ainda, outros mais que acrescentam entidades abstratas (Cf. *Idem*). Ressalvemos a ideia de que em todas essas posturas o mundo aparece também como algo universal, ou seja, como aquela dimensão que abrange tudo que é ou está dado na dimensão ontológica já pressuposta ¹¹⁸.

A par dessas questões, Puntel pretende argumentar a favor de uma compreensão mais estrita do que seja concebido quanto se tem em vista o conceito mundo, sem acrescentar determinadas pressuposições ontológicas prévias, mas tentar através do esforço conceitual dizer o que é isto a que chamamos mundo. Segundo ele

...a expressão ou o conceito ‘mundo’, quando empregada/o em seu sentido próprio, isto é, *específico, não é*, portanto, sinônimo de universo do discurso ou *ser (em seu todo)* ou similar. Ele designa, antes, aquela dimensão do *universo do discurso* ou *ser (em seu todo)*, que deve ser concebida como a interconexão das ‘áreas’ (**EeS**, p. 330).

Para destacar esse significado limitado do conceito ‘mundo’, Puntel emprega a expressão *mundo atual*, que não é senão uma dimensão que deve ser empregada em vista do universo do discurso ilimitado e do ser como tal em seu todo, ou seja, do Mundo como a dimensão abrangente. Longe de garantir previamente uma concepção universal de mundo, Puntel simplesmente aponta para esse conceito de mundo atual ou objetivo como um conceito que (inter)conecta ou interliga conteúdos intramundanos, isto é, a totalidade dos domínios dos entes.

Isso implica que o *status* do mundo objetivo conclama as relações a todos os outros itens da sistemática estrutural, em última instância, podemos dizer que é somente no todo sistemático como tal e como um todo que o mundo objetivo tomará seu lugar determinado e definitivo. Contudo, é óbvio que não podemos tratar aqui de descrever esse imenso aglomerado de relações em todas as suas particularidades; trata-se aqui, pelo menos, de indicar os grandes âmbitos do mundo e qual a relação mínima que estabelecem, pois uma vez estabelecida a relação desses macro-âmbitos, os elementos a eles pertencentes estarão envolvidos nesta mesma relação (Cf. **EeS**, p. 332).

¹¹⁸ Cf. QUINE, W. V. **As coisas e seu lugar nas teorias em filosofia e linguagem**. Organização e apresentação de João Sâágua. 1ª Ed. Portugal: Asa, 1995.

A totalidade do mundo atual é asseverada por três macro-âmbitos que na esteira das disciplinas filosóficas apareceram catalogadas e nomeadas como: Natureza, Homem e História. Repare que a evidenciação dessa questão pode dar azo a grandes equívocos, pois aqui não se está fazendo referência ainda à totalidade do real, ao todo da realidade, mas somente ao que denominamos *mundo*. Por mundo estamos nos referindo não somente a uma certa esfera, mas à totalidade das esferas dos entes. Mundo/Ser é a totalidade abrangente que deverá ser pensada a partir da pergunta pela conexão entre o polo estrutural e o mundo. Quando nos referimos a um determinado conjunto/dimensão ou aos seus elementos ou a totalidade das esferas e conexões do ente estamos nos referindo ao conceito de *mundo*.

Aqui temos clara a necessidade de levar em consideração, nem que seja de modo implícito, um fator básico de toda e qualquer sistematicidade, a saber, a questão da conexão dos macro-âmbitos e subâmbitos do mundo. Mas que espécie de conexão seria essa? Uma resposta satisfatória a esta pergunta só pode vir à tona na medida em que se confere clareza à ideia de mundo como totalidade de todos os entes.

A consideração básica da *interconexão* estrutural ou a compreensão do mundo como totalidade, não pode ser entendida de maneira mereológica, isto é, como uma soma das partes, ou seja, o mundo como a soma dos entes existentes no mundo. Se a totalidade do que é dado pela interconexão dos elementos do mundo é entendida como essa coisa ou objeto grande, ela deve realmente ser rejeitada, pois ela não caracteriza uma entidade a mais, porém, ela é uma coisa como as outras coisas que ela deveria abranger. Nesse sentido, podemos inferir que para Puntel, o mundo ou “o ser *em seu todo*, como é entendido aqui, não é a totalidade de *todos os entes* numa compreensão puramente extensional” (EeS, p. 572). Mas o que teria de específico e comum nas entidades mundanas que lhes concedesse uma estruturalidade interconectiva pelo conceito mundo? É possível identificar a (inter)conexão desses elementos? Colocando essa questão em foco Puntel, em *Ser e Deus*, adverte que:

[...] é possível apontar muitas, múltiplas interconexões entre esses casos. Há, porém, um fator que seja comum, não só a alguns ou muitos desses casos, mas absolutamente a todos eles? Decerto haverá esse fator, pois, do contrário, não seria possível falar dos – e, desse modo, de todos os – casos do universo do discurso. Em que consiste esse ponto comum último, partilhados por todos os casos? Com certeza é possível mencionar fatores que são comuns a todos os casos do articulável, como, por exemplo, a expressabilidade universal etc. Porém, esses fatores estão de fato fundados num ponto comum mais profundo, mais original (SeD, p. 180).

Como já falamos dos casos abrangentes que estão dados de modo atual ou possivelmente no universo do discurso ilimitado, sabemos que há algo que os conecta entre si e lhes confere unidade sistêmica no conceito mundo. Nesse sentido, se partirmos dos dados,

isto é, das entidades simples que nada mais são do que os fatos primos simples ou estruturas ontológicas simples (abstratas) deveremos ir concedendo inteligibilidade a todos os fatores superiores que aparecerão na estruturalidade posta pelo universo do discurso ilimitado, que gerarão estruturas complexas ou fatos primos complexos (concretos). Se elevarmos ao máximo o plano dessa inteligibilidade passaremos a integrá-los em interconexões mais amplas, que deverão estar conectados com os (macro)âmbitos do mundo, os macro-âmbitos são as últimas conectividades antes da conectividade suprema no âmbito dos entes, isto é, o mundo que, em consequência última, denota a interconexão abrangente da totalidade do que aí é dado.

Dado o exposto, não podemos negligenciar a ideia de que os elementos do mundo estabelecem conexão entre si e, também, que os elementos da dimensão que estrutura a inteligibilidade, que são os componentes do quadro referencial teórico, possuem esta mesma relação já que se efetuam nesta dimensão. Porém, ficará como exigência de nossa reflexão, pensar a maneira de como se efetiva a conectividade entre os dois polos da relação: de um lado, a imensa dimensão estrutural que se relaciona entre si, e de outro lado, a dimensão do dado universal, o mundo enquanto interconexão abrangente; o Mundo, que é sinônimo de Ser, só aparecerá como questão a ser confrontada, quando a pergunta pela conexão entre estrutura e ser objetivo for posta. Eis a questão com que nos confrontaremos a seguir.

3.2.3 Metafísica como sistemática estrutural

Ao conceitualizar a relação entre a dimensão estrutural e a dimensão do mundo como o grande dado, pressupomos uma dimensão irreduzível às duas dimensões em jogo, que tornando possível sua relação, designa na própria estruturalidade o lugar onde se desvela toda inteligibilidade universal. Nesse sentido, o programa desenvolvido pela FSE pode ser visto como uma continuidade inovadora da grande tradição metafísica, pois aqui se trata de uma questão aquém da qual não podemos recuar e isto, simplesmente, porque toda e qualquer dimensão pressupõe o esclarecimento desta questão para cumprir o que é próprio de sua natureza. Nosso objetivo neste tópico será duplo: a) apresentar como se chega ao ‘Ser’ através de uma via de explicitação dessa dimensão; b) expor o modo pelo qual Puntel busca entender o Ser em si mesmo e o Ser em seu todo.

3.2.3.1 *Uma via de explicitação do Ser: a linguagem teórica manifesta a dimensão fundamental*

Neste sub-tópico apresentaremos uma via de acesso/explicitação/chegada ao Ser. Os argumentos empregados em *EeS* e *SeD* indicam três vias, porém para os interesses de nossa empreitada aqui nos damos por satisfeitos em apresentar apenas uma via. No próximo capítulo, quando abordamos a tese da expressabilidade exporemos, em linhas gerais, outra via. A explicitação do Ser que aqui temos em vista é resultado de uma metafísica estrutural que se desenvolve sobre as características mais fundamentais da linguagem determinada no escopo da FSE ¹¹⁹.

Como mostramos a linguagem que *EeS* elabora é uma linguagem expositiva e as sentenças declarativas têm uma função fundamental uma vez que é por elas que um teórico é elevado ao universo do discurso. A estrutura desses tipos de sentenças pode ser formalizada atribuindo um operador teórico, assinalado, por exemplo, “ $T\phi$: X é o caso que ϕ ”. Neste caso, ‘X’ não é o sujeito, mas um indicativo geral de um campo que é articulado de modo indireto – pois não nos damos conta de que ele é articulado quando expressamos sentenças teóricas – e irrevogável em toda e qualquer sentença teórica. É pelo uso do operador teórico nas sentenças declarativas (*teóricas*) que podemos explicitar uma dimensão pressuposta por todo e qualquer empreendimento teórico.

O empreendimento teórico, ao visar explicitar a inteligibilidade de algo, desempenha indiretamente o papel de expressar o élan existente e inquebrantável entre a dimensão do compreender e a dimensão do algo a ser compreendido e, nesse sentido, a linguagem atinge estruturalmente as coisas mesmas por estar determinada pela dimensão fundamental que une a esfera do compreender e do algo a ser compreendido, ou na linguagem de Puntel, estrutura e Ser. Isso porque a linguagem efetivada por falantes já se move numa dimensão absolutamente fundamental e necessária para que o empreendimento teórico, o qual visa inteligibilidade, seja satisfeito.

Neste plano sistemático teórico é aclarado o sentido absolutamente “objetivo” das sentenças teóricas, isto porque não se trata de levar em conta quaisquer atitudes de sujeitos cognoscentes, pois este ideal pressuporia que sujeitos se elevassem ao plano universal; antes, o que temos é a análise profunda das estruturas teóricas com as quais teorizamos algo. É

¹¹⁹ A escolha desta via não é acaso ou fruto do espírito arbitrário do autor desta dissertação. Antes a escolha se deu pela sutileza com a qual Puntel caracteriza essa via, segundo ele esta via “é de certo modo a mais imediata e elegante. Ela consiste na explicitação da dimensão universal do Ser pressuposta pelo operador teórico [...]”. In. PUNTEL, Lorenz B. **A Filosofia e a questão de Deus: um novo enfoque sistemático**. p. 377, 378.

justamente o resultado desta investigação que nos garante a objetividade e a certeza de que nossas sentenças alcançam a dimensão do real, permitindo-nos inferir que “em todo e qualquer enunciado teórico (mesmo no “menor”), ao qual é (ou deve ser) anteposto o operador “X é o caso de tal modo que...”, é o mundo (como um todo ou em recortes) que se expõe, mostrando-se em sua estruturalidade” (EeS, p. 539) ¹²⁰.

A tese defendida por Puntel sugere que, por exemplo, na sentença prima “ $T\phi$: ‘X é o caso que chove’”, ‘X’ aparece na sentença teórica não como referência a algum sujeito, mas se nos revela como um indicativo geral da dimensão que pressupomos e articulamos em todas as sentenças declarativas que têm por objetivo elevar o sujeito à condição de inteligir algo ¹²¹. O operador teórico é examinado e considerado como o designador da dimensão originária ou primordial, já que é pressuposta em toda e qualquer atividade teórica, isto porque: i) esta dimensão abrange todos os casos que são dados no universo do discurso, uma vez que ela é articulada quando visamos inteligir algo; e ii) se esta dimensão abrange todos os casos que estão dados no universo do discurso, ela se nos apresenta, ao ser tematizada, como aquela dimensão que apontamos com a designação de *universo ilimitado do discurso*, visto que só o ilimitado universo do discurso abarca a dimensão do que é tematizável no universo do discurso (limitado) (Cf. SeD, p. 179).

Ora, conforme salientamos acima, esta dimensão é identificada como o ser primordial ou universal. Isto significa que a dimensão absolutamente universal do Ser é indicada pelo “X” do operador e não se limita ao ser objetivo, oposto à dimensão estrutural, pois esta dimensão abrange todos os casos específicos – por ser comum a cada um – que são tematizados atual ou possivelmente em todos os casos do universo do discurso ¹²². Mas será que de fato haveria esse ponto comum em todos os casos específicos?

¹²⁰ Observe que a palavra mundo tomada nesta citação está vinculada ao ser em sentido objetivo e também ao ser em sentido primordial.

¹²¹ “[...] é preciso observar, no entanto, que, em português, diferentemente de outras línguas ocidentais, como o inglês, o alemão, o francês etc., não ocorre, em expressões como “chove”, “faz calor”, “é o caso que...”, uma partícula usual nessas línguas “it”, “es”, “il” ... Porém, deve-se ter em mente que tal partícula é tacitamente pressuposta também nas referidas locuções em língua portuguesa. Para indicar esse fato, poder-se-ia formular: “(...) faz calor”, “(...) é o caso” etc. e, para deixar ainda mais claro este ponto, que como se verá, é de suma importância, pode-se introduzir uma variável universal, indeterminada, como, por exemplo, simplesmente “X”. Assim se obteria: “X faz calor”, “X é o caso de tal modo que...” etc. Pode-se, então, de um modo um tanto ousado, atribuir às partículas impessoais “es” (em alemão), “it” (em inglês) etc. e “X” (em português) uma função e um significado especiais.” In. EeS 538. O leitor deverá observar que os exemplos indicados valorizam as interpretações do autor de *EeS* e, nessa perspectiva, as formulações visam dar conta das especificidades teóricas indicadas nesta citação.

¹²² Uma observação se faz necessária: “O sujeito cognoscente não aparece explicitamente na sentença teórica; mas isso não significa que ele esteja ausente de modo completo. O que acontece é notável: já que o sujeito universal é o sujeito elevado à perspectiva universal, a menção explícita do SU é inteiramente redundante; o SU, que é o sujeito destituído de todas as particularidades, é simplesmente identificado com a perspectiva universal.”

Na passagem que será reproduzida abaixo, Puntel finda suas considerações sobre a viabilidade de um suposto fator que estrutura todos os conteúdos do universo do discurso, fator este que é expresso pelo “desvelamento” do operador teórico e a dimensão a qual ele denota.

Este ponto consiste em que todos esses “casos” são primordial e fundamentalmente “casos que são, casos de Ser”, modos daquele ponto comum, que está na base de todos os pontos comuns, na medida em que os haja, a saber, do *Ser*. Caso alguém quisesse contestar essa tese, deveria ser capaz de mencionar um ponto comum ainda mais fundamental ou ainda mais original. Não se vislumbra como isso poderia ser possível. É preciso dizer que “Ser”, nesse caso, não significa só o assim chamado Ser atual, mas também o Ser possível. Dessas análises decorre que o uso simples do operados teórico, até mesmo no caso da mais simples e modesta sentença declarativa, revela e explicita a dimensão universal, a dimensão do Ser primordial (**SeD**, p. 180-181).

Posto isso, é inegável que na assunção programática da FSE é necessário defender e argumentar a favor desta unidade fundamental e inquebrantável entre a dimensão do compreender e a dimensão da coisa a ser compreendida, ou seja, entre a teoricidade e o universo do discurso ¹²³. Tal necessidade não é uma arbitrariedade do teórico, mas uma exigência da reflexão que iniciou delimitando o que pressupomos quando dizemos que podemos conhecer algo, passou pela especificação dos componentes do quadro teórico que dispomos e com o qual pretendemos legitimar nossas teorias e terminou por destacar a necessária interligação das dimensões que, de modo abstrativo eram tomadas separadas, perfazem a dimensão do compreender e da coisa a ser compreendida. A possibilitadora de tal relação é a dimensão fundamental que Puntel denomina Ser ¹²⁴.

3.2.3.2 A dimensão fundamental

Até agora nossa exposição detalhou em grande medida o que Puntel entende por dimensão estrutural e mundo e como se chega ao ser através da via de acesso explicitada no tópico anterior. Nossa tarefa agora é entender como se apresenta esta dimensão fundamental que abarca e possibilita a relação entre o polo estrutural e o mundo. Para tanto, seguiremos um itinerário argumentativo, para não dar abertura a equívocos diversos, realizando duas

In. PUNTEL, Lorenz B. **Observações críticas sobre uma resenha de Guido Imaguire da obra: Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática.** p. 49.

¹²³ Cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo.** p. 207.

¹²⁴ Conforme M. Oliveira “A filosofia enquanto discurso da articulação do ser em si mesmo e em seu todo é em última instância um discurso sobre o ser no sentido da dimensão mais originária que abarca os dois polos, ela é metafísica primordial.” In. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo.** p. 260.

indicações: [i] desde Kant à filosofia analítica contemporânea, há uma tendência de manter o núcleo da filosofia transcendental e, com isso, um abismo entre a dimensão estrutural e a dimensão do mundo; [ii] não podemos separar ou cindir a dimensão estrutural e a dimensão do mundo, pois as mesmas já se encontram determinadas por uma dimensão mais fundamental. A consideração específica dessas indicações será demonstrada a seguir.

[i] Puntel entende que um dos maiores legados da filosofia kantiana é a separação radical, a cesura ou o abismo entre a dimensão do sujeito e a dimensão da realidade (Cf. **EeS**, p. 476-478). A nosso ver, o alcance da revolução copernicana operada pelo idealismo transcendental, mais do que separar as dimensões supracitadas, se lança sobre uma das teses mais fortes da tradição filosófica, isto é, a tese que defende a identidade entre ‘ser e pensar’¹²⁵. Kant, não nega necessidade de pelo menos postular a existência de uma realidade objetiva que existe independente de nossas categorias puras a priori; a ontologia que Kant pressupõe é uma ontologia da coisa, uma ontologia realista. Todavia, a genuína epistemologia, única maneira de tornar a Filosofia uma ciência, erguida na primeira crítica, posiciona-se a favor de um conhecimento efetivado pela aplicação dos conceitos puros *a priori* ao material coletado pela sensibilidade e sintetizado pelas formas puras da sensibilidade, espaço e tempo; portanto, todo o procedimento pressupõe e ocorre a partir da dicotomia entre sujeito e objeto.

Enquanto “ontólogo” Kant se nos apresenta como um realista, mas como epistemólogo é um idealista. Como não podemos falar da realidade objetiva, ou seja, das coisas em si, não podemos fazer ontologia, apenas supor tal realidade como uma exigência da reflexão epistêmica, por isso, devemos concentrar os esforços apenas no que tange à dimensão do compreender, à dimensão epistemológica mesma. É inegável que a postura adotada por Kant desencadeou a ideia de que existe um abismo inamovível entre a dimensão da coisa a ser compreendida, da realidade em si e da dimensão do compreender, da subjetividade. Além disso, ou mais concretamente, como consequência temos: o que é da dimensão do compreender é tomado apenas como dimensão do compreender não podendo se confundir com o que é da dimensão da realidade ontológica. Contra-objeções a Kant serão formuladas no próximo capítulo a partir da perspectiva da FSE, por hora devemos ficar com os dois resultados de seu empreendimento estipulados aqui: a) há um abismo intransponível entre o sujeito e a realidade; b) as objeções de Kant abalam a estrutura rígida da tese que, desde

¹²⁵ Este tema será mais detalhado no próximo capítulo, por hora, vale indicar que ele é elevado à condição teórica pela força da inversão copernicana.

Parmênides, regia o ânimo especulativo dos filósofos, tornando-se, por assim dizer, o novo arcabouço estrutural de qualquer posição teórica em Filosofia ¹²⁶.

[ii] A dimensão do compreender e a dimensão da coisa a ser compreendida é o que no vocabulário da FSE é denominado de dimensão estrutural e dimensão do mundo, respectivamente. Todavia a compreensão que emerge destas duas dimensões e do modo como se relacionam está anos luz à frente e em contraposição radical do que Kant concebeu com a introdução do abismo radical que separa ‘ser e pensar’ ¹²⁷. A tese que Puntel sustenta gira em torno da ideia de que

[...] será defendida e explicitada aqui a noção de que a dimensão dos dados (ou o dado universal) e a dimensão das estruturas fundamentais são dimensões distintas *tão-somente numa perspectiva abstrata*. Na realidade, elas compõem uma única dimensão fundamental: a dimensão do dado total compreendido, isto é, estruturado, e a dimensão das estruturas fundamentais completamente explicitadas (completamente concretizadas, completamente determinadas). As duas dimensões constituem no fundo uma única dimensão fundamental (**EeS**, p. 360).

A posição estrutural defendida por Puntel diverge radicalmente do modo como se articula a postura transcendental de Kant, uma vez que Puntel defende uma união fundamental entre as dimensões tomadas inicialmente, por questões metodológicas, como separadas.

O modo como a totalidade do mundo e a estruturalidade da compreensão estão concatenadas demonstra que não existe um dualismo ontológico ou epistemológico no caminho expositivo da FSE, muito menos uma diferença entre o que é do âmbito epistemológico ou ontológico. Como quer que se sustente, um pensamento assim, introduzido neste percurso, resultaria no problema do abismo no estilo de Kant; ao contrário, compreendemos como necessidade intrínseca a estas dimensões uma unidade mais fundamental e originária. Contudo é preciso aclarar e ir além na caracterização desta dimensão originária, condição de possibilidade do entrelaçamento das dimensões ¹²⁸.

Conforme Puntel, “a designação mais famosa e decerto também filosoficamente mais neutra [...], assim como a mais abrangente de todas as utilizadas para a dimensão original visada aqui é a designação ‘ser’” (**EeS**, p. 551) e o modo de tematizar esta dimensão

¹²⁶ Observe, mais uma vez, que aqui não estamos defendendo uma reposição da questão da unidade entre pensar e ser nos moldes da tradição. O que Puntel na realidade faz é interpretar isto de modo radicalmente diferente porque a tradição, quando falava de unidade entre pensar e ser, interpretava ser como ente, em Puntel a unidade se põe em outro nível, poderíamos dizer, no nível sistemático-estrutural.

¹²⁷ Cf. SALOMÃO, M. M. M. **Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência**. In: KOCH, Ingedore G. V.; MORATO Edwiges; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 153.

¹²⁸ Nesse sentido, precisamos transcender o nosso próprio ponto de vista, todavia, isso não equivale a assumir o ponto de vista de um Deus onisciente. Essa má compreensão é tematizada por Puntel em seu confronto com as formulações do ‘fenomenólogo’ Marion. Cf. **SeD**, p. 91.

fundamental é estritamente metafísico, especificamente, uma metafísica estrutural. O filosofar sistemático intenta desencadear uma reflexão em que se vai avançando até a necessidade de se tematizar a dimensão original, isto é colocar a questão do Ser, como uma exigência irrenunciável do processo sistemático e não como uma imposição arbitrária e sem justificação do espírito de um teórico. Enquanto a dimensão fundamental é considerada, estamos, em termos sistemáticos, pensando a estruturalidade do todo assumindo o lugar de onde se pode compreender a unidade fundamental e originária desta dimensão, o que não é senão uma sistemática compreensiva ou uma *metafísica originária*.

Por meio de uma sistemática compreensiva ou metafísica estrutural, devemos preliminarmente demonstrar o que se entende inicialmente quando estamos empregando a palavra ‘Ser’, qual o sentido inicial de ‘Ser’ na FSE? Em primeiro lugar, devemos observar que ‘ser’ pode ser tomado como a designação daquele âmbito objetivo em relação à dimensão teórica, portanto, como ser objetivo, ente; já ‘Ser’ pode ser tomado: como dimensão original que abrange, desde o início da empreitada teórica, os dois polos que para Kant não se relacionavam. Decorre daí que ‘ser’ pode ser tomado como: a) ‘Ser em seu todo’ ou totalidade do ser que difere radicalmente do que seja mereologicamente a totalidade dos entes; o pensamento de Puntel sugere que “o Ser em seu todo deve ser entendido como Ser-em-sua-relação-com-os-entes ou o Ser-junto-com-os-entes ou de modo ainda mais explícito: o ser-come-a-interconexão-dos-entes” (EeS, p. 556); e b) ‘o Ser como/enquanto tal’ é compreendido na medida em que ele se (auto)explica, pois somente o ‘Ser como tal’ pode tornar manifesto em seu ‘momento estrutural imanente’ as características do ‘Ser’. Puntel considera cinco características imanentes mais universais e autoexplicativas da dimensão do Ser.

A primeira característica do momento estrutural imanente e mais universal do ser enquanto tal é *a inteligibilidade absolutamente universal*. Nesta perspectiva a inteligibilidade é estendida a tudo que está interconectado pela dimensão do Ser e, por isso, tudo que está dado na dimensão estrutural ou na dimensão oposta é inteligível. Esta intuição está baseada na tese de que pensar e ser são a mesma coisa ¹²⁹, ou seja, o alcance da inteligibilidade do Ser é também o alcance da inteligibilidade do pensar, o que não significa que possamos articular completamente a dimensão fundamental do Ser, mas antes estamos em pleno gozo de

¹²⁹ Puntel mesmo admite isso na medida em que ele vê em Hegel uma busca incansável pela rearticulação da tese em jogo. Mais uma vez, advertimos o leitor que por mais que a intuição esteja baseada nessa tese, é preciso distinguir em muito os alcances teóricos do que é sustentado na FSE.

tematizá-la e apreendê-la em segmentos de inteligibilidade ¹³⁰. A segunda característica é derivada da primeira, a saber, a *coerência universal*. Já que estamos possibilitados de compreender algo, podemos também compreender a conexão que esse algo estabelece na própria dimensão do Ser ¹³¹, ou seja, coerência universal denota estruturalidade universal. Destarte, a coerência universal emerge na medida em que o ser se nos apresenta como a *estrutura de todas as estruturas*, como aquela estrutura fundamental da qual não podemos prescindir e é, por esta razão que, compreender ou estruturar algo já é nos movermos na dimensão do Ser que confere inteligibilidade e coerência àquelas dimensões fundamentais que estruturam a própria inteligibilidade. A terceira característica da dimensão do Ser é a expressabilidade universal enquanto característica do ser enquanto tal, esta característica será tematizada como solução para o impasse realismo e anti-realismo no próximo capítulo. A quarta característica é denominada *bondade universal*, o que sugere que esta característica imanente ao Ser é definida a partir de uma ótica ligada à praticidade que apela ou corresponde à vontade que busca o bem. Por fim, a quinta característica é determinada pela consonância das quatro características elencadas, denominada *beleza universal* ¹³². Isso significa mais precisamente que “cada característica do ser implica todas as demais e é implicada por todas as demais, mas a ‘consonância’ deve ser compreendida mais especificamente como a suprema perfeição (*perfectio*), a auto-apresentação ou automanifestação perfeita do ser e, desse modo, de cada ente individual” (EeS, p. 418).

Essas características são apenas uma primeira determinação da dimensão fundamental do ‘Ser’ que se nos apresenta como a condição de possibilidade da relação entre a dimensão estrutural e a dimensão do mundo ¹³³. Essa concepção vai crescendo nas tematizações de

¹³⁰ Estas palavras trazem implicitamente a ideia de que a postura, que Puntel defende, pretende reintroduzir na Filosofia a tese estilhaçada por Kant: Ser e pensar são um só. De fato, há verdade e coerência nesta leitura, todavia se deve entender com isso que ele não defende um retorno ao realismo metafísico da tradição; nem mesmo uma identificação do compreender e do compreendido, como a tradição anterior a Kant entendia tais dimensões, são defendidas aqui. Pensar uma inversão da revolução copernicana de Kant não é, nem de longe, voltar puramente ao que a tradição anterior a ele sustentava. A leitura somente faz jus a Puntel se entendermos ‘Ser e Pensar’ dentro do quadro referencial de Estrutura e ser, isto é, da ontologia contextual e das estruturas que estruturam a inteligibilidade, interconectadas desde sempre pela dimensão fundamental a qual denominamos Ser.

¹³¹ O argumento principal para isto se funda no fato de que a coerência universal não está solidificada no arcabouço da consistência lógica, antes ela se nos apresenta como uma dimensão do ser que denota uma interconexão e, nesse sentido, entender, explicar, explicitar, expressar etc. significa captar a interconexão em que algo se encontra. Assim sendo, uma teoria mais adequada seria aquela que conseguisse dar conta do maior número de conexões finamente estruturadas de seus dados. Cf. EeS, p. 631.

¹³² As formulações desenvolvidas seguem de perto o desenvolvimento de Puntel em EeS p. 582, 583, 584, 585, 586. Também cf. SeD p. 205, 206, 207. Uma síntese mais detalhada em OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. p. 261, 262.

¹³³ Essa Dimensão era justamente aquela dimensão apontada por Heidegger e não compreendida por Husserl. O papel da consciência ou da subjetividade não pode ser absolutamente determinante porque ela já sempre se move dentro de uma dimensão que podemos chamar de metafísica. Cf. SeD, p. 50, 51, 52.

Puntel e a reflexão tem um *ponto de chegada*, mas desenvolver isso aqui extrapolaria os interesses de nossa empreitada. Para os objetivos de nosso trabalho estas primeiras caracterizações já se mostram satisfatórias, pois elas são o ônus da prova de que é somente pela dimensão do ser que a dimensão estrutural e a dimensão do mundo ou do ser ganham plena inteligibilidade na medida em que algo daquelas dimensões é teorizado na perspectiva universal ¹³⁴.

3.3 A modo de conclusão

Este capítulo teve por objetivo apresentar a posição teórica da FSE, que diverge do enfoque transcendental das posturas apresentadas no capítulo anterior que, como foi mostrado, apoia-se na tese de que teorias filosóficas estão submetidas à nossa condição limitada de sujeitos capazes de conhecimento e de linguagem. Esta tese efetua reduções altamente problemáticas e para não recair no problema a primeira coisa que a FSE faz é aclarar o conceito de quadro referencial teórico. Nesse procedimento metodológico, seguido de perto neste capítulo, o papel preponderante é desempenhado pela linguagem e não mais pelo sujeito cognoscente. Passamos, então, a considerar atenciosamente as sentenças teóricas e adentramos a estrutura semântica e ontológica do que expressamos, a saber, a coisa mesma; algo que as posições apresentadas no capítulo predecessor não podiam fazer para serem fieis aos seus pressupostos.

A reflexão de Puntel desencadeia uma reviravolta da inversão copernicana de Kant na medida em que, através da FSE, o filósofo propõe-se a retomar, no sentido acima especificado, a tese que identifica ‘ser e pensar’ retomando questões metafísicas-‘realistas’-ontológicas reformuladas no quadro teórico da FSE. Em que medida esta posição se mostra mais satisfatória do que o idealismo transcendental de Kant ou a pragmática formal de Habermas está implícito em todo o decorrer deste capítulo, mas será apresentado de modo explícito no início do próximo capítulo, onde serão confrontadas as posições teóricas apresentadas até aqui.

¹³⁴ Oliveira sustenta que “A filosofia enquanto teoria das estruturas universais do Ser enquanto tal e em seu todo, tematiza, em cada campo específico do real, justamente as estruturas universais. Por exemplo, na consideração do mundo natural enquanto parte do ser em seu todo, ela busca conceituar as estruturas universais nesse campo, enquanto que as ciências tentam captar nos diferentes campos as estruturas particulares ou específicas de cada campo, o que implica, nesse nível geral, uma diferença clara do *status* teórico das respectivas sentenças das duas formas de teoria. Isso significa dizer que a filosofia considera qualquer realidade na perspectiva da universalidade, ou seja, do Ser enquanto tal e em seu todo.” In. Cf. OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. p. 175.

4 DESPOTENCIALIZAÇÃO DO SUJEITO E AUMENTO DE SUA CAPACIDADE EPISTÊMICA: UMA RETOMADA DA PERSPECTIVA UNIVERSAL

Neste capítulo exporemos a interpretação crítica de Puntel no que tange ao quadro da filosofia transcendental, principalmente, nas formulações de Kant e Habermas. A crítica de Puntel exige uma argumentação cujo cerne nos levará a explicitar o motivo pelo qual o quadro da FSE é preferível ao quadro transcendental. Tal questão nos impulsiona a enfrentarmos um problema delicado e não solucionado pelo quadro transcendental, uma vez que este quadro sempre se põe arbitrariamente de um dos lados da questão em jogo, a saber: realismo x antirrealismo. Retomaremos a questão apresentando a solução que salta como consequência teórica dos pressupostos e teses engendrados em *EeS*: a tese da expressabilidade ontológica universal ¹³⁵. Essa tese não é só a resolução do impasse realismo x antirrealismo, mas, também, o ônus da prova de que a posição de Puntel não é só mais coerente e rigorosa, que a postura das perspectivas transcendentais e uma implantação da perspectiva metafísica/universal nas teorias gestadas por sujeitos. Esta questão, por fim, levar-nos-á a entender como o sujeito despotencializado adentra à perspectiva universal ao se colocar, através da linguagem, no itinerário epistêmico completamente determinado pela dimensão abrangente.

4.1 Críticas à postura transcendental – O abismo ineliminável entre sujeito e mundo

O ponto de partida aqui é entendermos que as críticas que serão direcionadas mais à frente a Kant e a Habermas são formuladas como uma consequência direta da posição que Puntel articula em sua FSE, ou seja, aqui não se trata de uma incidência arbitrária frente às tematizações dos autores em jogo; ao contrário, ao expormos as considerações de Kant e Habermas demos devida atenção ao rigor argumentativo que impera em suas teorias, não obstante, é preciso salientar que nenhuma delas aponta uma solução plausível para o problema autocontraditório gestado nos seus próprios pressupostos, a saber, o problema do abismo entre sujeito e mundo. Esse problema será refletido imediatamente e, em grande medida, as críticas direcionadas a Kant e a Habermas derivam da pressuposição desse abismo em suas teorizações; entretanto, aqui nos concentraremos em expor criticamente o problema em

¹³⁵ Vale salientar que esta tese plenamente explicitada é a teoria do Ser.

questão e nos próximos subtópicos levantar questões concernentes a aplicação teórica dos quadros referenciais pressupostos por Kant e Habermas.

Puntel antevê o problema do abismo a partir da leitura que tem da magnífica obra de H. Putnam intitulada *Realism with a human face*, na qual o filósofo estadunidense levanta questionamentos à concepção engendrada pela física e também pela lógica de que haveria um *gap* (cesura/abismo) entre a dimensão do observador/teórico e a dimensão do sistema/mundo observado. Tomando o exemplo dos resultados obtidos pela mecânica quântica, Putnam assinala a existência e as consequências do abismo da seguinte maneira

[...] O que é paradoxal é o resultado, a necessidade de reconhecer um corte entre o observador e o sistema em qualquer descrição da realidade física pela mecânica quântica. E sentimos que isso é um paradoxo, precisamente porque o que significa ter um corte entre o observador e o sistema é, como eu disse no início, que se renunciou a um grande sonho, o sonho de uma descrição da realidade física como ela é à parte de qualquer observador, uma descrição que é objetiva no sentido de não ser de um ponto de vista particular.¹³⁶

Na assunção desta passagem, Puntel afirma que Putnam está se referindo diretamente a Kant, mas isso não é esclarecido nem nesta passagem nem no fim dos debates travados nesta seção da obra de Putnam. Contudo, mesmo tendo observado que o abismo entre observador e sistema causa certo desconforto aos interesses de Kant (e a Einstein), Putnam realiza, posteriormente, uma alegação que justifica exatamente a afirmação de Puntel, segundo ele:

Desde o século XVII, a questão da existência do mundo “externo” – o mundo habitado em comum, de estrelas e montanhas, cadeiras e mesas, animais e seres humanos – tem sido uma questão central na epistemologia. De acordo com a visão tradicional, cada um de nós está diretamente familiarizado apenas com os seus próprios ‘*sense data*’ dos quais ele “infere” (Descartes) ou “constrói” (Berkeley) o mundo do senso comum de paus e pedras. Nem Hume nem Kant, ambos os quais reconheceram as dificuldades da visão padrão, conseguiram superar a fonte do problema: sua suposição central é que o conhecedor e o “dado” são separados do mundo que é conhecido por meio do dado.¹³⁷

É somente a partir destas constatações que Puntel considera o problema do abismo como: i) um pressuposto lógico a partir do qual se sustenta a virada transcendental/epistemológica de Kant, da qual desfruta a Filosofia desde essa época; ii) um legado de Kant que alcançou diversas ramificações e virilizou-se, principalmente, nas tendências analíticas denominadas antirrealistas; e iii) se correto, um impedimento principal ao empreendimento da sistemática compreensiva, isto é, a elaboração de uma metafísica

¹³⁶ PUTNAM, Hilary. **Realism with a human face**. Edited and introduces by J. Conant. Cambridge: Harvard University Press, 1990. p. 11. (O texto vertido para o português é de nossa responsabilidade)

¹³⁷ PUTNAM, Hilary. **Realism with a human face**. p. 230. (O texto vertido para o português é de nossa responsabilidade).

primordial (Cf. **EeS**, p. 476, 477). Exporemos mais detalhadamente estas considerações de Puntel a partir de sua FSE.

[i] O que defende um teórico que observa os pressupostos epistemológicos advindos da revolução copernicana de Kant? Ora, a tese basilar do transcendentalismo kantiano gira em torno da ideia de que o conhecimento é obtido meramente dos fenômenos, contudo de maneira nenhuma isso colapsa a possibilidade de negar que haja algo em si, ou seja, como *noumeno*; na verdade, como apontamos acima, Kant afirma que o idealista transcendental de nenhuma maneira nega a existência de coisas-em-si mesmas, ele apenas nega a possibilidade de conhecê-las.

É preciso ainda aqui argumentar como o abismo se efetiva e se torna um pressuposto irrenunciável da postura transcendental. Conforme Puntel atesta, “Em Kant, o abismo é caracterizado como a diferenciação radical, na verdade, a separação entre a subjetividade com tudo o que lhe é atribuído, de um lado, e o âmbito das coisas-em-si, do outro” (**EeS**, p. 477). A nosso ver, a razão que leva Puntel a esta afirmação está na ideia de que em Kant o conhecimento se efetiva sempre e a partir da instância que a tudo determina, isto é, o sujeito cognoscente. Este sujeito está imerso num mundo em que suas representações são os únicos objetos disponíveis em seu arcabouço epistêmico. Nesse sentido, não teríamos garantia de que temos as mesmas representações da realidade em-si-mesma de outro sujeito, pois não temos uma faculdade que nos possibilita comparar ou acessar as representações de outros sujeitos¹³⁸, isto nos leva a inferir que as representações de um sujeito ‘ π ’ poderiam ser diferentes das representações do sujeito ‘ ρ ’ e justamente por essa razão Kant, comprometido com seus pressupostos, afirma que o conhecimento somente pode atingir os fenômenos, isto é, os objetos passíveis de síntese pela ação espontânea do entendimento do sujeito, instância determinante. Isto é o que precisamente caracteriza o antirrealismo epistemológico kantiano e, portanto, o que nos faz vislumbrar o abismo uma vez que não temos como atingir o que estaria ‘do outro lado’ por conta desse fosso intransponível.

Kant nos indicou que é necessário pressupor ou ao menos não duvidar que haja um mundo em-si-mesmo. Mas é preciso especificar o alcance teórico dessa postura kantiana. Debrucemo-nos sobre a seguinte questão: se não podemos conhecer mediante nossa percepção sensível os objetos em-si-mesmos, podemos estar seguros e justificados da sua

¹³⁸ Antes de tecer essa consideração, Puntel assume a crítica de Hegel a Kant na medida em que Hegel mostra a ‘contradição imanente’ ao projeto transcendental. Por um lado, Kant aponta para uma esfera universal, abrangente que Puntel denomina aqui, com Wittgenstein, de “espaço lógico”; por outro, ele restringe o espaço lógico na medida em que põe a sensibilidade como elemento determinante o que faz com que o espaço lógico se restrinja a funções do sujeito. Cf. Cf. PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. p. 192. Esta questão será retomada mais à frente.

existência (Cf. **Krv** A 369)? A resposta que nos parece mais provável – a *modus tollens* – é de que não podemos estar seguros nem justificados que algo exista sem que alguma conceituação desse algo já esteja em jogo; nesse sentido o que faz Kant é apenas postular a existência de um mundo-em-si, aposta essa que é preza fácil para os argumentos céticos. Eis a consolidação plena do abismo já que não teríamos, ao aceitar o idealismo transcendental, condições de nos justificar quanto à hipótese de um mundo-em-si mesmo.

Assim, Puntel conclui que “na tradição determinada por Kant, esse abismo é considerado como absolutamente insuperável (**EeS**, p. 477)”, essa afirmação de Puntel é considerada como auto-provável devido aos termos que a constituem estabelecerem sua articulação nas evidências retiradas das próprias afirmações kantianas e, assim sendo, constituírem-se como o pressuposto fundamental de um teórico que lança mão do quadro transcendental e conserva a dicotomia radical entre as duas dimensões.

[ii] Um dos debates que mais se proliferaram e geraram controvérsias na esfera filosófica analítica foi: se se deve assumir ou não a existência de um mundo completamente independente de nossa linguagem (Cf. **EeS**, p. 497, 498). O antirrealismo, de cuja maior parte das correntes analíticas lança mão, afirma que a dimensão do compreender determina a dimensão do que é compreendido a partir da mediação incontornável de nossos esquemas conceituais e, assim sendo, assumir a existência de um mundo independente de nossos esquemas conceituais seria mera ilusão. Observemos que em boa medida a posição dos antirrealistas se coaduna perfeitamente com as ideias diretrizes sustentadas pelo idealismo transcendental de Kant, portanto há também nessas correntes a tendência de se resguardar o abismo entre sujeito e mundo, na verdade, a diferença é que agora estes esquemas conceituais são entendidos enquanto “linguisticamente” expressos por conta da reviravolta linguística. O realista, ao contrário, afirma que a dimensão da coisa a ser compreendida é o que determina nosso compreender e, desta maneira, o conhecimento se resume em captar as propriedades intrínsecas do que é compreendido, ou seja, do mundo que existe em si mesmo, independente de nossos esquemas conceituais.

Várias teses foram sustentadas para defender uma ou outra perspectiva e, no mais das vezes, os realistas encontravam dificuldades em defender seus pressupostos depois da virada transcendental operada por Kant, isto porque dificilmente poderiam renegar a ideia de que o conhecimento se efetivava através de sujeitos enredados em seus esquemas conceituais ¹³⁹. O

¹³⁹ Puntel sugere que: “Não se vislumbra como seria possível escapar desse dilema que resulta do fato de se tomar como base o conceito ou o ponto de vista “*nosso espírito*” ou “*nossa linguagem*” na determinação do ‘mundo’. Mas por que se ater a esse dogma? A razão disso deve ser vista no fato de “espírito” ser entendido

enfoque do *status* teórico do antirrealismo que reivindica validade frente ao realismo é na verdade um aspecto consequente do problema do abismo e, talvez, um dos filósofos que caracteriza fidedignamente uma guinada teórica de um determinado realismo para o antirrealismo (denominado realismo interno) – mediante as objeções deste para com aquele – seja o próprio filósofo que constatou a existência do abismo ao qual se afeiçãoou: H. Putnam, de cuja posição nos ocuparemos brevemente ¹⁴⁰.

Numa importante passagem da referida obra de Putnam – reproduzida abaixo – vemos a significativa diferença entre duas, das três posições, que Putnam adotou ao longo de sua experiência filosófica.

[...] fui levado a seguir Kant na distinção entre dois tipos de realismo. Os dois tipos eu chamei de “realismo metafísico” e “realismo interno”! O realista metafísico insiste que uma misteriosa relação de “correspondência” é o que torna a referência e a verdade possíveis; o realista interno, ao contrário, está disposto a pensar em referência como interna a “textos” (ou teorias), desde que reconheçamos que há “textos” melhores e piores. ¹⁴¹

As duas formas de realismo são hoje abandonadas por Putnam em favor de uma outra, a saber, o realismo pragmático; no entanto, aqui nos deteremos minimamente nessas duas formas de realismo, cuja distinção é atribuída a Kant, explicitando o que levou Putnam a adotar o realismo interno em detrimento ao realismo metafísico.

Podemos caracterizar quatro teses cumulativas defendidas pelo realismo metafísico:

I- há uma realidade, constituída por objetos com propriedades e relações intrínsecas a eles, completamente independente dos sujeitos;

II- (a partir de I) seja como for, qualquer conhecimento levará em consideração as propriedades inerentes a esses objetos que constituem a realidade;

III- (a partir de II) a verdade é, então, uma correspondência aos objetos ou fatos como eles são em si mesmos;

IV- (a partir de III) somos levados à possibilidade de uma espécie de confrontação entre a realidade e as teorias pretensamente aplicadas a ela (porque temos uma *God's eye view*, nas palavras de Putnam).

somente como “espírito humano” e “linguagem” somente como “nossa linguagem” Mas é justamente essa assunção que deve ser refutada peremptoriamente.” In. *EeS*, p. 499.

¹⁴⁰ Apresentar um pequeno esboço da posição intermediária de Putnam não é trivial aqui, e isto porque estamos tratando de como Puntel afirma que as correntes analíticas adotam em certa medida o núcleo da virada transcendental de Kant. Apresentar as variáveis em que estas correntes tomam tais pressupostos seria contraprodutivo, pois, no mínimo, demandaria outro trabalho. O exemplo de Putnam, o qual reconhece a existência do abismo e, na tentativa de superá-lo, radicaliza-o ainda mais com suas propostas, satisfaz os nossos interesses nesse tópico.

¹⁴¹ PUTNAM, Hilary. **Realism with a human face**. p. 114.

O realismo metafísico, do qual Putnam desfrutou algum tempo, é uma das doutrinas filosóficas aceitas também pela tradição anterior a Kant. O realismo metafísico, ao atestar a existência de um mundo estruturado em si mesmo independente dos esquemas conceituais dos cognoscentes, desemboca na ideia de que nosso conhecimento do mundo não é diminuído pelas influências de nosso escopo subjetivo, de nossas teorias e de nossos conceitos quando os utilizamos para inteligir o mundo, a realidade. Destarte, nossas teorias são reflexos incorruptíveis do mundo, de maneira tal que a verdade emerge daí como uma correspondência inquebrantável. Esses posicionamentos pressupõem que temos, de alguma forma, uma visão do todo, um “ponto de vista divino” que abrange tanto o observador/teórico quanto o sistema/realidade e, exatamente por isso, podemos comparar nossas teorias e o mundo observando se há entre eles essa correspondência.

Puntel alega os motivos que levaram Putnam a abandonar o realismo metafísico em favor do realismo interno, de acordo com ele são três esses motivos: 1- a presunção de uma *God's eye view* seria uma irrealidade e uma presunção de nossa parte, seres finitos; 2- a partir da ideia de que somos seres finitos – e nesse caso o abismo seria intransponível –, o realismo metafísico contradiz essa nossa posição atual e padrão, isto é, de que como seres finitos e não oniscientes não podemos obter um conhecimento que abarque observador/teórico e sistema/mundo; para falar a verdade, até uma pretensa teoria ideal poderia estar equivocada em relação ao mundo por conta de nossa posição padrão e atual, de seres finitos e não oniscientes; 3- Por fim, o realista metafísico incorre numa certa ingenuidade e tolice quanto à ideia do ‘Sentido’ já denunciada pelo segundo Wittgenstein (Cf. **EeS**, p. 480)¹⁴².

O realismo interno, posição posterior adotada por Putnam, por sua vez, solapa o realismo metafísico. Assim, a partir da negação das teses características do realismo metafísico, Putnam apresenta a sua nova proposta estruturada sob os alicerces de quatro teses:

I- a perspectiva internalista desse realismo assume que não há uma cisão entre o sujeito e a realidade, na verdade, sujeito e realidade mutuamente se constroem;

II- as descrições da realidade serão sempre as ‘*nossas*’ descrições da realidade, pois aí se incorporam elementos estritamente subjetivos. Destarte, não podemos ter a pretensão de que possa existir uma teoria verdadeira do mundo. Nossas e teorias, então, são passíveis de restrições empíricas, metodológicas e teóricas para gozar de aceitabilidade¹⁴³;

¹⁴² Conforme a ideia wittgensteiniana de que “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem”.

¹⁴³ É justamente pelo que se sustenta aqui que doravante Putnam afirmou ser confusa a expressão realismo interno; autorizado pela concepção pragmática que daqui emerge, Putnam diz, em 1987, que deveria tê-la chamado de realismo pragmático. Cf. JÚNIOR, Alexandre de F. Mello. **Realismo interno como realismo**

III- a verdade não é entendida como uma justificação *à la* Habermas, mas como uma idealização da aceitação ou justificação racional, o que significa dizer que nossas condições epistêmicas estão inseridas num contexto que necessita postular uma crença verdadeira justificada que se mantém rígida frente a todas as objeções ¹⁴⁴.

IV- a *God's eye view* é o ponto de vista ideal da realidade do qual não dispomos. Não obstante, dispomos de vários pontos de vista de pessoas reais que refletem e deliberam suas teorias. Mesmo sendo passíveis de erro, a história humana já provou que esses pontos de vista finitos atingiram certa objetividade quanto as suas teorias.

Essa posição posterior que Putnam endossa não é mais do que uma das muitas variáveis de antirrealismo; essa posição caracteriza-se pela ideia de que na relação de mútua construção entre sujeito e mundo, só há sentido em dizer como o mundo é acessado na dependência de nossos esquemas conceituais, por isso, não há aqui a pretensão de um mundo estruturado completamente independente dos sujeitos (*ready-made-world*).

No entanto, observemos que nesse realismo interno de Putnam ainda se mantém uma certa noção de um mundo-em-si e isso acontece por dois motivos elencados por Puntel: primeiro porque Putnam não rejeita o idealismo transcendental de Kant ¹⁴⁵; segundo, que é um corolário do primeiro e somente poderia ser explicitado por um leitor assíduo de Kant, porque “Putnam identifica o seu realismo interno com o realismo empírico de Kant” ¹⁴⁶ e, conforme salientamos, realismo empírico não é senão o idealismo transcendental ¹⁴⁷. Ora, isso tem como consequência que “o abismo ou a cesura entre teoria e sistema é aprofundado/a ainda mais radicalmente e, desse modo, cimentado/a – bem na linha da tradição kantiana – por meio de outra cisão igualmente radical do pólo objetivo (o ‘sistema’, o mundo) entre um ‘lado que é em si’ e um ‘lado moldado pelo nosso espírito’” (EeS, p. 481). Porém, vale salientar que Putnam faz uma indicação profundamente correta de acordo com Puntel, a saber, a alegação da relação indissolúvel entre linguagem e mundo, universo, realidade da qual trataremos mais a frente.

pragmatista e o esquema conceitual: uma proposta crítica à metafísica tradicional. Griot: Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia – Brasil, v.13, n.1, junho/2016- pp. 200-2017. Aqui, 201.

¹⁴⁴ É nesse sentido que Alves afirma que Putnam defende “uma teoria coerentista da justificação. No entanto, Putnam não identifica ‘verdade’ com ‘justificação’ ou aceitabilidade racional” In. ALVES, Edna de Souza. **O realismo interno confrontado com “seus inimigos”**. Trans/Form/Ação, São Paulo, 30(2): 75-91, 2007. Aqui, p. 77.

¹⁴⁵ Cf. PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. p. 192.

¹⁴⁶ PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. p. 194.

¹⁴⁷ Veja o subtópico 2.1.2.2.

[iii] Por fim, agora precisamos especificar em que medida o problema do abismo se apresenta como um impedimento radical aos propósitos empreendidos pela sistemática compreensiva que emerge no seio da FSE. Bem, em primeiro lugar, devemos observar que o modo como entendemos a relação entre linguagem/teoria e mundo/realidade deverá determinar como são desenvolvidos os pressupostos basilares de uma metafísica seja ela qual for. Dessa maneira, se a tese defendida pelo idealismo transcendental entra em vigor em qualquer conceituação teórica com ela também deverá ser defendida a cesura ou o abismo entre linguagem/teoria e mundo/realidade e, assim, as pretensões de uma metafísica que visa dar conta da estruturalidade do todo deverá se adequar as perspectivas epistêmicas do sujeito que tudo determina.

Diante disso, cabe-nos objetar se e como podemos compreender o todo do real se nossa compreensão está estrita e radicalmente vinculada ao todo do real para nós. Ou seja, sustentar qualquer tipo de separação entre a dimensão da linguagem/teoria e do mundo/realidade implica perder o fio condutor de uma metafísica que se propõe a explicitar, compreender, numa palavra, expressar as estruturas da realidade como tal. Todavia, um passo decisivo para isso será explicitar, se não há uma cisão radical entre tais dimensões, o que concede e como é estruturada a unidade dessas duas dimensões; com esta questão nos ocuparemos no segundo tópico deste capítulo, agora concentraremos nossos esforços em especificar críticas específicas que Puntel direciona a Kant e a Habermas.

4.1.1 Críticas específicas a Kant

As obras de Puntel em boa medida conservam inúmeras críticas bem fundamentadas e, a nosso ver, acertadas contra a postura transcendental de Kant. Apresentar com exaustão todas essas críticas extrapolaria e muito os objetivos de nosso trabalho; na verdade, nosso intuito aqui será apenas de apresentar duas críticas que são formuladas em âmbitos concernentes ao quadro teórico pressuposto – que não é nem trabalhado nem explicitado – por Kant, a primeira dessas críticas diz respeito à aplicabilidade do quadro teórico kantiano, a segunda versa acerca do que Kant veio a chamar de ‘coisa-em-si’ diferindo-a do que seja fenômeno. Começaremos por essa última questão.

Puntel em sua obra *Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia* concentra seus esforços em determinar o idealismo transcendental a partir de um enfoque analítico, todavia ele também procura reconstruir os argumentos que Hegel impõe ao idealismo transcendental de Kant, de modo que a diferenciação entre fenômenos e *noumenos* ganha um

enfoque privilegiado. É seguindo esse duplo aspecto da argumentação punteliana que pretendemos tornar expressa uma primeira objeção ao idealismo transcendental.

Puntel sugere que o idealismo transcendental é considerado como um teorema e, como para todo e qualquer teorema, se apresentam provas para a justificação de sua veracidade ¹⁴⁸. Uma vez assumida a diferença entre coisa-em-si e fenômeno observamos como Kant não trata simplesmente de distinguir coisas cognoscíveis e coisas incognoscíveis, nem propriedades cognoscíveis e incognoscíveis de um mesmo objeto. Antes, o que se pretende é distinguir o que é passível de ser dito de um mesmo objeto; destarte, a um dado modo de consideração transcendental, passível de cognição, concebemos, pois, este objeto como um fenômeno. O outro modo de consideração, onde tomamos o objeto como coisa-em-si, é onde o objeto é considerado à parte de nossa sensibilidade e de nosso entendimento, ou seja, fora da relação que unicamente o habilita ao conhecimento. É nessa esteira que Puntel explicita duas relações de equivalência assumidas pela argumentação que Kant desenvolve, a saber:

- a) As coisas são ponderadas em si mesmas pela razão exatamente quando são concebidas sem levar em conta a natureza de nossa sensibilidade.
- b) Inversamente: as coisas são ponderadas levando em conta a natureza de nossa sensibilidade exatamente quando não são ponderadas em si mesmas, mas como fenômenos. ¹⁴⁹

Estas considerações (coincidência ou não) correspondem exatamente ao modo como a crítica de Hegel expõe a concepção de fenômeno kantiana. Puntel segue reconstruindo, e articulando a seu modo, a crítica realizada por Hegel ao idealismo transcendental justamente no que tange à diferenciação entre fenômeno e coisa-em-si. Puntel, à guisa de Hegel, endossa dois fortes argumentos contra a posição de Kant, ao primeiro ele chama de princípio geral cujo eixo estrutural se manifesta no seio das proposições (meta) transcendentais, as quais contêm uma pressuposição que é negada em sua própria assunção, pois reivindicam conhecimentos puros fazendo alusão a coisa-em-si que fora situada fora do espaço lógico, do

¹⁴⁸ Cf. PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. p. 176 ss. Puntel retira essas provas por vezes das obras de Kant e por vezes de uma interpretação peculiar que delas faz; são consideradas quatro provas: a primeira prova é chamada de absoluta e estabelece a ideia de que uma coisa não pode ser fenômeno e coisa em si ao mesmo tempo; a segunda é relativa à assunção da realidade da matemática; a terceira é relativa à assunção da realidade da ciência natural; e a quarta é relativa à irrealidade da metafísica. Essas provas são erguidas sobre seis premissas básicas, mas no fundo todas as provas pretendem atingir um único objetivo: mostrar que em última instância o idealismo transcendental não se confronta até as últimas consequências com a distinção – pressuposta para sua efetivação – entre fenômeno e coisa-em-si. Justamente por essa razão alguns intérpretes se debruçam sobre as *opera kantiana* a fim de solucionar as aporias gestadas pelo filósofo. Puntel apresenta duas posições bastante disseminadas para as aporias em questão, no entanto para ele nenhuma dessas posições está isenta de problemas bastante delicados e autocontradições, por essa razão, a crítica de Kant por Hegel – da qual Puntel como um bom conhecedor de Hegel apresenta e compartilha – parece dirimir de qualquer mal entendido.

¹⁴⁹ PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. p. 177.

espaço de reflexão transcendental.. Puntel afirma que ao fazermos alusão ao âmbito do que escapa ao nosso conhecimento, as coisas-em-si, aceitando ou não, estamos articulando esta dimensão mesma ¹⁵⁰. O segundo argumento, que para nós é decisivo nesse ponto de nossa reflexão, é denominado de específico e versa sobre as determinações e, conseqüentemente, sobre as diferenciações de fenômeno e coisa-em-si. É possível dizer que há uma incoerência na filosofia kantiana quando se assume o *modus operandi* transcendental orientado pelas categorias, já que

Quando se utiliza o conceito de coisa em si e se leva em conta a circunstância de que, desse modo, o espaço lógico é reivindicado de modo irrestrito, mostra-se que o procedimento de Kant é incoerente ao fixar a determinação do em-si sem compreendê-la, o que tem como consequência que a dimensão do em-si é deslocada para o âmbito do incognoscível. ¹⁵¹

Noutras palavras, o que Puntel sugere é que se de fato o idealismo transcendental fosse fiel aos seus pressupostos, não se poderia de maneira nenhuma articular a coisa-em-si através do conceito de incognoscibilidade o que está fora de seu espaço de reflexão haja vista que, se está fora dos limites da experiência, deveria estar também fora dos limites e dos conceitos articulados e denotados pelas categorias do entendimento.

Nesse sentido, o projeto de Kant seria incoerente ou inconsistente porque aponta, por um lado, para uma esfera universal, abrangente que Puntel denomina, utilizando-se das palavras de Wittgenstein, de “espaço lógico”; por outro lado, Kant restringe o espaço lógico na medida em que coloca a sensibilidade como elemento determinante, isto faz com que o espaço lógico que aponta para uma esfera universal seja restringido às funções do sujeito: “A pressuposição das proposições (meta) transcendentais kantianas consiste, pois, em que elas reivindicam irrestritamente o ‘espaço lógico’” ¹⁵²; em contrapartida, porém elas restringem radical e explicitamente o espaço lógico. Este é para Puntel o argumento central contra Kant, pois revela que esta filosofia é essencialmente autocontraditória.

A segunda questão por nós proposta nesse subtópico diz respeito à aplicabilidade do quadro transcendental kantiano. Para apresentar essa questão lançaremos mão de um artifício muito usual entre os filósofos analíticos, a saber, um experimento de pensamento. O experimento mental que queremos tomar aqui para nossa argumentação é o experimento que

¹⁵⁰ Cf. PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. p. 188.

¹⁵¹ PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. p. 189.

¹⁵² PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. p. 188.

atualmente Putnam desenvolveu, mas que tem suas raízes já em Descartes, denominado *cérebro numa cuba*¹⁵³.

Em termos muito sumários podemos resumir o experimento da seguinte maneira: suponhamos que a ciência tenha evoluído de tal maneira que tornou possível aos cientistas realizarem a separação dos cérebros e dos corpos, os cérebros são mantidos vivos dentro de um cubo de nutrientes e recebem, por meio de terminações nervosas, impulsos elétricos de um computador. A consequência disso é que fenômenos como ver um cachorro, jogar futebol, brigar com a esposa etc. nada mais são do que um efeito causado pelos impulsos elétricos interligados ao cérebro. Ademais, estes impulsos não são diferentes dos impulsos que recebemos outrora, quando o cérebro estava ligado ao corpo.

O argumento central desse experimento pode ser resumido a *modus ponens*:

P1 - $P \rightarrow Q$

P2 - P

Conclusão - Q

Assim, temos que

i) P1: Se somos cérebros numa cuba, então lemos este trabalho.

ii) P2: Lemos este trabalho.

iii) Conclusão: Somos cérebros numa cuba.

Mas repare que da conclusão da argumentação deriva-se uma outra conclusão: se de fato fôssemos cérebros numa cuba, jamais teríamos condições epistêmicas favoráveis para saber deste fato, ou seja, não teríamos como articular a verdade sobre nós mesmos dada a situação em que estamos inseridos¹⁵⁴. No entanto, Putnam dissuade a argumentação em jogo fazendo sua refutação emergir de sua própria constatação, ele o faz apresentando um contra argumento na forma de um *dilema construtivo*, segundo o qual a verdade do argumento de que somos cérebros numa cuba implica a falsidade de que somos cérebros numa cuba. Formalizando temos que:

$P \wedge \sim P$

$P \rightarrow \sim P$

Logo, $\sim P \rightarrow \sim P$

Isso significa que se entrarmos na concepção do experimento mental devemos assumir nossa condição de cérebros numa cuba e isso implica que uma situação ideal na qual, em

¹⁵³ Cf. PUTNAM, Hilary. **Razão, verdade e história**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. p. 28-29.

¹⁵⁴ Cf. PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. p. 193.

nossa condição na cuba, a alegação verdadeira de que somos cérebros numa cuba seria impossível já que nossa situação limitada não nos permitiria estabelecer contato nem com cérebros nem com cubas científicas. Destarte, se a alegação que assentimos de sermos cérebros numa cuba não é verdadeira é porque realmente isso implica não sermos cérebros numa cuba, no entanto, para chegar até aqui tivemos que assumir que somos cérebros numa cuba ¹⁵⁵. A apresentação dessa tese de Putnam, na interpretação de Murcho, é caracterizada como um argumento contra o ceticismo, no entanto Puntel retomará este argumento noutra roupagem, a saber, levando em consideração a mediação necessária no conhecimento ¹⁵⁶. Puntel utiliza a argumentação de Putnam sobre cérebros num tubo de ensaio para afirmar que a mediação do conhecimento idealista-transcendental não pode ser levada às últimas consequências. No entender de Puntel, Putnam, lançando mão desse experimento de pensamento para refutar o realismo metafísico, afirma que a suposição de que somos cérebros numa cuba se autorrefuta e, portanto, o realismo metafísico seria falso. Tal assunção leva Puntel a inferir que “se fôssemos hipotéticos cérebros em tubos de ensaio, não teríamos como saber nem dizer justamente isso” ¹⁵⁷. Nesse sentido, a mediação do conhecimento estruturado por cérebros num tubo de ensaio não pode saber, conhecer ou articular a verdade sobre si mesmo.

As considerações sobre este experimento de pensamento, necessariamente, levam também Puntel a observar algo muito importante, de acordo com ele “a argumentação de Putnam pode e deve ser voltada igualmente contra o idealismo transcendental de Kant” ¹⁵⁸. E isto por dois motivos. Primeiro porque se aplicarmos o idealismo transcendental de Kant a este experimento de pensamento teremos como conclusão que não podemos saber, já que nosso conhecimento está limitado aos fenômenos, nossa situação em relação ao nosso próprio

¹⁵⁵ Cf. **CÉREBRO EM UM TONEL**. MURCHO, Desidério. In. BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson G. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. p. 132, 133.

¹⁵⁶ O realismo metafísico defende que conhecemos o mundo como ele é em si mesmo sem qualquer mediação conceitual. O antirrealismo defende que uma mediação de nosso espírito ou de nossos esquemas conceituais é necessária (o sujeito é tal mediação) e, por esta razão, o realismo se revela como autocontraditório. Puntel aceita a tese da necessidade da mediação – que já é a tese proposta da filosofia transcendental –, mas vai discutir a natureza desta mediação para dizer que ela não pode ser algo simplesmente da consciência, tal como faz Kant, nem algo subjetivo/intersubjetivo, tal como faz Habermas, pois esta postura levaria à tese do antirrealismo ao não conhecimento do mundo em si mesmo, ou seja, a uma nova variante do argumento transcendental que vai repor o abismo com toda força na distinção de um mundo moldado por nós e o não moldado, o qual não conhecemos. (Cf. **EeS**, p.479). O modelo ‘para nós’ é empregado neste experimento mental na medida em que concordamos que nossa situação de cérebros numa cuba não pode nos fornecer uma referência real por conta da mediação incontornável de nossos esquemas conceituais na formação da realidade puramente *intra mentis*. Destarte, o *gap* entre realidade ‘para nós’ e realidade ‘em si’ é mantido.

¹⁵⁷ PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. p. 193, 194.

¹⁵⁸ PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. p. 193.

cérebro, assim até mesmo nossos fenômenos poderão ser criados por um gênio maligno ou um computador supracientífico, ou ainda por qualquer outra coisa que não temos como saber. Segundo que ao aplicar o quadro teórico do idealismo transcendental não podemos nem mesmo sustentar, fidedignos aos seus pressupostos, que o conhecimento é estruturado da maneira idealista-transcendental ¹⁵⁹; justamente por isso Puntel atesta em *EeS* que

Se a filosofia transcendental de Kant tivesse validade absolutamente universal, os próprios enunciados do filósofo transcendental na *Crítica da razão pura* nem seriam possíveis ou não seriam acertados, pois não aprenderiam a estrutura “real” – portanto, a que é em si [ansich-seinde] – do espírito humano, mas apenas a “aparência” (deste!). Está claro, porém, que os enunciados feitos na *Crítica da razão pura* reivindicam apreender e articular a “estrutura que é em si [ansich-seinde]” do sujeito cognoscente. (**EeS**, p. 489)

Obviamente que a postura teórica do Idealismo transcendental reivindica validade universal, no entanto isto é uma incoerência uma vez que tal esfera está restrita ao sujeito cognoscente que não pode apreender a estrutura em si mesma do espírito humano. E assim Puntel faz as críticas do quadro transcendental de Kant, assim como sua refutação, saírem de dentro dos pressupostos sobre os quais se erguem.

4.1.2 Críticas a Habermas

Nosso objetivo neste subtópico é expor uma crítica ao problema incontornável que emerge das concepções habermasianas de ‘mundo’. Para tanto, primeiro exporemos as críticas de Puntel aos problemas concernentes à concepção de linguagem adotada por Habermas em sua pragmática formal. Depois, adentraremos a crítica que surge da distinção e, portanto, da relação que Habermas realiza entre o mundo da vida e o mundo objetivo, pois na tentativa de conciliar estas duas dimensões, surge a questão não tematizada e não explicitada de como pensar uma outra dimensão que abranja ambas; Puntel atesta que isto é “um típico exemplo da atitude pós-metafísica de ignorar ou tentar fazer desaparecer as questões filosóficas que tradicionalmente seriam chamadas metafísicas” ¹⁶⁰. Esta crítica de Puntel a Habermas compromete todo o desenvolvimento da teoria habermasiana revista e apresentada anteriormente, haja vista que todas as assunções teóricas fundamentais estão inseridas na metódica diferenciação entre as concepções de ‘mundo’ engendradas.

¹⁵⁹ PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. p. 193, 194.

¹⁶⁰ PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 213.

O ponto de partida da reflexão de Habermas não é outro senão a postura filosófica assumida por Kant; não obstante, é preciso salientar a tentativa de solucionar os impasses gerados por Kant na medida em que Habermas assume o papel central e transcendental da linguagem necessariamente vinculada ao mundo da vida, entretanto, Habermas entende que o primado epistêmico de um mundo da vida linguisticamente articulado não pode prescindir à necessária pressuposição ontológica de um mundo objetivo intersubjetivamente compartilhado. Puntel sustenta que existe em Habermas um ‘pressuposto incondicionado’ de um horizonte que precede o discurso e a ação, tal afirmação é muito importante para os interesses presentes nas teorias habermasianas, porém Habermas nada diz a respeito ¹⁶¹. É exatamente a partir desta sutil assunção teórica que apresentaremos uma crítica sagaz, e que ainda continua a ter validade, de Puntel a Habermas ¹⁶², uma vez que ao assumir esta postura Habermas se compromete, inconscientemente, com certos postulados ontológicos mais primordiais que os seus e que não é capaz de levar em consideração por conta de sua postura pós-metafísica, que restringe o âmbito temático e o caráter da filosofia.

Conforme Puntel, Habermas “tendo-se primeiro comprometido a pensar pós-metafisicamente, aborda o que chama ‘duas questões fundamentais da filosofia teórica’, ou seja, ‘a questão ontológica do naturalismo’ e ‘a questão epistemológica do realismo’” ¹⁶³, para estas questões as respostas de Habermas são consideradas por Puntel como radicalmente incompletas e inadequadas, pois sua atitude pós-metafísica compromete as retificações teóricas realizadas em *Verdade e Justificação*.

Puntel observa que a postura de Habermas acarreta dois pressupostos básicos que, de uma forma ou de outra, desembocam nas questões acerca do naturalismo e do realismo, pois Habermas afirmou a necessidade de encontrar um espaço mais adequado quanto ao realismo e ao naturalismo fraco no seio de sua pragmática formal, a fim de dar conta das pressuposições realistas intrínsecas ao processo de entendimento linguisticamente mediado. A primeira

¹⁶¹ Cf. PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 197, 198.

¹⁶² Apresentaremos apenas uma das várias críticas de Puntel a Habermas e isso porque algumas dessas críticas estão dirigidas a concepções que Habermas não mais adota. Por exemplo, Puntel realizou fortes objeções à concepção de verdade que fora defendida por Habermas. Cf. PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 196, 197. No entanto, é sabido que Habermas a partir das críticas de sua aluna, Cristina Lafont e de A. Wellmer e outros abandonou essa antiga concepção em favor de um conceito não-epistêmico e realista da verdade. Cf. ALVARENGA, Nilson. **Verdade, contingência e falibilismo: a teoria discursiva da verdade de J. Habermas à luz das críticas de A. Wellmer**. Síntese, Belo Horizonte, v.26, n. 86, 1999. pp. 347-373.

¹⁶³ PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 176. Puntel assevera que há uma terceira questão, a saber, a relação da religião com o pensamento pós-metafísico, no entanto, a postura pós-metafísica assumida por Habermas o impede de seguir até o fim nas caracterizações e consequências gerais desta questão.

pressuposição é chamada de metodológica e versa sobre a razão ou a racionalidade estritamente enquadrada no contexto da comunicação ¹⁶⁴.

A pragmática formal de Habermas está vinculada ao modelo de racionalidade comunicativa uma vez que procura nos mostrar o itinerário das condições de uma possível compreensão entre os sujeitos capazes de fala e de ação. Isso acontece porque o êxito de um determinado ato de fala está vinculado ao reconhecimento intersubjetivo que a pretensão de validade levantada, por meio do que o próprio ato de fala exprime, evidencia. Isso reduz o mundo do destinatário à intersubjetividade das regras que nós devemos obedecer para efetivar a comunicação linguística que exercemos no cotidiano (Cf. **VJ**, p. 244, 245). É nesse sentido que Puntel afirma que

Segundo Habermas, a razão/racionalidade é inerente à comunicação, um constituinte da estrutura interna da comunicação. Este constituinte torna-se manifesto no comportamento de sujeitos que se engajam no falar ou na ação. Eles confiam em regras intuitivamente assimiladas ao apresentar argumentos e interpretar entendimentos. Por que a comunicação usa a linguagem, Habermas desenvolve uma teoria puramente pragmática da linguagem, centrada no conceito de pretensões de validade levantadas pelos sujeitos como falantes. A racionalidade comunicativa é alcançada quando pretensões de validade são reivindicadas argumentativa e discursivamente. ¹⁶⁵

Disso decorre que a problemática transcendental, presente no pragmatismo de Habermas, implica tão somente que as estruturas ditas transcendentais serão concebidas como instâncias incluídas na esfera intersubjetiva da racionalidade comunicativa ¹⁶⁶.

A segunda pressuposição é em relação ao âmbito ou à dimensão temática sobre a qual se aplicam os procedimentos intersubjetivos da racionalidade comunicativa. Esta dimensão, como vimos no capítulo precedente, é chamada por Habermas de mundo da vida, o porquê disso não é outro senão a tentativa de articular a ideia de que a comunicação somente pode ser efetivada no interior do mundo da vida humano, no qual sujeitos capazes de fala e de ação buscam a satisfação da função cognitiva do ato de fala que exprimem vinculada ao reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade, no mundo da vida que compartilham (Cf. **VJ**, p. 21). Destarte, Habermas afirma que “a concepção linguística, a subjetividade das opiniões não é mais diretamente controlada pela confrontação com o mundo, mas por um acordo público, alcançado na comunidade de comunicação [...] Com isso, a intersubjetividade

¹⁶⁴ PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 184.

¹⁶⁵ PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 184.

¹⁶⁶ Observe que mesmo assim o núcleo transcendental é mantido. Na nota 16 da página 152 de *EeS*, Puntel faz uma observação muito adequada ao contexto de nossa reflexão: ele observa que Habermas não determina o modo pelo qual devemos compreender essa racionalidade da qual lança mão, isto acontece, também, com o consenso universal visado e possibilitado pela racionalidade comunicativa (Cf. **EeS**, p. 152). Isso faz com que estes conceitos centrais no pensamento de Habermas se encontrem completamente vagos e indeterminados.

do entendimento/consenso mútuo substitui a objetividade da experiência. A relação mundo-linguagem torna-se dependente da comunicação entre falantes e ouvintes” (VJ, p. 238).

Essas duas pressuposições têm para Puntel um teor profundamente restritivo tanto do que seja o caráter específico da filosofia, isto é o teórico, quanto o que seja o âmbito temático da filosofia (para Puntel o universo ilimitado do discurso), pois há aqui uma tendência fortíssima de pôr um freio ou de deter o ímpeto do que é extra cotidiano, ou seja, o que extrapola o domínio da comunicação. Puntel demonstra que a atividade filosófica não pode ser vinculada a interesses, pois desde seu nascimento tal atividade é concebida como um determinado tipo de saber estritamente teórico cujo tema não deveria ser restrito: tudo que há é candidato a uma teoria filosófica. Puntel assevera que a restrição realizada por Habermas

determina o cerne de sua posição anti- e pós-metafísica. A principal consequência das considerações apresentadas até agora é a seguinte: porque o pressuposto metodológico fundamental de Habermas não é sustentável, sua consequência principal, i.e. a restrição da temática da filosofia ao mundo da vida, o mundo da comunicação e da prática, é também insustentável. Seu pensar pretensamente pós-metafísico é o resultado de um erro fundamental.¹⁶⁷

Isso acontece porque o pensamento teórico não pode ser reduzido a um âmbito estritamente comunicativo, já que na medida em que pensamos a partir de uma perspectiva como a instaurada pela razão comunicativa não podemos conclamar validade ou consenso universal para a própria racionalidade comunicativa, uma vez que a articulação da concepção teórica de Habermas tem a pretensão de dizer como é o caso *simpliciter*, ou seja, o ‘caso universal’ de sua concepção teórica e não o ‘caso particular ou a partir de uma perspectiva restringida à racionalidade comunicativa’ (Cf. **EeS**, p. 152, 153) ¹⁶⁸. A aplicação dos resultados desta argumentação levam Puntel a inferir que

Podemos agora identificar o defeito maior e fundamental no pensamento pós-metafísico de Habermas: sua abordagem pragmática, que consiste em considerar que as estruturas e práticas de comunicação do mundo da vida humano são a base última, única e decisiva do pensar filosófico. Isto inclui privilegiar a linguagem natural na sua integralidade, e desenvolver uma concepção pragmática da linguagem.¹⁶⁹

Como argumentamos no tópico 3.1.1, para Puntel a dimensão pragmática da linguagem é apenas um segmento muito particular da Linguagem e jamais pode ser tomada como ponto de vista decisivo na elaboração de teorias, pois o fim dessa linguagem não é outro senão o comunicacional, enquanto a Linguagem teórica, a qual Puntel visa, é orientada à

¹⁶⁷ PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 191.

¹⁶⁸ Cf. PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 189.

¹⁶⁹ PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 192.

teorização. Vale salientar, todavia, que a dimensão da comunicação não pode faltar, porque ela é dimensão constitutiva da linguagem humana enquanto tal. Ela não é levada em consideração na teoria porque o objetivo da teoria é a exposição e não primariamente a comunicação. Podemos dizer algo similar sobre a dimensão expositiva da linguagem, que também está implicitamente presente na comunicação, não obstante o objetivo central é o entendimento mútuo e não a teorização ¹⁷⁰.

A pragmática formal de Habermas ao lançar mão da teoria da racionalidade comunicativa realiza a assunção de uma pressuposição inevitável aos membros de uma comunidade linguística no esforço de entenderem-se sobre algo no mundo e coordenarem suas práticas a partir desse entendimento, é a pressuposição de um mundo objetivo dado nas práticas do mundo da vida. Como sujeitos capazes de fala e ação devemos abrigar a referência a algo objetivo dentro do horizonte de nosso mundo da vida e, por essa mesma razão, devemos alcançar o entendimento acerca de algo ao estabelecermos nossas práticas de comunicação (Cf. **VJ**, p 24).

Puntel sustenta que Habermas chega à tematização do que ele chama de mundo objetivo somente a partir das análises que estabelece acerca das ações de falantes e agentes no contexto comunicativo, desta forma, o mundo objetivo articulado na teoria habermasiana como uma pressuposição inevitável consiste apenas de elementos presentes no interior do mundo da vida e, por isso, há de se questionar o realismo sem representação de Habermas no que tange ao aspecto da existência de um mundo independente das práticas intersubjetivas presentes no mundo da vida ¹⁷¹. Esta crítica de Puntel expressa a ideia de que somente podemos desenvolver uma concepção adequada de mundo objetivo se a dimensão restritiva do mundo da vida for superada, porque enquanto ela é considerada como determinante da perspectiva teórica continuaremos a cair nas dificuldades de conceitualização do que seja independente à esfera determinante; este fator leva Puntel a argumentar que

Há ainda uma surpreendente incoerência nas análises e explicações de Habermas. Ele usualmente diz que afirmamos fatos a respeito de objetos como resultado de um processo de aprendizagem, e mantém que daí se segue que os fatos não são constitutivos do mundo. Mas o ponto decisivo escapa aqui a Habermas: Se os fatos acerca dos objetos não têm um status ontológico, então somos confrontados com uma declaração incoerente. Com efeito, para que tenha um significado inteligível, “ser acerca de um objeto” deve ser entendido como “alcançar” ou “atingir” ou “concernir” o próprio objeto; é algo sem sentido declarar um fato acerca de um objeto e então defender que este fato nada tem a ver com o objeto. Se o fato expresso nada

¹⁷⁰ Abordamos a característica comunicacional e expositiva da linguagem, no entender de Puntel, no tópico 3.1.1 deste trabalho.

¹⁷¹ Cf. PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 204.

tem a ver com o objeto, o objeto permaneceria em um esplêndido isolamento, desconhecido, inarticulado. O processo de aprendizagem que torna possível a expressão de fatos acerca dos objetos não teria qualquer sentido.¹⁷²

Esclarecer como se estrutura o processo de aprendizagem no contexto de uma comunidade linguística que compartilha um mundo vivido pressupõe necessariamente a capacidade de a linguagem estabelecer uma referência a objetos independentes no mundo, no entanto, se admitimos esse procedimento, a argumentação acima reproduzida afirma que isto é algo destituído de sentido o que nos força a não assumir o procedimento habermasiano.

Puntel observa também que se há uma distinção entre os conceitos de mundo presentes no trabalho filosófico de Habermas, deverá haver uma dimensão abrangente, ou seja, que concatene essas duas concepções e que nos autoriza pensá-las numa determinada relação¹⁷³. Como vimos, Habermas acentua a ideia de que há uma pressuposição pragmática de um mundo, concebido com o adjetivo de objetivo, cuja referência é essencial, indispensável e necessária para que possamos atribuir fatos aos objetos do mundo. No entanto, o mundo da vida jamais é considerado como parte ou como constitutivo desse conceito de mundo objetivo – isto porque o mundo de Habermas não é considerado como o ‘Mundo’ de Puntel, ou seja, como a esfera abrangente de mundo da vida e mundo objetivo –, pois o mundo da vida é sempre tomado como o *locus* a partir do qual concebemos e determinamos aquela instância a qual chamamos de mundo objetivo¹⁷⁴. Assim, como Habermas entende que o primado epistêmico de um mundo da vida linguisticamente articulado não pode prescindir da postulação ontológica de um mundo objetivo intersubjetivamente compartilhado, ele deveria ser capaz – deveria, porém não é pela postura pós-metafísica que assume – de pensar numa dimensão abrangente que pudesse garantir a relação (e não a determinação) entre mundo da vida e mundo objetivo.

¹⁷² PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 206.

¹⁷³ Cf. PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 206.

¹⁷⁴ Cf. PUNTEL, L. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 207.

Nesse sentido, falta a Habermas um conceito de Mundo enquanto dimensão que abarque a totalidade do que é dado no mundo natural e no mundo da vida. Com efeito, não temos na teoria habermasiana uma explicação, muito menos uma justificação que argumente ou em favor da conciliação entre os dois polos tomados como distintos ou de sua unidade pressuposta na tentativa de conciliar ambos. Destarte, na teoria desenvolvida por Habermas, a conciliação ou relação desses dois mundos continuam ou desacoplados ou no mínimo uma dimensão continua a caracterizar a outra, visto que não há nenhuma assunção teórica que exprima sua interligação e as determine enquanto sub-dimensões.

4.2 Expressabilidade, linguagem maximal e sujeito universal – o eixo motriz da FSE como *status* da realidade inteligível

Nesta ultima etapa de nossa reflexão, nosso itinerário procurará transitar em torno das teses mais fundamentais propostas em *EeS*, cujo objetivo intenta realizar uma inversão da revolução copernicana operada na Filosofia por Kant. Para que os objetivos de nossa empreitada sejam satisfeitos, dividiremos nossa exposição em três momentos: primeiro nos confrontaremos com tese da expressabilidade universal a qual visa apresentar uma característica da realidade mesma, esta tese, também, se nos apresenta como uma saída para o debate entre realismo e antirrealismo, cujas propostas se encontram nas mais variadas orientações teórico-filosóficas contemporâneas; depois seguiremos o caminho aberto pela expressabilidade universal a qual pressupõe que haja uma instância expressante com o mesmo alcance, isto é, universal. Esta instância não é outra senão o que Puntel denomina linguagem maximal, dentro da qual nos movemos teoricamente; por fim, esforçar-nos-emos para determinar o lugar do sujeito cognoscente em toda e qualquer empreitada teórica entendendo como que as sentenças teóricas, efetivadas a partir da perspectiva universal, possibilita-nos, na medida em que se despotencializa o sujeito, um maior alcance epistêmico. Vale salientar que nosso desenvolvimento aqui pressupõe de modo geral toda explanação da posição que Puntel endossa, cuja apresentação nos detivemos no capítulo precedente.

4.2.1 Expressabilidade universal frente ao realismo e ao antirrealismo

Neste subtópico nossa proposta será apenas apresentar uma das teses mais fortes sustentadas pela FSE de Puntel, a saber, a tese da expressabilidade universal; entretanto, para isso, será imprescindível voltarmos rapidamente ao debate engatado, que mais se apresenta como um ‘beco sem saída’, entre o realismo e o antirrealismo. Compreender que o comprometimento com uma dessas correntes sempre desembocará em problemas atinentes ao que se pressupõe, ofertar-nos-á uma formulação mais rica – o que não significa que seja isenta de problemas – de como Puntel se posiciona de modo inovador frente ao debate.

Na monumental obra de M. Loux, *Metaphysics: A contemporary introduction*, consta uma passagem esclarecedora que corrobora para nossa empreitada de duas maneiras, primeiro porque o que dissemos anteriormente está de acordo com o que ele sustenta na passagem e segundo porque ela versa de modo bem específico quanto à caracterização do que seja realismo e antirrealismo; ei-la:

De acordo com uma visão tradicional, existe um mundo independente da mente sobre o qual formamos crenças e fazemos declarações; essas crenças/declarações são verdadeiras apenas no caso de corresponderem ao mundo de que tratam; e a correspondência que é a verdade é uma propriedade que pode transcender nossa capacidade de determinar se a obtemos ou não. A visão tradicional pode ser chamada de realismo (com um “R” maiúsculo). Oposto ao realismo é a visão de que o que chamamos de “o mundo”, o que chamamos de “realidade”, é constituído em parte por nossas atividades conceituais ou pelas ferramentas conceituais que empregamos em nossa investigação. Hoje em dia essa visão é chamada de anti-realismo. O anti-realismo é originalmente o produto das críticas do realismo dos séculos XVIII e XIX. No contexto da recente filosofia anglo-americana, as críticas anti-realistas do realismo se concentram em questões semânticas.¹⁷⁵

As alegações acerca do realismo e do antirrealismo assumidas por Loux desembocam numa relação de oposição entre uma concepção tradicional do que fora denominada metafísica, enquanto consideramos a realidade/mundo enquanto tal (enquanto independente da mente), e uma concepção mais moderna que considera que a única tematização metafísica verdadeiramente digna de nota é aquela que se ocupa com as estruturas conceituais que constituem a realidade. Loux prossegue asseverando que aqueles que endossam a última visão devem rejeitar a concepção metafísica assumida pela tradição, já que aqueles acham que é possível acessarmos um mundo que existe independentemente de nossos meios de conceituá-lo ou conhecê-lo; estes negam que isso é possível. Os antirrealistas atestam que o melhor que

¹⁷⁵ LOUX, Michael J. **Metaphysics: A contemporary introduction**. New York and London: Routledge, 2006 3ª Ed. p. 259. (O texto vertido para o português é de nossa responsabilidade)

os tradicionais metafísicos poderiam fazer é identificar e descrever as coisas à medida que são conceituadas por nós – nas palavras de Kant, tematizar como utilizamos nosso(s) esquema(s) conceitual(is) ¹⁷⁶.

Ora, isso sugere que a oposição entre essas duas concepções está enxertada numa oposição bem mais profunda: na relação entre nosso pensamento/espírito/linguagem e o mundo/realidade ou ainda na relação entre semântica e ontologia que decorre daí ¹⁷⁷. Endossamos provisoriamente certas objeções contra o abismo entre essas duas dimensões no tópico anterior; mas admitimos que a questão subjacente da *conectibilidade* entre o pensamento e o mundo é uma questão que precisamos abordar com mais ênfase ¹⁷⁸.

Puntel considera que de certa maneira o antirrealismo resguarda alguns enunciados teóricos acertados desde que bem interpretados, como é o caso da ideia de que não é possível supor um mundo em absoluta independência de nossos esquemas conceituais, tal como o realismo o faz, e isto porque na medida em que afirmamos, por exemplo, ‘o mundo é absolutamente desconectado da esfera da conceitualidade’ já estamos articulando essa afirmação no âmbito de nossos esquemas conceituais (Cf. *EeS*, p. 500, 501). Assim, a pretenciosa tese que o realismo endossa parece se contradizer na medida em que é asserida. Entretanto, Puntel adverte-nos acerca dos erros da postura antirrealista, isso já foi bastante detalhado no tópico precedente. Não obstante, podemos observar que tanto realistas quanto antirrealistas se deparam com problemas de pressupostos incontornáveis, cabendo aos teóricos que lançam mão dessas concepções apenas pensar qual das duas posturas propõem mais coerência e menos problemas para as teses que visam estruturar ou articular.

Puntel pretende ir na contramão dos teóricos que compatibilizam suas teses aos pressupostos estruturadores do realismo e do antirrealismo na medida em que pretende apresentar uma posição bem singular que cinge com ambas as posturas cuja denominação, *expressabilidade universal*, permite-nos vislumbrar o amplo alcance da tese formulada que nos fornece uma saída para o debate e aporias geradas entre realismo e antirrealismo. Ele sustenta que

Não será possível aclarar fundamentalmente nenhuma questão referente [...] a posições como o realismo, antirrealismo etc., caso não se defenda explicitamente a seguinte tese *ontológica* central: o que quer que venha a ser

¹⁷⁶ LOUX, Michael J. *Metaphysics: A contemporary introduction*. p. 259, 260.

¹⁷⁷ Num significativo texto de M. Dummett há uma ideia bem interessante para entendermos o que aqui é dito, a saber, o filósofo afirma que todo externalismo semântico está comprometido com uma ontologia que defenda a existência de um mundo objetivo real, isto é o que caracterizaria um realismo semântico. Cf. DUMMETT, M. *Truth and other enigmas*. Harvard University Press, 1978. p. 248.

¹⁷⁸ Ainda nesta seção, ao defendermos a tese da expressabilidade universal, faremos uma apologia argumentativa a favor da conexão imanente e fundamental entre linguagem e mundo.

aquela dimensão que se costuma chamar ‘sistema’, ‘mundo (universo, ser)’ ou similar, em qualquer hipótese ela possui *uma estruturalidade (genuinamente ontológica) imanente* fundamental, isto é: *expressabilidade completa*. (EeS, p. 482)

A tese da expressabilidade é empregada na medida em que Puntel assume a ligação intrínseca e inabalável da semântica e da ontologia e, assim sendo, da linguagem e da realidade. Para tanto, ele sustenta que o que denominamos ‘mundo’, ‘sistema’, ‘realidade’ possuem uma condição intrínseca para ser o que são, isto é, expressáveis. Não obstante, não se poderia caracterizar uma dimensão como expressável sem se conceber a ideia de que haja algo que seja como que uma instância *expressante*. No sentido indicado, o que é expressável é a realidade, o mundo, o universo, o ser como tal e em seu todo; a condição expressante, então, não é senão a linguagem que não é entendida como *nossa linguagem* já que como nós, nossas teorias etc. são coisas puramente contingentes sem as quais a realidade existiria, como de fato, existiu (Cf. EeS, p. 482). Há para Puntel uma similaridade entre as dimensões do mundo e da esfera conceitual, e por isso mesmo, a expressabilidade é um momento estrutural tanto dos entes quanto do Ser¹⁷⁹ e somente engendrando essa tese podemos sair ilesos do debate sem saída travado por realistas e antirrealistas.

Para conceituar e alcançar a realidade mesma é preciso assumir que a semântica e a ontologia, enquanto teoria dos entes e do ser, situam-se numa relação de reciprocidade radical, fundamental, estrutural etc.; o que emerge dessa relação é o fato de sempre atingirmos o *status* ontológico da dimensão semântica e o *status* semântico da dimensão ontológica, isto é o mesmo que dizer que semântica e ontologia são os dois lados de uma mesma moeda ou, ainda, afirmar que é impossível cindir linguagem e realidade. Na verdade essa tentativa, conforme demonstramos, está condenada a aporias duais em seus próprios pressupostos, pois da mesma forma que é ininteligível e inaceitável a afirmação de um realista de que ‘há um mundo encapsulado em si, independente da linguagem’, também não podemos entender e aceitar a afirmação de um antirrealista que conclama a ideia de que ‘nossas teorias não alcançam o mundo, a realidade etc.’. Nessas duas concepções aparta-se a dimensão ontológica do mundo e a dimensão da linguagem na medida em que se concede primazia a uma delas e não se reconhece como fora demonstrado que ambas se implicam mutuamente.

A tese defendida pela FSE parece desarticular realismo e antirrealismo porque atesta que a estruturalidade ontológico-semântica é identificada como a estrutura da própria realidade, e assim, não é uma construção teórica meramente humana, ela é resultado do

¹⁷⁹ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. p. 258.

próprio ‘expressar-se’ do mundo, da realidade, do universo ou do ser como tal e em seu todo. Puntel argumenta que o realismo parece inteligir algo bem específico da realidade e “mesmo que a postura realista [metafísica] não costume ser formulada nesses termos, pode-se entendê-la no sentido de reconhecer a expressabilidade como um momento estrutural imanente, isto é, genuinamente ontológico das coisas mesmas” (EeS, p. 500). O argumento fulcral de Puntel que o justifica em relação ao que é asseverado neste subtópico é formulado por ele assim:

Expressabilidade é um momento estrutural imanente do mundo (do universo), sendo, em consequência, *coextensional* com ele. A fundamentação para essa assunção ou tese central consiste em que ela é pressuposta por todo e qualquer passo teórico, por menor e mais insignificante que ele seja. Caso *não se assumisse de antemão* que aquilo a que se refere um enunciado teórico é expressável, este simplesmente não teria nenhum sentido; ele seria completamente despropositado. A *expressabilidade ontológica universal* constitui um fundamento irremovível para todo e qualquer empreendimento teórico. Este consiste justamente em *trazer à luz* a expressabilidade do mundo ou, dito de outra maneira: elevar a *expressabilidade* [Ausdrückbarkeit] à *condição de expressado* [Ausgedrücktheit]. (EeS, p. 501)

O modo mais acertado de compreender isso é interpretar esta alegação no sentido de reconhecer que o mundo em sua integralidade, isto é o ser como tal e em seu todo, se reveste de linguagem na medida em que se expõe a si mesmo, aqui está enraizada a compreensão que torna inteligível a existência de uma relação estrutural e mútua entre as dimensões semântico-ontológicas. Contudo, vale salientar que a linguagem que temos em vista não pode ser de modo nenhuma uma linguagem “como um produto humano puramente contingente com alcance bastante restrito” (EeS, p. 501), mas deve ser uma linguagem que possa se adequar à expressabilidade universal, podemos dizer: uma linguagem universal direcionada ontologicamente às coisas mesmas. Puntel afirma que “à expressabilidade universal deve corresponder uma linguagem igualmente universal” (EeS, p. 549). Esta temática será abordada no próximo tópico.

4.2.2 Linguagem maximal enquanto linguagem universal

Puntel concede um enfoque especial ao que se convencionou chamar de centralidade da linguagem na Filosofia. Ele alega que há um fato linguístico fundamental, a saber, que a linguagem é inteiramente indeterminada, ou subdeterminada pelo fato de que a concebemos de imediato como um sistema de signos¹⁸⁰. Quando nos referimos à ideia de que a linguagem

¹⁸⁰ Cf. OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. p. 130.

é um sistema de signos, assentimos conjuntamente que o produtor desta linguagem é o próprio ser humano, pois sem seres humanos não poderíamos conceituar e falar de símbolos linguísticos bem determinados, disso decorre que, nessa única perspectiva, podemos falar de *nossa linguagem*. Porém, essa linguagem efetivada por sujeitos humanos com sua contingência e historicidade não pode ser entendida como ‘*A Linguagem*’ da qual lançamos mão para inteligir a linguagem vinculada à expressabilidade universal, pois uma das consequências mais importantes dessa linguagem maximal é “que as estruturas da realidade e as estruturas da linguagem (necessariamente) têm uma conformidade fundamental”¹⁸¹.

Puntel enuncia a guinada intelectual do que se possa conceber como *Linguagem* quando sugere haver uma linguagem no sentido maximal, isto é, uma linguagem que enquanto tal não é produzida por sujeitos humanos enredados em suas práticas contingentes e históricas, mas uma linguagem inerente àquilo que Puntel denomina mundo, no sentido de ser em seu todo, conforme Oliveira “ela é a instância da expressabilidade universal enquanto esfera correlata à expressabilidade do ser enquanto tal”¹⁸².

Entretanto, podemos questionar se não são exatamente os seres humanos contingentes que determinam como tal essa linguagem universal, já que essa linguagem também está sendo conceitualizada por sujeitos? Puntel adverte que essa pergunta não tem sentido, pois ela emerge a partir de uma compreensão equivocada do que objetiva a FSE. A coextensividade universal dos sujeitos humanos com o ser como tal e em seu todo, alarga, por assim dizer, a capacidade epistêmica de determinar algo inerente ao sujeito humano; isso significa que o que se tem em mente ao caracterizar a linguagem maximal é considerado a partir da dimensão universal do ser, com a qual são coextensivos os sujeitos humanos. Destarte, essa linguagem implica apenas uma mudança de postura radical, pois não é a linguagem maximal que deve ser vista e determinada a partir da perspectiva da linguagem contingente, mas o inverso: a linguagem determinada e utilizada por sujeitos humanos somente pode ser inteligível, como aquilo que de fato é *em si*, a partir da perspectiva universal da linguagem maximal.

No que concerne a qualquer sistema semiótico, Puntel considera que devemos distinguir entre os símbolos como tipos (*types*) e os símbolos como ocorrências (*tokens*). Os primeiros são considerados entidades completamente abstratas e os segundos são proferimentos que são o caso no espaço e no tempo, caracterizando-se, assim, como entidades concretas. Os símbolos que constituem um sistema semiótico chamado de ‘linguagens’ são

¹⁸¹ PUNTEL, L. B. **A filosofia como discurso sistemático: diálogos com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto.** p. 66.

¹⁸² Cf. OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica.** p. 128.

considerados como expressões e, como tais, essas expressões gozaram da aplicação de uma tese elevada a condição de dogma, em cuja orientação se afirmou o viés analítico contemporâneo da filosofia; segundo esta tese, ‘O conjunto das expressões que formam uma determinada linguagem é *enumerável*’ (Cf. **EeS**, p. 502). Ou seja, somente podemos considerar a linguagem como um conjunto de concretização semiótico (*tokening system*) já que a ela subjaz uma gama de expressões finitamente enumeradas. Essas expressões são utilizadas para construir um *token*¹⁸³ em referência a um sistema formal.

Puntel entende que as linguagens contingentes, determinadas pela perspectiva particular, histórica e contingente de sujeitos humanos deve ser entendida ao menos como uma quantidade infinita enumerável de expressões. No entanto, Puntel considera que a linguagem maximal deve ser entendida como um sistema semiótico composto de uma quantidade infinita não enumerável de expressões. Obviamente, que esse sistema formal deve partir da consideração da linguagem contingente a qual dispomos (Cf. **EeS**, p. 503)¹⁸⁴.

Puntel lança mão em sua empreitada da famosa diagonalização de Cantor, cuja estruturação permitiu ao lógico-matemático demonstrar que a partir de uma quantidade infinita enumerável de números, podemos formar um conjunto suporte que se nos apresenta detentor de uma quantidade infinita não enumerável de outros números. Este instrumento permite asseverar a existência de infinitos maiores que outros infinitos¹⁸⁵. Puntel enquadra a questão recolocando-a na ordem de sua argumentação, isto é, no âmbito da linguagem, uma vez em que no lugar de uma quantidade infinita enumerável de números, esta de uma quantidade infinita enumerável de expressões, da qual derivamos uma quantidade infinita não enumerável de expressões. A conclusão não é outra senão a de que, partindo de uma linguagem que permite aos seres humanos formarem sentenças fundadas numa quantidade infinita enumerável de expressões – nossa linguagem –, evidenciamos inconcussamente a

¹⁸³ Puntel afirma que “Um sistema formal é um todo composto de fórmulas, que são escritas numa linguagem constituída de símbolos ‘puros’, isto é, sem significado. Já que os símbolos como tais são sem significado, unicamente as relações entre eles são relevantes.” In. **EeS**, p. 63.

¹⁸⁴ No debate com G. Imaguire, Puntel afirma: “O verdadeiro problema e a real tarefa aparecem, quando se formula a questão: Quantas expressões contêm as linguagens assim-chamadas naturais efetivamente faladas e usadas? A resposta parece óbvia: uma quantidade finita (ou então, em certo sentido, uma quantidade infinita, mas numerável). Pode-se apontar para um dicionário que cataloga o número e o significado das palavras de uma linguagem. Mas isso acontece num determinado tempo ou numa determinada situação. Em verdade, uma linguagem, que é fundamentalmente um sistema semiótico, só pode ser adequadamente caracterizada se se leva em conta todas as suas potencialidades. Estas se tornam manifestas na forma de uma construção (matemática) de uma quantidade infinita não enumerável de expressões desta linguagem.” In. PUNTEL, Lorenz B. **Observações críticas sobre uma resenha de Guido Imaguire da obra: Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática**. p. 62, 63.

¹⁸⁵ É preciso evidenciar que Puntel não se compromete de todo com o procedimento de Cantor, pois esse mesmo procedimento/princípio leva-nos à formulação da famosa antinomia de Russell, cuja pergunta principal é como um conjunto contém a si mesmo como elemento? Cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. p. 241.

existência de uma quantidade infinita não enumerável de expressões. Desse modo, Puntel evidencia que:

Tudo muda de figura quando *linguagem* não é identificada de modo ingênuo com “nossa linguagem” no sentido corrente, mas compreendida como um sistema semiótico composto de uma quantidade infinita não enumerável de expressões. Neste caso, a fala “sobre” o mundo “a partir do interior de nossa linguagem” não denota nenhuma redução do mundo à dimensão de “nossa linguagem” e muito menos implica uma dicotomia na forma “em-si *versus* para-nós”. Quando a linguagem é concebida como um sistema semiótico composto de uma quantidade infinita não enumerável de expressões, ela fundamentalmente nada mais é que o “reverso” ou o “inverso” da expressabilidade universal do mundo. (EeS, p. 516)

Nossa reflexão desencadeia uma autofundamentação dessa linguagem maximal, pois sem uma linguagem concebida nesses moldes, ou seja, infinita e não enumerável, o estado inquestionável da expressabilidade universal não poderia sequer ser inteligível. Para evidenciar esse aspecto irrenunciável da linguagem devemos detalhar o caráter segmental da mesma.

O que significa dizer que a linguagem maximal possui um caráter segmental? A resposta a essa questão somente poderá ser dada na medida em que compreendemos a relação entre a linguagem filosófica e o mundo. A interconexão entre linguagem e mundo está em plena sintonia com a tese de que linguagem/semântica e ontologia são os dois lados da mesma medalha. A partir disso, é mister assegurar que fatos primos devem ser entendidos como a referência incontornável de sentença prima e proposição prima, então as estruturas ontológicas são o estatuto definitivo das estruturas semânticas. Isso no entanto indica uma forte ideia de identidade/correspondência de proposições primas e fatos ¹⁸⁶: identidade/correspondência esta que nos permite articular como o conteúdo informacional semântico, que subjaz às proposições primas por meio de sentenças primas, está entrelaçado com um fato no mundo ¹⁸⁷.

Puntel afirma que a ideia de que a linguagem maximal é composta por uma quantidade infinita não enumerável de expressões deve ser entendida nos termos operacionais e sistematizados pela semântica e pela ontologia contextuais formulados pela FSE: “linguagem como sistema semiótico composto de uma quantidade infinita não enumerável de sentenças

¹⁸⁶ Desta forma Puntel assevera que “entre proposições primas verdadeiras e, desse modo, completamente determinadas e fatos primos existe uma relação de identidade: uma proposição prima verdadeira é um fato primo (sendo que esse “é” deve ser interpretado como identidade)” PUNTEL, L. B. **A filosofia como discurso sistemático: diálogos com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto**. p. 95.

¹⁸⁷ Observemos que, segundo o que expomos no capítulo anterior, somente aceitando a dimensão envolvente denominada *Ser* podemos falar desse entrelaçamento estrutural/fundamental/radical entre semântica e ontologia, linguagem e mundo.

primas” (EeS p. 516). Neste íterim, está dado que entre o conjunto das expressões linguísticas, isto é, das sentenças primas e o conjunto das entidades do mundo há uma correspondência/identidade inquebrantável cujo élan indiscutível se mostra no interior da linguagem maximal correlata à expressabilidade ontológica universal. Para tanto, Puntel estabelece determinações mais precisas dessa correspondência (Cf. EeS, p. 516, 517):

- 1- Se há verdadeiramente uma correspondência entre o conjunto das sentenças primas e o conjunto das entidades que perfazem o mundo, é preciso evidenciar que o número de elementos dessas sentenças deve ser pelo menos tão grande quanto o conjunto das entidades que completam o mundo.
- 2- A aplicação das sentenças ao mundo não é entendida a partir de uma aplicação injectiva ¹⁸⁸, pois feriria o princípio da expressabilidade universal já que quando assumimos esta aplicação nos comprometemos com uma tese contrária à expressabilidade, ou seja, de que há algo no conjunto do mundo para o qual não pode haver sentenças primas correlatas.
- 3- A aplicação das sentenças ao mundo não é, também, entendida a partir de uma aplicação *sobrejectiva* ¹⁸⁹, e o porquê disso é justamente a ideia de que numa função conjuntiva *sobrejectiva* uma mesma entidade poderia ser correlata de várias sentenças primas; destarte, dissuadiria a tese semântico-ontológica da FSE, na qual várias ocorrências de um mesmo tipo de sentença prima não expressão o mesmo fato primo do mundo.

Ademais, essa correspondência nega a possibilidade de haver uma entidade, qualquer que seja ela, excluída da dimensão linguística.

Estes profícuos detalhes tangenciam nossa compreensão do caráter segmental da linguagem, pois na medida em que são exprimidos nos levam a pensar como um ser humano contingente pode lançar mão de um linguagem cuja extensionalidade é tão ampla quanto as entidades do mundo. Puntel argumenta que seria uma mera ilusão atinar para a ideia de que um teórico/falante pudesse utilizar de modo irrestrito toda amplitude – que ultrapassa nossas condições contingentes e históricas – ou toda a potencialidade da linguagem maximal no proferimento de sentenças teóricas; assim toda e qualquer utilização dessa linguagem, seja em

¹⁸⁸ Quando aplicamos, em teoria dos conjuntos, um domínio ‘A’ a um contradomínio ‘B’ temos uma função injectiva. Vale salientar, contudo, que pode haver elementos do conjunto ‘B’ que estão excluídos dos correspondentes que estão no conjunto ‘A’. Esta relação é rejeitada por Puntel porque tal operação desemboca na ideia de que existem entidades para as quais não temos sentenças primas correspondentes. Cf. EeS, p. 517.

¹⁸⁹ Este modo de correspondência na teoria dos conjuntos é entendido na medida em que se aplica um conjunto ‘A’ a um conjunto ‘B’ e o domínio dos valores é igual ao conjunto ‘B’; assim, no contexto da FSE, isso significa que podemos obter um mesmo elemento/entidade em ‘B’ que possua várias sentenças primas em ‘A’ como correspondentes. Cf. EeS, p. 517.

que caso aconteça, será bastante limitada (EeS, p. 519). É isso propriamente que significa o caráter segmental da linguagem, uma vez que a compilação total dessa linguagem nunca está efetivamente disponível a nós em seu todo, Puntel corrobora com isso ao afirmar o aspecto metafísico da proposta teórica que assume na tematização dessa linguagem maximal.

A linguagem filosófica e científica *infinita não enumerável* não é compreendida como se fosse uma grandeza “manipulável”; ela é, antes, uma espécie de *ideia reguladora ou emolduradora*, em qualquer caso uma assunção metafísica, cuja função principal consiste em desempenhar um importante *papel explanatório*. (EeS, p. 522)

Esse papel explanatório diz respeito à ideia de que apenas um segmento por vez, de todo o repertório da linguagem maximal assentido, poderá ser utilizado pelo teórico. Nesse sentido, o sujeito não pode manipular ao seu bel prazer essa linguagem maximal, antes ele deve saber que qualquer enunciado teórico, a partir do qual visa inteligir algo, concede alcance epistemológico amplo uma vez que, na assunção metafísica dessa linguagem maximal, nada escapa ao seu alcance. Assim, enquanto sujeitos, movemo-nos no seio da linguagem e é, justamente, a perspectiva universal dessa linguagem que eleva o alcance de nossas teorias, isso faz com que o sujeito seja despotencializado e inserido na perspectiva universal, detalhes de como se deve entender isso serão apresentados a seguir.

4.2.3 Determinação epistêmica universal: o lugar do sujeito cognoscente

A perspectiva universal engendra uma guinada na concepção do sujeito cognoscente, pois como salienta Puntel: “trata-se do sujeito destituído da sua particularidade, destituído de todas as suas volubilidades e flutuações subjetivas. É o sujeito que não mais se distingue da perspectiva absolutamente universal”¹⁹⁰. Na medida em que se despotencializa o sujeito cognoscente despojamos também o conhecimento de suas determinações particularistas subjetivas, instituindo, por assim dizer, uma nova instância a partir da qual o conhecimento se torna efetivo e abrangente.

A dimensão do operador teórico, existente como partícula regente de todas as sentenças teóricas, permite evidenciar de modo mais específico aquela dimensão que possibilita a mútua implicação entre ‘ser’ e ‘estrutura’, na medida em que o operador “*é o caso que*”, empregado pela FSE, entra em jogo, recorreremos à dimensão extremamente anterior a toda determinação epistêmica do ponto de vista do cognoscente transcendental, isso

¹⁹⁰ PUNTEL, Lorenz B. **Observações críticas sobre uma resenha de Guido Imaguire da obra: Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática.** p. 48.

traz o sujeito de sua perspectiva particularista à perspectiva universal ¹⁹¹. O operador ‘*é o caso que...*’ emerge como o operador teórico que nos autoriza falar a partir da perspectiva absolutamente universal, pois por princípio não está submetido a nenhuma espécie de *restritividade*. Não obstante, devemos entender que isso não exclui a importância e a necessidade de sujeitos cognoscentes na efetivação epistêmica do conhecimento, Puntel elucida a questão do seguinte modo:

Talvez a melhor caracterização dessa virada antikantiana ou pós-kantiana seja a seguinte: conhecimento (conceitualização, no final das contas, teorização) é primordial ou fundamentalmente algo que ocorre na natureza ou no mundo ou no ser, e não algo que é efetuado por um sujeito. Note-se bem que com isso não se está negando que conhecimento é algo efetuado por um sujeito; apenas se está negando que ele consiste primordial ou fundamentalmente nessa efetuação subjetiva. Numa perspectiva primordial ou fundamental, conhecimento é um modo como a natureza ou o mundo manifesta ou articula ou *expressa* a si próprio/a. A forma sentencial mais adequada dessa automanifestação é, por conseguinte, uma em que o sujeito não aparece como fator – ou ao menos não como fator determinante. (EeS, p. 537)

A subjetividade particularista/transcendental se concebe a si mesma como a instância que eleva à inteligibilidade tudo o que se lhe apresenta, todavia essa instância reguladora não é uma instância universal, ao contrário, é apenas o *locus* não universal da subjetividade a partir de onde todo o conhecimento somente é possível se reduzido à esfera particular dos sujeitos que assim procedem. Não obstante a importância e necessidade desse sujeito para o conhecimento se efetivar, há de se evidenciar que na realidade a instância a partir da qual todo e qualquer conhecimento se efetiva está dada mais abaixo em seu fundamento: no plano universal em que o sujeito, enquanto ser contingente e histórico, se move, está e existe ¹⁹². É este o motivo que leva Puntel a articular uma teoria da realidade em que, como consequência argumentativa-teórica, devemos assumir uma destituição da primordialidade epistêmica do sujeito e atribuí-la a instância de expressabilidade do mundo já que conhecimento é algo que primordialmente acontece no mundo, portanto, é também algo do mundo.

¹⁹¹ Manfredo Oliveira sustenta que “O que é específico das sentenças teóricas [...] é que somente as sentenças determinadas pelo operador teórico visam direta e completamente à objetividade, ou seja, elas têm a ver exclusivamente com a coisa e não com outras dimensões, como, por exemplo, com a postura do sujeito”. In. OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. p. 134, 135.

¹⁹² Puntel assevera a ideia de que “As teorias científicas têm efetivamente este status. Isto se torna manifesto à luz de um fator negativo: as autênticas teorias científicas não incluem qualquer referência a sujeitos, situações ou coisa semelhante. Elas articulam elementos da realidade *simpliciter*. (Elas não contêm itens do vocabulário pragmático como eu/nós creio/cremos ou eu/nós sei/sabemos). Um segundo ponto a este respeito é que a maioria das explicações apresentadas como teorias filosóficas não têm este status, e assim deixam de ser genuínas teorias”. In. PUNTEL, L. Bruno. **O Pensamento Pós-Metafísico de Habermas: uma crítica**. p. 187.

Qualquer filósofo que venha a resguardar o núcleo epistêmico de um transcendentalismo (forte/fraco) deveria ser capaz de conceber o modo através do qual entende algo da seguinte maneira: “a partir da perspectiva da subjetividade transcendental (é o caso que ϕ). Um exemplo: a partir da perspectiva da subjetividade transcendental é o caso que o sol aquece a pedra” (EeS, p. 537). Puntel afirma que

Esta opção parece apresentar uma deficiência decisiva: ela é forçada a interpretar as sentenças teórico-declarativas do quadro teórico como sentenças que articulam meramente uma visão subjetiva; porém, a consequência desse caráter subjetivo parece ser que a tais sentenças deve ser negada toda e qualquer importância ontológica genuína. (EeS p. 540)

Isso designaria a referência incontornável desse quadro referencial ao sujeito transcendental, tal evidência tornaria mais consistente a argumentação acerca do lugar a partir do qual algo é determinado, conhecido ou entendido ¹⁹³. Todavia, podemos inferir com Manoel de Oliveira que

Todas as investidas de solução através de um retorno a uma subjetividade encapsulada em si mesma contêm a mesma falha básica: pressupõem que é imprescindível considerar a dimensão da subjetividade, compreendida numa perspectiva mentalista ou linguístico-lógica, como ponto de referência absoluto que determina tudo. Na realidade, tal posição retira a subjetividade de seu lugar no universo (no mundo, no ser) e produz, então, o abismo entre ela e o mundo. ¹⁹⁴

E é contra essa perspectivação epistêmica particularista que Puntel, assegurando a centralidade da linguagem, salienta que, ao determinar um operador teórico, o sujeito cognoscente não emerge como referencialidade na sentença teórica articulada; entretanto, isso não significa que ele seja inexistente. O que acontece é de imediato constatado pela força dos argumentos do filósofo, pois o sujeito é elevado à perspectiva universal: “sujeito universal é o sujeito elevado à perspectiva universal, a menção explícita do SU (sujeito universal) é inteiramente redundante; o SU, que é o sujeito destituído de todas as particularidades, é simplesmente identificado com a perspectiva universal” ¹⁹⁵.

¹⁹³ A observação que Puntel faz contra as ideias de C. Lima são preciosas para o contexto do que aqui se manifesta, segundo ele “O “lugar determinado teórico sistemático” nunca é dado ou articulável por assim dizer em *splendid isolation*, i. é, considerado “em si mesmo”; o status completamente determinado do respectivo item só é dado quando se articula seu lugar definitivo dentro do todo sistemático pressuposto. Isso implica que o status completamente determinado inclui em si absolutamente todos os relacionamentos a todos os outros itens do todo sistemático e ao todo sistemático como tal e como um todo. Esta afirmação faz eco à famosa tese de Leibniz de que cada mônada de per si espelha todo o universo, i.é cada mônada é o que é somente ao espelhar todo o universo”. In. PUNTEL, Lorenz B. C. **Cirne-Lima e sua rejeição do “Deus de católicos e protestantes” e afirmação do “deus imanente dos místicos” - um exame crítico das suas críticas e interpretações decorrentes do seu sistema neoplatônico-neohegeliano.** p. 68.

¹⁹⁴ OLIVEIRA, Manoel de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo.** p. 256, 257.

¹⁹⁵ Puntel, Lorenz b. **Observações críticas sobre uma resenha de Guido Imaguire da obra: Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática.** p. 49. Puntel entende que o S_U deve ser

O que não permite as teorias de serem teorias completamente autênticas é acoplá-las e restringi-las em sua efetivação através da regência de um operador teórico restritivo que, como apresentamos, rege as sentenças que visam teorizar alguma coisa. Manfredo Oliveira indica esta situação do seguinte modo:

[...] em sentenças teóricas não há qualquer relacionamento a sujeito, falante, situações, numa palavra, a qualquer fator exterior ao puro *status* da teoria. Esse fato traz à luz claramente um traço fundamental de uma teoria: enquanto tal, uma teoria é inteiramente independente da postura dos sujeitos frente a ela. O que é absolutamente importante para a concepção adequada de uma teoria filosófica.¹⁹⁶

Nesse sentido, as restrições somente podem ser indicadas na medida em que se revela o operador teórico que, de modo implícito, rege as sentenças, destarte: dependendo do operador teórico utilizado, podemos comprometer as nossas ‘ditas’ teorias às perspectivas e interesses de sujeitos ou à perspectiva teórica genuinamente universal. Isso nos motiva a refletirmos sobre duas questões: [i] uma no âmbito da situação ou plano em que se encontram os sujeitos em relação ao mundo e outra, que se segue daí, [ii] no que concerne a comparação de quadros teóricos manuseados por sujeitos.

[i] Os sujeitos humanos estão inseridos no mundo, fazem parte do mundo, da natureza ou, em termos da FSE, do Ser; conseqüentemente, tudo o que o ser humano produz e realiza também é parte integrante e constitutiva do mundo. Em relação à dimensão teórica orientada objetivamente, podemos dizer que os sujeitos estão distribuídos em muitos níveis ou planos que correspondem a um *determinado modo de articulação ou inteligibilidade da realidade*, cuja denominação específica na FSE chamamos de ‘quadro teórico’. Puntel argumenta que

Um sujeito é aquele ponto no mundo/no universo que pode fazer de si mesmo o ponto de referência para tudo e cada coisa “no mundo (no universo)”. Todavia isso pode acontecer de maneiras muito variadas, como se pode ilustrar por meio da descrição de “comportamentos” de um sujeito-no-mundo (no universo). Tal sujeito está “situado” fundamentalmente em um determinado ponto espaciotemporal. Partindo desse ponto, ele pode, por exemplo, referir-se só a si mesmo, isto é, efetuar uma auto-referência a partir da perspectiva do seu próprio eu, abstraindo de tudo mais. Mas o sujeito também pode ampliar *a bel-prazer* o seu ângulo de visão ou de “horizonte”, referindo-se ao mundo (universo, realidade, ser) a partir do ângulo de visão

asseverado como um operador lógico que “[...] Constitui a expressão teórico-lógica de uma “perspectiva do sujeito”, segundo a qual o “sujeito” é entendido e determinado a partir de um quadro referencial universal ou de uma dimensão universal. Poder-se-ia até chamar esse quadro referencial de “quadro de racionalidade”, caso não se entenda “racionalidade” de alguma modo como clichê sem sentido ou como cânon de regras, exigências, padrões e coisas desse tipo proclamadas em termos decisionistas. Vista a partir de um “quadro de racionalidade”, que passa a ser entendido como expressão metodológica de uma concepção compreensiva antecipada de objetividade, a instância sujeito perde justamente aquela unilateralidade particularista acima exposta.” In. (EeS, p. 151)

¹⁹⁶ OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. p. 135.

de sua cidade, de sua região, de seu país, de seu continente, das pequenas e grandes instituições, às quais pertence etc. Por fim, ele pode estender o seu horizonte para o mundo todo (o universo inteiro, o ser em seu todo), “referindo-se” ao mundo (universo, ser) a partir do “ângulo de visão” do próprio mundo (universo, ser). Nesse último estágio de ampliação do horizonte, a subjetividade é intencionalmente coextensiva com o próprio mundo (universo, ser em seu todo); de acordo com a famosa e acertada formulação de Aristóteles, ela é “*quodammodo omnia* [de certo modo, tudo]”. (EeS, p. 147)

Dependendo do nível/plano em que estamos inseridos podemos obter caracterizações diversas de uma mesma realidade, assim uma tese inegável desse aspecto deve ser *a fortiori* asseverada: há uma pluralidade de quadros teóricos possíveis à disposição e, como consequência, caracterizações diversas do mundo. Toda nossa *situação* no mundo sempre se manifesta de acordo com o nível de inteligibilidade em que nos encontramos num determinado modo de articulação, numa palavra, dentro de um quadro referencial teórico (Cf. EeS p. 539). Esses quadros teóricos fornecem o *locus* irrenunciável a partir do qual formamos sentenças que têm a pretensão de validade e verdade, por isso mesmo, toda e qualquer verdade indicada por sentenças somente pode ser considerada verdadeira no escopo de um quadro teórico. Obviamente, quadros teóricos mais elevados articulam uma estruturalidade mais ampla e detalhada do que é emoldurado em outros quadros referenciais teóricos – esta reflexão nos lança para a próxima questão.

[ii] Todo e qualquer quadro teórico nos possibilita sentenças verdadeiras, não obstante, a verdade estabelecida deve sempre ser considerada em relação a um plano de inteligibilidade, ou ao quadro teórico, a partir do qual o sujeito se encontra situado no mundo, no universo no ser (Cf. EeS p. 542)¹⁹⁷. Ora, se todo quadro teórico emoldura sentenças em diferentes níveis, isso parece desembocar na afirmação de que não há um quadro teórico absoluto, ou ideal, apenas podemos dispor – como demonstramos no capítulo precedente – do melhor quadro teórico atual para tratarmos de algo. A tematização de um quadro teórico é possível quando o sujeito recorre à metaquadros teóricos que visam, a partir do critério da coerência e da inteligibilidade¹⁹⁸, julgar qual o quadro referencial mais eficaz para dar conta de certos assuntos. Ao percebermos em [i] que à nossa situação subjaz um plano ou nível de

¹⁹⁷ Contudo Puntel assevera que há enunciados verdadeiros que são absolutos, quando estão presentes em todos os quadros referenciais disponíveis; isso, no entanto, conduz a uma concepção adotada pelo autor de um relativismo moderado da verdade que não endossa contradições em relação ao conceito de verdade desenvolvido e tematizado por Puntel. Cf. PUNTEL, L. B. **A filosofia como discurso sistemático: diálogos com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto**. p. 36. também Cf. EeS, p. 296-302. É preciso dizer ainda que o conceito de verdade nada mais contém que um *status* absolutamente determinado de uma linguagem. Cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. p. 243.

¹⁹⁸ O modo como Puntel compreende estes critérios foram devidamente explicitados no capítulo anterior.

inteligibilidade, ao nos elevarmos a outros planos ou níveis de inteligibilidade devemos ser capazes de explicitar o motivo pelo qual abandonamos os níveis ‘mais restritos’ de inteligibilidade em favor de níveis mais elevados. Essa passagem se dá justamente pelo fato de que, na perspectiva teórica, renunciamos a determinadas famílias de quadros teóricos em favor de quadros teóricos mais adequados, cuja aplicação não é obliterada pelos problemas concernentes aos quadros teóricos mais restritivos.

Um procedimento bem característico deste pensamento punteliano pode ser caracterizado como se segue:

Como vimos todo enunciado teórico sempre se articula dentro de uma situação de inteligibilidade de um determinado quadro teórico. Tomemos o quadro referencial teórico da filosofia transcendental como um quadro que representa um determinado nível ou plano de inteligibilidade. A fórmula sentencial da filosofia transcendental de Kant pode ser explicitada da seguinte maneira: $S_{PT}(T(\phi))$ – recorrendo à notação analítica utilizada por *EeS* podemos ler a sentença assim: a partir da perspectiva do sujeito particularista transcendental é o caso que ϕ (Cf. **EeS**, p. 540); vamos chamar esse nível de inteligibilidade de *Qrt-1*. Obsevemos que a dimensão teórica apresentada pelo operador teórico ‘T’ aparece submetida às determinações particularistas do sujeito transcendental e, nesse sentido, a teoria que reivindica validade universal é submetida às volubilidades teóricas do sujeito particularista transcendental e é reduzida ao seu alcance particular.

Qualquer teórico que venha a resguardar o núcleo transcendental na articulação de sentenças teóricas terá sua atividade restringida pela natureza do operador que utiliza. Habermas é um exemplo bem claro de como o procedimento de reconstrução argumentativa a partir de Kant mantém acessa a chama do transcendental em sua fraca versão. Assim, a fórmula sentencial da filosofia habermasiana deve ser indicada como: $S_{PTP}(T(\phi))$ – recorrendo à notação analítica utilizada por *EeS*, lemos a sentença do seguinte modo: a partir da perspectiva do sujeito particularista transcendental pragmático é o caso que ϕ ; vamos chamar esse plano de articulação ou de inteligibilidade de *Qrt-2*. Observemos que o mesmo tipo de restrição contida no *Qrt-1* aparece no *Qrt-2*.

Agora tomemos o plano de inteligibilidade proposto no quadro teórico da FSE, as sentenças que decorrem deste quadro são formuladas e formalizadas assim: $T\phi/‘X$ é o caso que chove’” – recorrendo à notação analítica utilizada por *EeS*, lemos a sentença assim: a partir da perspectiva teórica irrestrita é o caso que $\phi/$ a partir da perspectiva universal irrestrita é o caso que chove; chamemos esse plano de inteligibilidade de *Qrt-3*. Observemos que ‘X’

aqui aparece na formalização teórica não como referência a algum sujeito particularista, mas como um indicativo geral da dimensão que pressupomos e articulamos em todas as sentenças declarativas que tem por objetivo elevar o sujeito à universalidade, lugar que lhe fornece a condição básica de inteligir algo dentro do *modus operandi* teórico mais irrestrito. Esta dimensão do operador teórico, abrange todos os casos que são dados no universo do discurso ilimitado e, justamente por isso, é identificada como a dimensão primordial mais absoluta, fundamental e universal ¹⁹⁹.

Assimilando o *Qrt-2* ao *Qrt-1* e comparando-os ao *Qrt-3* podemos evidenciar de saída quatro possibilidades (Cf. *EeS*, p. 624, 625) ²⁰⁰:

- 1- O *Qrt-3* se mostra como superior ao *Qrt-1* e *Qrt-2*;
- 2- O *Qrt-1* e o *Qrt-2* se mostram como superior ao *Qrt-3*;
- 3- Ambos os quadros se revelam como equivalentes;
- 4- Ambos os quadros são deficientes e, por conseguinte, inaceitáveis.

As reflexões até aqui delineadas propõem que o plano de inteligibilidade em que se situa o *Qrt-1* e o *Qrt-2* não é superior ao plano de inteligibilidade em que está situado o *Qrt-3*, pois na medida em que este se apresenta como um quadro irrestrito ele reivindica um espaço ilimitado de assuntos, temas, objetos, dados etc., numa palavra, ele consegue estruturar questões mais amplas (inclusive as que são irresolvíveis no *Qrt-1* e no *Qrt-2*, como nos casos acima indicados), pois dá conta de mais segmentos temáticos e da conectibilidade entre tais segmentos. Optar pelo que se infere em ‘1’ nos desautoriza a aceitar o que se infere em ‘2’ e em ‘3’, mas não o que está dado em ‘4’ porque nada obsta contra a ideia de, *a priori*, aceitar que o *Qrt-3* seja superior ao *Qrt-1* e o *Qrt-2* e, *a posteriori*, concluir que, mesmo sendo melhor que o *Qrt-1* e o *Qrt-2*, o *Qrt-3* seja deficiente e inaceitável ²⁰¹. Por isso, precisamos explicitar algumas questões inerentes ao que se infere em ‘4’.

¹⁹⁹ Aqui a dimensão do pensar está vinculada intrinsecamente a dimensão do mundo, do ser como um todo e, na consonância com a concepção semântico-ontológica aqui delineada, recuperamos de um modo inteiramente novo a tese da identidade entre ser e pensar. Cf. *EeS* p. 583.

²⁰⁰ No fundo as teorias desenvolvidas no *Qrt-2* está submetida ao núcleo estrutural do *Qrt-1*.

²⁰¹ Alan White apresenta sete teses centrais sobre o quadro referencial teórico que devem ser observadas, são elas: “1- ‘Sentenças verdadeiras situam-se dentro de quadros referenciais teóricos’; 2- ‘O ser – que inclui tudo que é – manifesta-se de modo verídico – revela-se verdadeira ou genuinamente – dentro de todos os quadros referenciais teóricos adequadamente determinados ou determináveis’; 3- ‘Todas as verdades são relativas aos quadros referenciais teóricos dentro dos quais elas estão situadas’; 4- ‘Dentro dos metaquadros referenciais, quadros referenciais teóricos aparentemente conflitantes podem ser comparados e, quando a comparação revela que o conflito é genuíno, ordenados quanto à sua adequação teórica’; 5- ‘Nenhum teórico humano jamais poderia estabelecer que o quadro referencial de que se valeu foi o melhor quadro referencial possível para qualquer temática suficientemente complexa, incluindo definitivamente a temática da filosofia sistemática’; 6- ‘As verdades absolutas são verdades que possuem versões identificáveis em todos os quadros referenciais teóricos’; 7- ‘O quadro referencial teórico da FSE é o melhor atualmente disponível para a filosofia

Puntel considera que há dois modos de entendermos as deficiências de um quadro referencial teórico, a saber, deficiências inerentes ao próprio quadro teórico e deficiências que atingem o próprio quadro teórico. A primeira deficiência trata-se de uma deficiência técnica, isto é, um tipo de lacuna explicativa que surge pelo fato de o quadro referencial teórico não ter sido devidamente tematizado, desenvolvido e aplicado pelo teórico que o pressupõe/utiliza. A segunda deficiência é tomada na medida em que se compara o quadro referencial teórico pressuposto com algum outro quadro referencial (Cf. **EeS**, p. 625). O *Qrt-3* proposto pela FSE se nos apresenta *até o momento* como um quadro teórico que está isento das deficiências assinaladas, contudo – como este quadro teórico não tem a pretensão de ser um quadro absoluto – ele esta por princípio aberto a possuir o segundo tipo de deficiência, na medida em que a comparação entre outros quadros referenciais teóricos e o defendido por Puntel pode levar a negação das ideias chave da FSE²⁰².

E consciente disso Puntel afirma que “o quadro referencial teórico desenvolvido para a filosofia sistemático-estrutural não deve ser entendido como o único e absoluto, mas como o melhor possível na atualidade”²⁰³. Tal visão parece afastar Puntel de um idealismo absoluto aos moldes de Hegel²⁰⁴. É nesse sentido que Oliveira tem razão ao afirmar que

A consequência de maior alcance para uma teoria filosófica se efetiva como virada radical em relação ao quadro teórico da filosofia transcendental, que pôs o sujeito no centro de todo empreendimento teórico e consequentemente da filosofia. A virada se efetiva com a mudança radical de centro: não o sujeito, mas a linguagem constitui o centro da formação de uma teoria, o que tem como implicação a despotencialização do sujeito.²⁰⁵

sistemática””. In. In. WHITE, Alan. **Rumo a uma teoria filosófica de tudo: contribuições à filosofia sistemático-estrutural**. p. 40-43.

²⁰² A auto-fundamentação da FSE se dá na medida em que esta é comparada a outras filosofias ou outros quadros teóricos em três níveis: o primeiro nível é chamado de periférico e acontece na aplicação do quadro teórico à questões específicas externas, mantendo intacto a estrutura interna do quadro teórico; o segundo nível é denominado de intermediário e se manifesta na medida em que se discute com o todo da estruturalidade interna da FSE; por fim, o terceiro nível é o nível absolutamente central no qual se discute as teses mais fundamentais da FSE, aqui, caso essas teses fossem mostradas como insustentáveis, também a ideia chave da FSE não se sustentaria mais. Cf. **EeS**, p. 640, 641.

²⁰³ PUNTEL, L. B. **A filosofia como discurso sistemático: diálogos com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto**. p. 35.

²⁰⁴ Não obstante sua afirmação de que: “Com relação à dimensão teórica no sentido objetivo, isso significa que ela é uma *arena ontológica*, um *palco ontológico*. A caracterização da dimensão ontológica como arena ontológica implica uma mudança de perspectiva tão radical a ponto de poder ser entendida, numa perspectiva fundamental, como uma *inversão* da “*virada transcendental*” de Kant (para o sujeito); todavia, de tal modo que, a despeito da tese kantiana da centralidade do sujeito, certas noções kantianas com referência à subjetividade são mantidas. Por essa razão, a inversão poderia ser concebida como uma *suprassunção* [*Aufhebung*] quase-hegeliana do sujeito (transcendental)” (**EeS**, p. 536, 537). O palco ontológico no qual todas as construções contingentes humanas como enunciados, teorias etc. integram o mundo, caracteriza uma inversão da revolução copernicana de Kant na medida em que se nega que nesse plano ontológico apenas projetamos nossa visão às estruturas do mundo e, assim, a própria subjetividade é afastada de sua localização no mundo (Cf. **EeS**, p. 548).

²⁰⁵ OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. p. 135.

Destarte, ao imergir novamente na perspectiva universal – da qual nunca esteve fora –, através do quadro teórico desenvolvido pela FSE, o sujeito é despotencializado, mas o que surge como algo surpreendente é que essa despotencialização, ao invés diminuir seu *status* cognitivo, eleva sua capacidade epistêmica ao nível de inteligibilidade absolutamente universal e, por essa mesma razão, nada esta mais fora do seu espaço de tematização, inteligibilidade, articulabilidade, expressabilidade etc.²⁰⁶ já que o conhecimento por ele efetivado linguisticamente é primordial e fundamentalmente coextensivo à universalidade, isto é, a expressão mesma do mundo, da natureza, da realidade, do ser.

²⁰⁶ Isto se dá pelo fato de Puntel sustentar que o espírito humano é intencionalmente coextensivo com pura e simplesmente tudo, com o universo, com o ser em seu todo; isso em análise última, aponta para a ideia de que há possível conhecimento de todos os possíveis objetos ou estados de coisas porque nada está fora do alcance intencional de nosso espírito, já que ele é coextensivo a absolutamente tudo. Cf. **EeS**, p. 367. Manfredo Oliveira salienta que esse conhecimento se dá “não só com o universo existente, pois a potencialidade do espírito vai além do existente, na medida em que inclui todas as possibilidades de infinitos outros universos não realizados precisamente enquanto são inteligíveis”. In OLIVEIRA, Manfredo A. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. p. 228.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O itinerário reflexivo aqui delineado procurou apresentar o modo como Puntel, através da FSE, realiza uma inversão da revolução copernicana de Kant operada na Filosofia e herdada por diversas variantes da filosofia contemporânea. A ideia de Kant, levada as últimas consequências, desmorona a tese que identifica ser e pensar, a qual regulou por vezes a atividade filosófica. Este trabalho defendeu, à guisa de Puntel, em contraposição ao transcendentalismo e a todas as suas nuances, uma concepção que expõe a necessidade do mundo possuir intrinsecamente uma estrutura expressivamente ontológica, ou seja, uma estrutura que não é projetada sobre ele por nenhum sujeito transcendental, tal como sustentam os partidários conscientes e inconscientes da herança kantiana, como é o caso de Habermas. Conforme apresentamos, Puntel sustenta a tese de que o mundo em seu todo e com todas as suas coisas é expressável; expressabilidade se nos apresenta aqui como um momento estrutural imanente do mundo (do universo), sendo, em consequência, coextensional com ele.

A exequibilidade e inteligibilidade do posicionamento teórico que Puntel levanta se dá dentro da ideia de que na filosofia devemos atribuir à linguagem um papel central. Uma linguagem adequada, como a que Puntel tem em vista, é um componente irrenunciável de toda teoria e de todo discurso teórico, porque uma teoria ou um discurso teórico deve ser articulado linguisticamente. É por esta razão que a linguagem articulada pela Filosofia Sistemático-Estrutural (FSE) é compreendida como fundamentalmente conectada ao mundo mesmo. A FSE desenvolve o conceito de uma linguagem filosófica a partir do fundamento mais importante da concepção sistemática que não é senão o conceito de quadro referencial teórico.

O quadro referencial teórico desenvolvido para a filosofia sistemático-estrutural não deve ser entendido como o único e o absoluto, mas como o quadro teórico que tem a pretensão de ser o melhor. Através disso o programa delineado pela FES tem como obrigação dissuadir as posturas que tendem a teorizar a partir de um quadro teórico transcendental e, por isso, em grande medida, Puntel procura repensar como é possível rearticular a tese entre ‘ser e pensar’ dentro do escopo estrutural o qual propõe, invocando uma dimensão que concatene as dimensões separadas pelo abismo radical, entre a dimensão do mundo e a dimensão do sujeito.

Esta empreitada se efetiva ao se reconhecer o lugar a partir do qual o sujeito teoriza e isso somente é factível na medida em que o sujeito é despotencializado. Uma característica

surpreendente dessa despotencialização não é senão que ao invés de perder seu alcance epistêmico, o sujeito aumenta tal capacidade.

O segundo capítulo de nossa dissertação expôs, em linhas gerais, o pensamento transcendental de Kant e de que modo os resultados de seu idealismo transcendental são retomados numa nova roupagem por Habermas, cuja pretensão vincula o modelo transcendental ao pragmatismo linguístico. É preciso de início salientar que a leitura que fazemos de Kant e de Habermas é apenas uma das muitas leituras possíveis. Esta leitura foi marcada por uma estratégia metodológica que indicamos no início de nossa empreitada.

O terceiro capítulo de nossa pesquisa é dedicado a explicitar em linhas gerais o que se propõe, articula e estrutura a FSE de Puntel. O itinerário que seguimos neste capítulo foi orientado pelo conceito chave da proposta sistemática que Puntel realiza, a saber, o quadro referencial teórico. Explicitamos em boa medida os pressupostos irrenunciáveis para a elaboração de uma teoria filosófica e como estes elementos estão associados entre si formando o quadro teórico a partir do qual toda e qualquer teoria se torna factível.

O quarto capítulo foi dedicado a apresentar um confronto entre a postura transcendental e a postura universal delineada na FSE. Retomamos os alcances teóricos de ambas as posturas e tematizamos o modo pelo qual são estruturadas; desta maneira, deparamos-nos, em relação à postura transcendental, com um problema de fundo, isto é, uma contradição inerente ao seu processo de formação, aos seus pressupostos, a saber, enquanto a postura transcendental (e quem dela é partidário) reduz as teorias à dimensão particular/limitada/estrita do próprio sujeito que a articula, ela não pode exigir o que exige: que a teoria articulada a partir da postura transcendental tenha um alcance e uma aplicação absolutamente universal. Esta contradição interna nos impõe a obrigação de renunciar o quadro teórico transcendental. Puntel consciente destas implicações inicia sua empreitada filosófica apresentando o quadro teórico do qual lança mão, e não só isso, ele parece orientar todas as suas teses centrais dentro do quadro com o qual opera; assim, a FSE desenvolve uma ideia basilar de quadro teórico: o quadro referencial teórico é o conjunto de todos os componentes, que constituem uma teoria.

A imprescindibilidade do quadro teórico é demonstrada pelo fato de que todo questionamento teórico, toda sentença teórica, toda argumentação, toda teoria, só pode ser inteligível e avaliável, se é situada e compreendida em um quadro referencial teórico. Se esse pressuposto não é observado e levado em consideração, tudo permanece indeterminado: o sentido de uma sentença, sua avaliação, etc.

O pensamento vinculado à perspectiva universal, central na FSE, pode ser caracterizado como a constituição de uma teoria filosófica que consiste na elaboração da conexão entre a dimensão dos dados e a dimensão da(s) estrutura(s).

Como salientamos as três espécies fundamentais de estruturas (lógico; matemáticas; semânticas e ontológicas) que formam a dimensão estrutural, são concretizadas em sua aplicação aos dados, donde resulta que elas aparecem como as estruturas dos dados. Ou de modo inverso: os dados são incorporados na dimensão das estruturas. A convergência sistemática de dados e estruturas é o ponto absolutamente central da FSE e a grande tarefa que ela deve enfrentar, pois na medida em que se enceta essa caracterização se supera o abismo radical entre sujeito e mundo e recupera-se aquela ideia reguladora entre ser e pensar proposta pela tradição e subvertida pela epistemologização da filosofia desde Kant. Todavia, isso somente é possível ao evidenciarmos algo que concatene a dimensão estrutural e a dimensão dos dados.

A relação entre a dimensão estrutural e a dimensão do mundo, pressupõe uma dimensão irreduzível às duas dimensões em jogo, que tornando possível sua relação, designa na sua própria estruturalidade o lugar onde se desvela toda inteligibilidade possível. Nesse sentido, o programa apresentado aqui e desenvolvido pela FSE pode ser visto como uma continuidade inovadora da grande tradição metafísica, pois aqui se trata de uma questão aquém da qual não podemos recuar e isto, simplesmente, porque toda e qualquer dimensão pressupõe o esclarecimento desta questão para cumprir o que é próprio de sua natureza.

Portanto, qualquer empreendimento teórico, ao visar explicitar a inteligibilidade de algo, desempenha indiretamente o papel de expressar o élan existente e inquebrantável entre a dimensão do compreender e a dimensão do algo a ser compreendido e, nesse sentido, a linguagem atinge estruturalmente as coisas mesmas por estar determinada pela dimensão fundamental que une a esfera do compreender e do algo a ser compreendido – ou na linguagem de Puntel, estrutura e Ser.

Isso porque a linguagem efetivada por falantes já se move no escopo desta dimensão absolutamente fundamental e necessária; esta dimensão não é outra senão a dimensão mais fundamental e absoluta do o Ser enquanto tal, que é compreendido na medida em que ele se autoexplica em seu ‘momento estrutural imanente’, isto é na mútua e inquebrantável relação entre a dimensão estrutural e a dimensão dos dados, do universo, do mundo. Destarte, nossas teorias deixam de ser mediadas pela restrição transcendental, que reivindica universalidade, e adentra à perspectiva universal, a qual torna o alcance epistêmico dos sujeitos coextensivo a ela.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, Henry E. **El idealismo trascendental de Kant**: uma interpretação e uma defesa. [Ed.orig. 1983] Tradução: Dulce María Granja Castro. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana- Iztapalapa, 1992.
- ALVARENGA, Nilson. Verdade, contingência e falibilismo: a teoria discursiva da verdade de J. Habermas à luz das críticas de A. Wellmer. **Síntese**, Belo Horizonte, v.26, n. 86, 1999. pp. 347-373.
- ALVES, Edna de Souza. **O realismo interno confrontado com “seus inimigos”**. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 30(2): 75-91, 2007.
- APEL, Karl Otto. **Transformação da filosofia II**: O a priori da comunidade de comunicação. São Paulo: Loyola, 2000.
- BAKER, G. & HACKER, P. **Frege**: Logical Excavations. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- BONACCINI, Juan A. **Breve consideração sobre o problema da tese da aprioridade do espaço e do tempo**. *Studia Kantiana*. 2 (1): 7-17, 2000.
- BONACCINI, Juan A. **Kant e o problema da coisa em si no idealismo alemão**: sua atualidade e relevância para a compreensão do problema da Filosofia. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal: UFRN, 2003.
- BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson G. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRESSAN, Loidemar Luiz. **A crítica kantiana ao idealismo material**. Disponível em <http://sites.unifra.br/LinkClick.aspx?fileticket=IoqgVPHiOxc=&tabid=55&mid=374>. Acesso 08/01/2017.
- CANDIOTI, María Elena. El realismo pragmático en la concepción habermasiana de la verdad. *Tópicos*. In. **Santa Fé**, v. 18, n. 2, p. 33-50, jul./dic. 2009.
- DAVIDSON, D. **Epistemology and truth**. In: *Subjective, intersubjective, objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- DUMMETT, M. **Language and Communication**. In. *The seas of Language*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- DUMMETT, M. **Truth and other enigmas**. Harvard University Press, 1978.
- DUTRA, Delamar J. V. **Razão e consenso em Habermas: a teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia**. Florianópolis: UFSC, 2005.
- FREGE, Gottlob. **Os Fundamentos da Aritmética**. Tradução: Luiz Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FREGE, Gottlob. **Sobre o Sentido e a referência.**[1892] In. ALCOFORADO, Paulo. (org). **Lógica e Filosofia da Linguagem.** Tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação: ensaios filosóficos.** Tradução: Milton C. Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **Ciencia de la Logica.** 2 v. 6. ed. Trad: Augusta e Rodolfo Modolfo. Buenos Aires: Librarie Hachette, 1993.

HEIDEGGER. M. **Kant y el problema de la metafisica.** 4. ed. Tradução: Gred I. Roth. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

HERRERO, Javier F. Ser e Deus na Filosofia sistemático-estrutural de Puntel. **Síntese - Revista de Filosofia**, v. 39, n. 124 (2012): 205-236.

HÖFFE, Ottfried. **Immanuel Kant** [1983]. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

IMAGUIRE, Guido. **Resenha:** PUNTEL, L.B. 2006. *Struktur und Sein, Tübingen: Mohr Siebeck.* Tübingen, Mohr Siebeck, 687 p. In: *Filosofia Unisinos*, 9 (3):284-292, set/dez 2008.

JÚNIOR, Alexandre de F. Mello. Realismo interno como realismo pragmatista e o esquema conceitual: uma proposta crítica à metafísica tradicional. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa, Bahia – Brasil, v.13, n.1, junho/2016- pp. 200-2017.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura.** Tradução: Alexandre Morujão e Manoela dos Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

KANT, I. **Prolegômenos a toda a Metafísica futura que queira apresentar-se como ciência.** Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

KORNBLITH, Hilary. Naturalismo Metafísico e Epistemológico. In. Fátima R. Évora e Paulo C. Abrantes (Eds). **Cadernos de História e Filosofia da Ciência.** Campinas: UNICAMP, 1998. Série 3, v. 8, p. 147-169, jul-dez.

KLEENE, Stephen Cole. **Introduction to Metamathematics.** 7th (1952/1974) ed. Groningen: Wolters-Nordhoff; Amsterdam, Oxford: North Holland; New York: American Elsevier Publishing Company.

KRIPKE, Saul. **Naming and Necessity.** Oxford: Blackwell, 1972.

KUSCH, M. **Psychologism: A Case Study in the Sociology of Philosophical Knowledge.** London: Routledge, 1995.

LOUX, Michael J. **Metaphysics: A contemporary introduction.** New York and London: Routledge, 2006, 3. ed.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Filosofia na crise da modernidade.** São Paulo: Loyola, 1989.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. São Paulo: Paulus, 2012.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2014.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e Sociabilidade**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Metafísica estrutural enquanto Teoria do Ser. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p.82-107, Novembro. 2010

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Neopragmatismo de Richard Rorty x teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. **Veritas**, Porto Alegre, v. 58, n. 1, p. 37-60, jan./abr. 2013.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

PARMÊNIDES. **Os Pré-socráticos**. Tradução de José C. de Souza. Fragmentos, doxografia e comentários. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

PEREIRA, R. **Referência e Juízo em Kant**. *Analytica*. v. 6, n. 2, p. 79-117, m 2001/2002.

PUNTEL, Lorenz B. **A filosofia como discurso sistemático. Diálogo com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto**. Tradução: Nélio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

PUNTEL, Lorenz B. **A Filosofia e a questão de Deus: um novo enfoque sistemático**. Síntese, Belo Horizonte, v. 42, n. 134, 2015, pp. 365-395.

PUNTEL, Lorenz B. **Análise crítica do pensamento fenomenológico de Jean-Luc Marion**. São Paulo: Loyola, 2016.

PUNTEL, Lorenz B. C. Cirne-Lima e sua rejeição do “Deus de católicos e protestantes” e afirmação do “deus imanente dos místicos” - um exame crítico das suas críticas e interpretações decorrentes do seu sistema neoplatônico-neohegeliano. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 36, n. 114, 2009. p. 48.

PUNTEL, Lorenz B. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica**. Tradução: Nélio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e Ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática**. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2008. [Original: _____. **Ein Theorierahmen für eine systematische Philosophie**. Tübingen, Mohr Siebeck 2006.]

PUNTEL, Lorenz B. **Filosofia e Teologia: como pensar sua distinção e sua unidade**. In. Anais do XII Simpósio Internacional Filosófico-Teológico – Filosofia e Teologia: relações e tensões.

PUNTEL, Lorenz B. **Metaphysics: A traditional Mainstay of Philosophy in Need of Radical Rethinking.** In: *Review of Metaphysics*, v. 65, 2011. 299-319.

PUNTEL, Lorenz B. O Conceito de categoria ontológica: um novo enfoque. **KRITERION**, Belo Horizonte, n. 104, Dez/2001, pp.7-32.

PUNTEL, Lorenz B. **Observações críticas sobre uma resenha de Guido Imaguire da obra: Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática.** Síntese - Rev. de Filosofia v. 40, n. 126 (2013): 43-72.

PUNTEL, Lorenz B. O pensamento pós-metafísico de Habermas: uma crítica. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 40, n. 127, 2013. Pp. 173-223.

PUNTEL, Lorenz B. **Ser e Deus. Um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J. -L. Marion.** Tradução: Nélio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

PUTNAM, Hilary. **Mind, Language and Reality.** Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

PUTNAM, Hilary. **Philosophical Papers.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986 vol. 3.

PUTNAM, Hilary. **Realism with a human face.** Edited and introduces by J. Conant. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

QUINE, W. V. **As coisas e seu lugar nas teorias em filosofia e linguagem.** Organização e apresentação de João Sàágua. 1. ed. Portugal: Asa, 1995.

QUINE, W. V. **Theories and Things.** Cambridge (MA), London: Harvard, 1981.

RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza.** Rio de Janeiro: Relume: Dumará, 1994.

SALOMÃO, M. M. M. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In: KOCH, Ingedore G. V.; MORATO Edwiges; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Contexto, 2005.

SEARLE, John R. **Mente, Linguagem e Sociedade: filosofia no mundo real.** Rio De Janeiro: Rocco, 2000.

VAZ, Henrique C. Lima. **Introdução à Ética filosófica I.** São Paulo: Loyola, 2015.

WHITE, Alan. **Rumo a uma teoria filosófica de tudo: contribuições à filosofia sistemático-estrutural.** Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Loyola, 2016.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus.** Tradução, apresentação e estudo introdutório: Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 [*Trabalho original publicado em 1921*].

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo:Ed. Abril S.A. Cultural e Industrial, 1975.

ZALTA, Edward N. **Principia Logico-Metaphysica**. Center for the Study of Language and Information Stanford University, 2016. p. 429.